



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA

LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO GONÇALVES

**TRAÇANDO MOBILIDADES E TECENDO TERRITORIALIDADES:
O COMÉRCIO DE ARTESANATO NA BEIRA-MAR DE
FORTALEZA/CE**



FORTALEZA/CE
JULHO/2009

LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO GONÇALVES

**TRAÇANDO MOBILIDADES E TECENDO TERRITORIALIDADES: O
COMÉRCIO DE ARTESANATO NA BEIRA-MAR DE FORTALEZA/CE**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Geografia, do Centro de Ciência e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará, submetida para apreciação da banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zenilde Baima Amora

FORTALEZA/CE
JULHO/2009

G635J Gonçalves, Luiz Antonio Araújo

Traçando mobilidades e tecendo territorialidades: o comércio de artesanato na Beira-Mar de Fortaleza/CE / Luiz Antonio Araújo Gonçalves. – Fortaleza, 2009.

201 p.; Il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zenilde Baima Amora.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia.

1. Mobilidade. 2. Territorialidade. 3. Trabalho informal. 4. Circuitos da economia urbana. 5. Comércio ambulante. 6. Artesanato. I. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciência e Tecnologia.

LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO GONÇALVES

**TRAÇANDO MOBILIDADES E TECENDO TERRITORIALIDADES: O
COMÉRCIO DE ARTESANATO NA BEIRA-MAR DE FORTALEZA/CE**

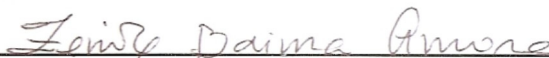
Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Geografia, do Centro de Ciências e Tecnologia, da Universidade Estadual do Ceará, submetida à apreciação da banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Defesa em: 13/ 07/ 2009.

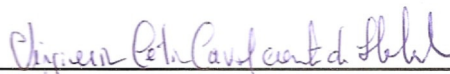
Resultado obtido: Nota: **10,0**

Conceito: **com louvor.**

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Zenilde Baima Amora (orientadora)
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.^a Dr.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA



Prof. Dr. José Meneleu Neto
Universidade Estadual do Ceará - UECE

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, pela sabedoria e força nos momentos difíceis deste trabalho.

Aos meus pais (Sr. Luiz e D. Amélia) e às minhas irmãs (Flávia e Celeste) pelo apoio e incentivo indispensáveis para a conclusão deste trabalho.

À minha noiva, Jamille Barros, pela paciência e compreensão nos momentos de ausência e renúncia na feitura desta dissertação. Agradeço pelo seu amor, que se revela em pequenos gestos, fazendo-me olhar a vida de outro modo.

A toda a minha família, meus padrinhos e madrinhas, tios e tias, primos e primas, pelo apoio nos momentos em família, instantes renovadores nesse percurso.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Zenilde Baima Amora, pessoa especial em minha formação, a quem sou grato pela rica e profícua vivência acadêmica nesta jornada no mestrado. Agradeço pela paciência e dedicação com que se dispôs me orientar e, principalmente, por sempre ser uma instigadora da pesquisa, contestando, indagando, suscitando novas questões.

Aos professores do Mestrado Acadêmico em Geografia da UECE, pelos momentos de debate e reflexão na sala de aula e diversas contribuições para o enriquecimento deste trabalho.

Aos amigos de mestrado - Keane, Nicolai e Diego - pelo companheirismo partilhado de boas discussões acadêmicas e nos momentos das distrações necessárias.

Aos colegas da turma de mestrado, pelo convívio e discussões.

Ao Programa de Educação Tutorial (PET), pela formação e encaminhamento na Geografia; pela abertura de horizontes e dimensões, inclusive, a política, aos amigos e amigas e colegas do InterPET Ceará, sintam-se todos citados, pois tive a oportunidade de dialogar e trocar experiências. Aos caríssimos Edílson Alves Pereira Júnior e Cláudia Maria Magalhães Grangeiro, pela rica convivência e aprendizado.

Ao Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas pela atenção e contribuição com este trabalho no momento do seminário.

Ao Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva, pelas discussões e ensinamentos em sua disciplina no Mestrado em Geografia da UFC, bem como aos colegas mestrados deste curso, com quem tive oportunidade de dialogar.

Às professoras doutoras Ana Maria Matos Araújo e Virgínia Célia Cavalcante de Holanda, pelas contribuições, críticas e sugestões no momento de definição de caminhos na qualificação.

Aos funcionários da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Biblioteca do ETENE/BNB, da CEART, do Departamento de Serviços Urbanos (DSU), em especial, a Francisco Pereira de Aguiar (Sr. Aguiar) e a Lígia Felix Pinheiro de Araújo (D. Lígia), pela presteza na concessão de informações, fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos funcionários e amigos do Núcleo de Pesquisa do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, que me abriram, literalmente, portas para outras perspectivas de olhar a pesquisa. Sou agradecido, em especial, a Ana Carla Sabino, Vanessa Ponte e Rodrigo.

Aos colegas do Laboratório de Estudos Urbanos e Geografia Cultural (LEURC), Nayara Rocha, Leidiane Pinheiro, William Ianone, Leany, e dos mestrandos Juscelino Eudâmidas, Cristiane França e Anna Emília Maciel, pela colaboração na aplicação dos questionários.

Às funcionárias do Mestrado Acadêmico em Geografia da UECE, Júlia e Lúcia, pela atenção e encaminhamento das questões administrativas.

Ao colega Daniel Dantas, pela ajuda na confecção dos mapas e cartogramas.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento desta pesquisa, permitindo que fosse possível a vivência acadêmica sem os ruídos e seduções dos trabalhos paralelos.

Ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), por meio do programa ETENE/FUNDECI de apoio a teses e dissertações, ao qual este trabalho foi submetido e contemplado com auxílio financeiro para a pesquisa empírica, tendo sido fundamental para que tomasse a devida proporção.

A Rosângela Brito de Abreu, Presidenta do Sindicato dos Feirantes em Artesanato de Fortaleza (SINFE), pela atenção, colaboração e presteza na concessão de informações sobre a feira.

E, por último, pois sem eles esta pesquisa não teria sido possível, aos feirantes e vendedores ambulantes da avenida Beira-Mar, pela atenção, presteza e partilha de suas histórias de vida, pela colaboração que tiveram na concessão de informações. Agradeço a confiança depositada.

A verdadeira viagem de descoberta consiste,
não em buscar novas paisagens,
mas em ter olhos novos.

Marcel Proust

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre a relação do trabalho informal e a cidade por meio da territorialização e mobilidade do comércio ambulante de artesanato na avenida Beira-Mar de Fortaleza (CE). Partiu-se do entendimento da urbanização brasileira e como as transformações decorrentes da transição do *paradigma agrário-exportador* para o *urbano-industrial* produziu uma massa de trabalhadores urbanos que, para subsistir nas cidades, se utilizou das atividades que conformam o *circuito inferior* da economia urbana (SANTOS, 1978). O contexto da reestruturação das relações de trabalho no Brasil, dentre outros fatores, refletiu na expansão do comércio informal nas grandes cidades. Em Fortaleza, o excedente de trabalhadores, que vive na periferia da cidade, bem como na sua região metropolitana, exerceu forte pressão sobre o mercado de trabalho, contribuindo para a ocupação de espaços públicos como praças e calçadas. Acredita-se, com efeito, que a feira de artesanato da Beira-Mar se estabeleceu como alternativa para muitos trabalhadores que viram na produção e comércio de artesanato um meio de sobrevivência ante o desemprego. A pesquisa empírica teve como suporte a aplicação de questionários na feira de artesanato, o que serviu de base na conformação de um banco de dados primários, bem como nas entrevistas realizadas com os vendedores ambulantes de artesanato. Os resultados da pesquisa mostram como a expansão das atividades informais em Fortaleza marca o espaço urbano por meio de novas territorialidades do comércio ambulante, caracterizadas por formas precárias de trabalho e pela ocupação dos espaços públicos urbanos. O comércio de artesanato na Beira-Mar teve início com a venda de artigos artesanais nas calçadas dos hotéis daquela área, sendo, atualmente, marcada pela territorialização diária (montagem/desmontagem) da feira de artesanato, assim como pelo comércio ambulante de artesanato no calçadão da avenida Beira-Mar. Pôde-se constatar nesta pesquisa que houve uma mudança do perfil dos feirantes nos últimos anos, com o crescimento do número de barracas de comércio de artesanato, sem necessariamente serem estes artesãos, além de vendedores de produtos diversos, notadamente, confecções. Mesmo não se caracterizando como artesanato, a venda de confecção se revelou uma estratégia utilizada pelos feirantes justamente para garantir sua sobrevivência na feira. Por outro lado, os ambulantes estão inseridos na área da feira, trabalham no seu entorno, estabelecendo territorialidades mediante uma mobilidade compulsória. Para permanecerem naquele espaço, muitos ambulantes utilizam o próprio corpo como marco de sua territorialização para vender seus produtos diante da impossibilidade de fixação e imposição de sua mobilidade. Considera-se, pois, que a feira de artesanato da Beira-Mar é influenciada pelas tendências de consumo e pelo ambiente litorâneo e turístico, de modo que a atividade artesanal, como um elemento do *circuito inferior*, é influenciada pelo *circuito moderno* ao incorporar novas tendências do *circuito superior*.

Palavras-chave: Mobilidade, Território, Territorialidade, Trabalho Informal, Circuitos da Economia Urbana, Comércio Ambulante, Artesanato.

RESUMÉ

Ce travail a eu comme objectif réfléchir sur la relation du travail informel et la ville, par le moyen de la territorialisation et mobilité du commerce ambulant de l'artisanat dans l'avenue Beira-Mar de Fortaleza (CE). On est parti de la compréhension de l'urbanisation brésilienne et comme les changements qui proviennent de la transition du paradigme agraire-exportateur à l'urbain-industriel a produit un énorme contingent de travailleurs urbains que, pour survivre dans les villes, se sont servis des activités qui conforment le circuit inférieur de l'économie urbaine (SANTOS, 1978). Le contexte de la restructuration des relations de travail au Brésil, entre autres facteurs, a réfléchi dans l'expansion du commerce informel dans les grandes villes. À Fortaleza, l'excédent de travailleurs qui vit à la banlieue de la ville, ainsi que dans sa région métropolitaine à exercé une forte pression sur le marché de travail, en contribuant à l'occupation des espaces publics comme places et trottoirs. On croit, ainsi, que la foire d'artisanat de la Beira-Mar s'est établie comme alternative pour plusieurs travailleurs qui ont vu dans la production et commerce de l'artisanat un moyen de survie en face du chômage. La recherche empirique a eu comme soutient l'application de questionnaires à la foire d'artisanat ce qui a servi de base à la conformation d'une banque de données primaire autant que dans les interwves réalisées avec les vendeurs ambulants d'artisanat. Les résultats de la recherche nous montre comme l'expansion des activités informelles à Fortaleza marque l'espace urbain par le moyen de nouvelles territorialités du commerce ambulant caractérisés pour les formes précaires de travail et pour l'occupation des espaces publics urbains. Le commerce de l'artisanat dans la Beira-Mar a commencé avec la vente d'objets d'artisanat sur les trottoirs des hôtels situes là-bas, en étant, aujourd'hui, marquée par la territorialisation quotidienne (montage / démontage) de la foire d'artisanat, ainsi comme le commerce ambulant de l'artisanat dans le trottoir de l'avenue Beira-Mar. On a pu constater dans cette recherche qu'il y a eu un changement du profil des vendeurs de la foire dans les dernières années avec la croissance du nombre de tentes de commerce d'artisanat sans nécessairement être ceux-ci, au-delà des vendeurs de produits divers, notamment, vêtements de confection. Même sans se caractériser comme l'artisanat, la vente de vêtements de confection s'est révélée une stratégie utilisée par les vendeurs de la foire justement pour assurer leur survivance à la foire. D'autre côté, les ambulants sont inclus dans l'espace de la foire, travaillent autour d'elle, en établissant territorialités face d'une mobilité obligatoire. Pour continuer là, beaucoup d'ambulants utilisent leurs corps comme le marque de leur territorialisation pour vendre leurs produits en face de l'impossibilité de se fixer et d'imposition de leur mobilité. On considère, ainsi, que la foire d'artisanat de la Beira-Mar est influencée pour les tendances de la consommation et pour l'ambiance côtière et touristique de tette façon que l'activité artisanale, comme un élément du circuit inférieur, est influencée pour le circuit moderne, à l'incorporation de nouvelles tendances du *circuit supérieur*.

Mots-clés: Mobilité, Territoire, Territorialité, Travail Informel, Deux Circuits de L'économie Urbaine, Commerce Ambulant, Artisanat.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Vista do Centro dos Pequenos Negócios do Vendedor Ambulante popularmente denominado “Beco da Poeira”	71
FIGURA 2	Adaptação/detalhe dos boxes do Beco da Poeira	71
FIGURA 3	Ambulantes se espalham por outras áreas centrais da cidade	73
FIGURA 4	Vendedores ambulantes descarregando as mercadorias na praça José de Alencar	74
FIGURA 5	Interdição da praça José de Alencar para “reforma”	74
FIGURA 6	Feira da Sé resiste à norma urbana e é montada de madrugada	75
FIGURA 7	Adaptação de carrinhos para comércio de água e refrigerante	80
FIGURA 8	Adaptação de carrinhos para comércio de milho cozido	81
FIGURA 9	Adaptação de expositor de bonés sobre rodas	81
FIGURA 10	Pátio interno da antiga cadeia onde funciona o Centro de Turismo.....	100
FIGURA 11	Antigas celas transformadas em lojas de artesanato	100
FIGURA 12	Antigo Mercado Central de Fortaleza	101
FIGURA 13	Novo Mercado Central de Fortaleza	103
FIGURA 14	Vista panorâmica dos pavimentos do mercado	103
FIGURA 15	Comércio de produtos artesanais na travessa Crato	103
FIGURA 16	Comércio de plantas medicinais na rua Conde d'Eu	103
FIGURA 17	Pátio externo da CEART	104
FIGURA 18	Localização e identificação da área ocupada pelo comércio de artesanato na avenida Beira-Mar	107
FIGURA 19	Área da feira após reordenamento das barracas e a abertura dos corredores de acesso.....	112
FIGURA 20	Calçadão no período da manhã (10h00min)	143
FIGURA 21	Instalação da feira de artesanato no calçadão da Beira-Mar. (17h30min.)	143
FIGURA 22	O carrinho, a barraca e a bateria.	144
FIGURA 23	O carregador do carrinho	145
FIGURA 24	O montador da barraca	146
FIGURA 25	Veículos que fazem o transporte das baterias até a feira	148
FIGURA 26	A mobilidade compulsória do vendedor ambulante.....	153

FIGURA 27	A mobilidade compulsória do vendedor de artesanato.....	154
FIGURA 28	A competência da mobilidade	155
FIGURA 29	A apropriação do calçadão para exposição dos produtos.....	155
FIGURA 30	O percurso realizado pelos vendedor de jangadinhas de madeira	157
FIGURA 31	Territórios e territorialidades demarcadas no calçadão da Beira-Mar ..	158

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Evolução da população urbana brasileira (1940 – 2000)	33
TABELA 2	Crescimento da população Ceará – Fortaleza – (1940/2000)	61
TABELA 3	Distribuição percentual do pessoal ocupado, por setores de atividades, na área metropolitana de Fortaleza (1972)	63
TABELA 4	Indicadores percentuais de ocupação, por subsetor de atividade Fortaleza 2000-2006	63
TABELA 5	População residente e taxa geométrica de crescimento	66
TABELA 6	Trabalhadores permissionários, por grupo de idade	125
TABELA 7	Feirantes, por nível escolar	126
TABELA 8	Feirantes, por escolaridade	127
TABELA 9	Feirantes, por gênero	128
TABELA 10	Feirantes, por estado civil e se tem filhos	128
TABELA 11	Feirantes, por local de nascimento	129
TABELA 12	Feirantes, por município onde reside	132
TABELA 13	Feirantes, conforme o rendimento mensal	135

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Desemprego - Brasil, Ceará e RMF (1992-2003)	67
GRÁFICO 2	Desemprego aberto, por subsetor de atividade – Fortaleza (1988-2006)	68
GRÁFICO 3	Percentual de municípios com atividade artesanal, por tipo – Brasil (2006)	92
GRÁFICO 4	Percentual de municípios com atividade artesanal, por tipo – Brasil (2005-2006)	93
GRÁFICO 5	Percentual de municípios com atividade artesanal, por tipo – Ceará (2006)	94
GRÁFICO 6	Número de feirantes, por tempo de atividade (1980-2006)	116
GRÁFICO 7	Percentual de feirantes, por atividades desenvolvidas - 1989	119
GRÁFICO 8	Percentual de feirantes, por atividade desenvolvida - 2006.....	120
GRÁFICO 9	Feirantes, por mercadoria vendida	123
GRÁFICO 10	Origem da aprendizagem do ofício	124
GRÁFICO 11	Feirantes, por fonte de sustento	136
GRÁFICO 12	Experiência de trabalho formal dos feirantes	137
GRÁFICO 13	Feirantes que aceitam pagamento em débito/crédito	138
GRÁFICO 14	Conhece algum programa de microcrédito	138

LISTA DE DIAGRAMAS

DIAGRAMA 1	Esboço dos elementos componentes dos dois circuitos das atividades de comércio e serviços na Beira-Mar de Fortaleza	55
DIAGRAMA 2	Síntese das relações de trabalho entre feirantes e prestadores de serviços	149

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Mercadorias comercializadas pelos ambulantes no calçadão da Beira-Mar	79
QUADRO 2	Categorias de artesanato - SEBRAE	91
QUADRO 3	Espacialidade formada pelo comércio de artesanato em Fortaleza ..	99
QUADRO 4	Razões da migração para Fortaleza	130
QUADRO 5	Cargos ocupados no mercado formal de trabalho	131

LISTA DE CARTOGRAMAS

CARTOGRAMA 1	Empregos formais, por bairro – Fortaleza (2007)	65
CARTOGRAMA 2	Número de artesãos por município – Ceará	97
CARTOGRAMA 3	Feirantes distribuídos por bairro	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ALMEC	Associação dos Lojistas do Mercado Central
ARTENE	Artesanato do Nordeste S.A.
ASFABEM	Associação dos Feirantes de Artesanato da Avenida Beira-Mar
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEART	Central do Artesanato do Ceará
CEDART	Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato
CDMAC	Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura
CIC	Centro Industrial do Ceará
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRP	Centro de Referência do Professor
DAM	Documento de Arrecadação Municipal
DSU	Departamento de Serviços Urbanos
EIR	Exército Industrial de Reserva
EMCETUR	Empresa Cearense de Turismo
EMLURB	Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FIBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FUNSESCE	Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
ICMS	Imposto sob Circulação de Mercadorias e Serviços
IDT	Instituto de Desenvolvimento do Trabalho
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NAC	Náutico Atlético Cearense
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNDA	Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato
PREALC	Programa de Emprego para América Latina e Caribe
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste

PROJETO ORLA	Plano da Gestão Integrada da Orla Marítima do Município de Fortaleza
RAIS	Relatório Anual de Informação Social
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SAAEC	Sindicato dos Artesãos Autônomos do Estado do Ceará
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEBRAE/CE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará
SEMAM	Secretária de Meio Ambiente e Controle Urbano
SEPLA	Secretário de Planejamento e Orçamento
SER II	Secretaria Executiva Regional II
SETUR	Secretaria do Turismo do Estado do Ceará
SETE	Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo
SINE	Sistema Nacional de Empregos
SINFE	Sindicato dos Feirantes de Artesanato de Fortaleza
SIU	Setor Informal Urbano
SSU	Secretaria de Serviços Urbanos
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDEC	Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará
SUDECO	Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento do Sul
UH's	Unidades habitacionais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
2. ESPAÇO URBANO, SOBREVIVÊNCIA E O TRABALHO INFORMAL EM FORTALEZA	30
2.1 O trabalho informal como traço marcante na paisagem urbana das cidades brasileiras	32
2.1.1 Considerações sobre a urbanização brasileira	32
2.1.2 Setor informal e informalidade: discussão conceitual.....	42
2.1.3 Breve abordagem espacial da economia urbana na perspectiva do circuito superior e do circuito inferior	51
2.2 A urbanização de Fortaleza e o trabalho informal	60
2.2.1 A expansão do trabalho informal: a espacialidade do comércio ambulante em Fortaleza	69
2.2.2 A Beira-Mar e o comércio ambulante	76
3. O COMÉRCIO DE ARTESANATO EM FORTALEZA E A BEIRA-MAR NESSE CONTEXTO	83
3.1 Considerações sobre a atividade artesanal no Ceará	85
3.2 Os espaços do comércio de artesanato em Fortaleza	98
3.3 Quando o artesão vai ao encontro do turista: em busca de um território ...	106
3.4 A feirinha da Beira-Mar	110
4. O TRABALHO NA FEIRA: TERRITORIALIDADES E MOBILIDADES NA BEIRA-MAR	114
4.1 Os feirantes e a relação com a atividade artesanal.....	115
4.1.1 O perfil do feirante	125
4.1.2 O cotidiano do trabalho na Beira-Mar.....	139
4.2 A organização do trabalho no interior da feira e a formação dos subcircuitos do trabalho precário	142
4.3 As estratégias espaciais: territorialidades e mobilidades compulsórias.....	151

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172
APÊNDICE	182
ANEXOS	192



1 INTRODUÇÃO

A expansão do trabalho informal nas cidades, principalmente o comércio ambulante e/ou comércio de rua, marca o espaço urbano contemporâneo e suscita novas territorialidades e territórios urbanos, caracterizados por formas precárias de trabalho. Fruto das mutações no mundo do trabalho, elas produzem também novas relações com o espaço urbano, sobretudo por meio da apropriação e da improvisação de pontos de comércio informal. Poderíamos afirmar que atualmente é quase impossível caminhar/transitar pelos grandes centros sem nos deparar de algum modo com pessoas que circulam por toda a cidade, traçando trajetos em busca de compradores para os seus produtos. Eles estão nos cruzamentos de ruas, nos canteiros das avenidas, no entorno dos estádios de futebol, nas esquinas, praças e passeios, sempre com uma barraca, uma banca ou mesmo portando a mercadoria junto ao corpo.

Os espaços públicos das grandes cidades nordestinas, mais especificamente as que se encontram nas faixas litorâneas, atraem grande número de trabalhadores que buscam nas atividades tradicionais, como o artesanato, oportunidades de trabalho e renda, haja vista o dinamismo da atividade turística desenvolvida nas últimas décadas.

O Plano Diretor de Fortaleza (1962) reforçou o processo de urbanização do litoral, com a construção da avenida Beira-Mar, em 1963, que viria a modificar de forma significativa o seu padrão ocupacional. Esta área litorânea que era ocupada pelas residências de veraneio, chácaras e ainda pela presença de pescadores se firma, dos anos 1980 em diante, como lugar da classe média alta que a utiliza para morar e se divertir, evidenciando a orla marítima como espaço de lazer e sociabilidade.

Nas últimas décadas, a Beira-Mar tornou-se um espaço seletivo assinalado pela valorização da paisagem litorânea e pelo acirramento por um lugar com vista para o mar. Isto refletiu na alteração da tipologia das moradias por prédios residenciais de elevado nível ligados à nova ordem segregadora do espaço urbano impulsionada pelo capital imobiliário. A disputa pelo solo urbano na orla marítima produziu edifícios cada vez mais altos que negam um ao outro, entorpecidos pela visão do mar. Breve observação da arquitetura, da disposição das janelas e varandas pode comprovar esse encantamento pelo mar, o entorno e o distanciamento em relação ao restante da cidade. Como disse o geógrafo José

Borzacchiello da Silva, tal acirramento pela Beira-Mar produziu a verticalidade que se estendeu pela orla, adentrando as ruas contíguas com a construção de edifícios cada vez mais altos que aproveitam os espaços que escapam entre um prédio e outro. Atualmente, dos “clubes elegantes”, apenas o Náutico Atlético Cearense e o Ideal Clube resistem à especulação imobiliária e às razões do capital voltado para o investimento turístico. Nessa mesma lógica construtiva-destrutiva-construtiva, são construídos grandes edifícios de condomínios residenciais¹ ou então novos hotéis na Beira-Mar.

Concomitantemente aos investimentos turísticos que se concentraram na avenida Beira-Mar, se desenvolveu um destacado comércio de artesanato no calçadão da orla, estabelecendo-se, com efeito, um elo entre as atividades tradicionais da cultura nordestina e os aportes turísticos modernos. O comércio do artesanato, como atividade geradora de renda, assumiu dimensão jamais vista, principalmente, pelo contingente de trabalhadores que não encontram possibilidades de inserção no mercado formal, passando a sobreviver em atividades informais.

A avenida Beira-Mar se desenvolveu em meio às diferentes formas de apropriação do espaço público, dentre elas a feira de artesanato, que foram se estabelecendo ao longo da ocupação dessa área, de modo que se torna importante ressaltar a extensão e a diversidade de agentes produtores da Beira-Mar. Situada no bairro de Meireles, essa área, que no passado foi colônia de pescadores, bairro residencial e, ainda, zona que concentrou os “clubes elegantes” como expressão das formas de sociabilidade das classes abastadas de Fortaleza, hoje é tomada pela óptica da produção do espaço litorâneo pertinente às razões capitalistas, marcada pela intensiva concentração de hotéis e pela diferenciação de renda em função dos edifícios residenciais de alto padrão, que contrastam com o grande número de trabalhadores da feira de artesanato estabelecida no calçadão. Enfim, uma área dinâmica, que se torna um espaço de conflitos.

Visando a uma melhor compreensão de nosso recorte espacial de análise e seu contexto, cabe ressaltar aqui, o que estamos chamando de “Beira-Mar”. A noção de Beira-Mar, aufere aqui, uma conotação específica, haja vista que esta não se restringe somente ao calçadão da orla ou à faixa de praia. O entendimento da

¹ No bairro de Meireles, em 2000, o metro quadrado custava R\$ 1.438,08 e passou a ser cotado em R\$ 2.549,24, em 2005, estabelecendo-se o metro quadrado mais valorizado da cidade (O POVO, 2005).

idéia de Beira-Mar no plano do uso, do espaço vivido e, em particular, para o fortalezense, contém uma carga de determinações históricas, culturais e geográficas. A expressão beira-mar foi sendo cunhada pela relação que partiu do prático-sensível, da descrição da paisagem, do reconhecimento visual, ou seja, estar à beira do mar. Nem sempre, no entanto, a referência à beira-mar está associada à faixa de praia, haja vista a abrangência que foi sendo dada à dicção. Assim, ir a um restaurante ou a um apartamento de um amigo, na área próxima à orla, ganha a referência espacial da Beira-Mar; aí, já tanto faz estar de um lado ou de outro da avenida litorânea ou estar, ainda, a uma quadra de distância (GONÇALVES; AMORA, 2009).

É no calçadão, entretanto, onde se estabelecem novas apropriações, onde se misturam diferentes grupos sociais, compreendendo turistas, residentes da área, moradores de bairros próximos e muitos outros que vêm de bairros distantes, situados na periferia da cidade. Enquanto isso, muitos vão ao calçadão para fazer exercícios, passeios, caminhadas, outros vão em busca do seu sustento e da família. Entre estes grupos sociais estão aqueles que sobrevivem do trabalho desenvolvido no calçadão, constituindo diferentes territorialidades em meio a essa diversidade de apropriações e usos.

Visando a estabelecer um recorte espacial de análise, delimitamos a área de estudo, onde se insere a feira de artesanato, na extensão entre a avenida Desembargador Moreira e a rua Oswaldo Cruz, por ali verificarmos a maior concentração do comércio de artesanato. Nossa pesquisa teve como focos o trabalhador feirante e o vendedor ambulante de artesanato.

A “feirinha da Beira-Mar” que antes se encontrava de forma espaçada no calçadão, foi organizada pelo Poder Público municipal na década de 1980, quando este intervém, concentrando os vendedores em um ponto fixo da orla, configurando a área atual da feira, localizada em local próximo ao Náutico Atlético Cearense (NAC). A feira de artesanato da Beira-Mar se estabeleceu como um dos pontos de venda de artesanato mais movimentados de Fortaleza, concentrando grande variedade de produtos regionais. Os turistas que se hospedam nos hotéis da orla são atraídos pela proximidade das barracas montadas do outro lado da Avenida e pelo horário de funcionamento da feira. Esta tem início no final da tarde, estendendo-se pelo período da noite, quando parte dos turistas retorna dos passeios

pelas praias do litoral cearense e tendo em vista que outros locais de comércio de artesanato já se encontram fechados.

O movimento da feira atrai, por sua vez, outro segmento de trabalhadores, constituído por vendedores ambulantes, entre os quais os vendedores de artesanato que atuam no calçadão mediante o limite e o controle imposto pelo Poder Público municipal em função da grande proporção que o comércio de artesanato tomou na orla. Deste modo, ante a impossibilidade de maior inclusão desses trabalhadores na feira, muitos exercem a atividade, traçando mobilidades e tecendo territorialidades no calçadão, principalmente, no entorno da feira.

A feira de artesanato possui um território demarcado por um grande número de barracas, onde são vendidos diversos produtos artesanais, como peças bordadas a mão ou a máquina, trabalhos em filé, crochê, rendas de bilro, bolsas, sandálias e outros artigos de couro, garrafas de areia colorida, toalhas de mesa, colchas de cama bordadas, brinquedos artesanais, como bonecas de pano, redes de dormir, tapetes, chapéus e bolsas de palha de carnaúba e/ou de buriti, entalhes de madeira, esculturas (madeira, aço, prata, bronze), doces caseiros, castanha de caju, licores, aguardente, cajuína, molhos e temperos, bijuterias artesanais, adornos e demais lembranças para o turista. Além destes, são vendidos outros produtos, como confecção, camisaria, moda praia, bijuteria, camisas de clubes de futebol, óculos de praia, calçados, bonés, moda íntima feminina, biquínis e brinquedos industrializados.

Compõem também a lista de produtos comercializados no calçadão, alimentos da cultura regional, como milho verde cozido, rolete de cana, mungunzá, pamonha, tapioca e acarajé, vendidos em pontos fixos ou móveis espalhados pelo calçadão. Além destes, são comercializados bebidas como água de coco, água mineral, energéticos, dentre outros.

Em síntese, a feira constituiu um território institucionalizado pelo Poder Público, não obstante também ser submetida a uma mobilidade compulsória diária (montagem/desmontagem), além das lutas empreendidas pelos feirantes, no sentido de uma constante reafirmação desse território pela presença desses sujeitos no calçadão, subordinados às várias ações normatizadoras. Já os ambulantes, movidos pela necessidade da sobrevivência, conformam territorialidades, além de serem impelidos ao movimento. Assim, enquanto o território para o feirante se forma

concretamente na montagem e desmontagem das barracas, para o vendedor ambulante, essa apropriação é marcada por territorialidades que, embora não existam de forma concreta², constituem uma estratégia espacial que perpassa a elaboração de um referencial de territorialização no calçadão (HAESBAERT, 2007).

O turismo, como atividade moderna, atua contraditoriamente para a manutenção de formas de sobrevivência mediante a venda do artesanato, do outro lado da avenida litorânea. Podemos dizer que a feira da Beira-Mar se caracteriza pela resistência, em que o território dos feirantes se mescla à norma urbana e convive em meio à especulação imobiliária e à atividade hoteleira.

Os vendedores de artesanato não inseridos diretamente na feira e que comercializam seus produtos no calçadão formulam territorialidades que se formam na própria mobilidade espacial, mediada pelo trabalho autônomo, e que buscam se territorializar pela repetição do movimento, no domínio e controle de trajetos realizados no calçadão, constituindo circuitos compulsórios, haja vista que há uma fiscalização induzindo-os a constante mobilidade como condição para a venda dos seus produtos.

Nesse sentido, acreditamos que as territorialidades e mobilidades compulsórias atuam como estratégias espaciais que se impõem à lógica disciplinadora do ordenamento territorial do calçadão, atribuindo uso por meio da apropriação, sem chão nem lugar fixo nesse espaço, de caráter *político-disciplinar e simbólico* (HAESBAERT, 2006a).

Corroboramos o pensamento de Haesbaert (2006a, p. 236), quando acentua que “[...] a territorialização pode ser construída no movimento, um movimento sobre o qual exercemos nosso controle e/ou com o qual nos identificamos [...]”. Assim, supomos que esses trabalhadores se territorializam pelo movimento, pelo domínio que exercem sobre o calçadão, na montagem e desmontagem diária da feira, um território da sobrevivência que muitas vezes foge ao caráter político-disciplinar do ordenamento territorial.

² Para Haesbaert (2007, p. 7), a territorialidade torna-se algo mais amplo do que território, de modo que “a todo território corresponde uma territorialidade, mas nem toda territorialidade implica na existência de um território.” Assim, enquanto o território pressupõe uma base material, concreta, a territorialidade implica em um “[...] referencial territorial (simbólico) para a construção de um território, que não obrigatoriamente existe de forma concreta.”

Assim, pensar a cidade, as áreas de atuação onde se expressa a dimensão territorial do trabalho informal, torna-se um desafio, sobretudo, em função dos conflitos ocasionados com a presença desses indivíduos no calçadão e o conflito com a norma urbana. Partimos da hipótese de que muitos desses trabalhadores se inserem nos ditames do capitalismo de modo precário, porém desenvolvendo estratégias espaciais no embate de forças em defesa do seu local de trabalho, do seu território. Com efeito, também entendemos que a mobilidade se revela como uma condição necessária à atividade do comércio de artesanato na área da Beira-Mar.

Nosso interesse pela atividade do comércio de artesanato no calçadão aflorou da necessidade de compreender a relação que esses trabalhadores logram estabelecer com a Beira-Mar, com o território, portanto, como esses agentes se territorializam em um espaço de grande valorização, cobiçado pelo capital imobiliário e turístico. O que os diferencia? Buscou-se, então, identificar as diferentes modalidades e conformações territoriais desse tipo de comércio de modo a se apreender, mais especificamente, as formas de organização e funcionamento da feira de artesanato no que tange às condições de trabalho, comercialização dos produtos e relações estabelecidas com o espaço e o poder públicos.

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo compreender a relação entre o trabalho informal e a cidade, enfocando a territorialização e a mobilidade do comércio ambulante de artesanato na Beira-Mar, em Fortaleza(CE). Acredita-se que a feira de artesanato se estabeleceu como alternativa para muitos trabalhadores que viram na produção e comércio de artesanato um meio de sobrevivência nas circunstâncias do desemprego. A feira se territorializou no calçadão, porém, este território, se formou no embate de forças, feita expressão mais recente do espaço, fruto das relações de poder presentes ali, que moldam a ação dos sujeitos na relação conflituosa com a lógica político-territorial. Assim, o controle no e do espaço público pela norma urbana condicionou quem pode estar fixo e quem deve estar em movimento, o que nos instiga a uma análise que possa dar conta dessa realidade dinâmica que é o trabalho informal nas áreas urbanas e, em particular, no que tange ao comércio de artesanato na Beira-Mar.

Ressaltamos, também, a importância no estabelecimento de um perfil dos permissionários da feira, haja vista a análise das questões retrocitadas, bem como

no entendimento do modo como esses trabalhadores se inserem no espaço urbano por meio do trabalho informal. Nesse sentido, foram incorporadas as trajetórias ocupacionais como recurso capaz de apreender o histórico de vida desses trabalhadores, bem como os percursos que os levaram à informalidade e/ou ao trabalho na feira. A trajetória ocupacional tornou-se, pois, um recurso importante, haja vista a possibilidade de revelar como esses trabalhadores acompanharam as transformações no mundo do trabalho, no período compreendido entre o final do século XX e início do século XXI e pela possibilidade de mostrar, no universo da feira, como a relação formal de trabalho foi paulatinamente substituída por ocupações informais.

O ensaio também buscou abordar a realidade do comércio ambulante de artesanato na Beira-Mar, sem incorrerem em um tratamento setorial (formal/informal) ou dualista, como nos adverte Oliveira (2003a), abrangendo, assim, as atividades ditas tradicionais (o artesanato) e o seu modo de inserção nas ações capitalistas.

A pesquisa empírica se baseou em dados secundários e primários e foi realizada no período do final do ano de 2008 e início de 2009. Para tanto, utilizou-se de fontes como o cadastro do comércio ambulante e de questionários aplicados no universo da feira. Na metodologia da investigação, visando à coleta de indicadores primários, foi estabelecida amostra de 100 questionários, aplicados com os permissionários da feira. Optamos pela realização de entrevistas em um número mais reduzido com os vendedores ambulantes de artesanato, de modo que se pudessem explorar aspectos mais qualitativos, com vistas à ocorrência desses sujeitos que atuam no entorno da feira, nosso interesse de estudo.

Os procedimentos de aplicação dos questionários tiveram, por critério, uma maior distribuição desse instrumento pela feira de artesanato, de modo que a amostra fosse capaz de cobrir toda a área constituída pelas barracas. Para isto, estabelecemos critérios, no intuito de prover melhor distribuição dos questionários. Nesse sentido, a feira foi dividida em dez áreas de aplicação correspondentes a seis fileiras de barracas por área, onde foram aplicados onze questionários (APÊNDICE A).

Considerando o período de aplicação dos questionários (dezembro/2008 e janeiro/2009), caracterizado como alta estação turística, portanto, de intensificação

das vendas pelos feirantes, e antevendo, assim, a resistência deles em responder o instrumento, foi estabelecida como procedimento de campo, a estratégia de tomada aleatória da barraca na área de aplicação. Na abordagem aleatória, empregamos um mapa de registro das barracas, onde foram aplicados os questionários, de modo a evitar repetições. A aplicação do questionário priorizou o permissionário da barraca com cadastro na Secretaria Executiva Regional II (SER II), da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF).

Cabe salientar que o trabalho de aplicação dos questionários revelou outra especificidade da feira, ou seja, a ocorrência de vendedores nas barracas. Houve por parte destes últimos um grande número de recusas, de modo que, para transformar esse dado em informação, usamos o mapa de registro do questionário, tendo como resultado a quantificação dos vendedores nas barracas, revelando, ainda, outro segmento de trabalhadores que atuam na feira.

A aplicação de um questionário semi estruturado com questões abertas e fechadas revelou-se, no decorrer do trabalho de campo, poderoso instrumento de pesquisa. Isto porque o questionário permitiu não somente as respostas às perguntas formuladas, mas também porque fez com que os entrevistados revisitassem suas memórias, narrando, em muitos casos, trajetórias de vida e/ou ocupacionais, o que nos permitiu o enriquecimento das análises. Desse modo, já nos primeiros questionários, buscamos explorar questões e assuntos referentes às trajetórias profissionais dos feirantes de sorte a se registrar o diálogo, com o cuidado de sermos fiéis ao pensamento do feirante e, quando oportuno, reproduzir suas respostas.

Nos meses que antecederam a aplicação dos questionários, também, foram realizadas visitas de campo, de modo que a prática da observação participativa permitiu que pudéssemos nos aprofundar no conhecimento do trabalho cotidiano no calçadão e da atividade diária na feira. O fato de estarmos presente ao calçadão ajudou-nos também a conhecer alguns dos feirantes e ambulantes, permitindo-nos maior aproximação do universo da feira.

Desde um ponto de fluxo, foi realizada uma verificação visual da concentração de ambulantes no entorno da feira. O recurso da entrevista também foi utilizado com os vendedores ambulantes no calçadão, haja vista ainda, a grande dificuldade na abordagem dos ambulantes no período de alta estação turística em

decorrência do grande interesse destes em efetuar suas vendas. Assim, as entrevistas não puderam ser demoradas, pelo menos em algumas questões, dificuldade que também foi sentida na aplicação do questionário com o feirante que, em virtude do grande fluxo de clientes, não queria se estender nas respostas para não perder tempo e, conseqüentemente, os clientes.

Esta dissertação foi organizada em cinco capítulos, dos quais o primeiro é esta introdução. No segundo módulo, tratamos sucintamente dos elementos constitutivos da urbanização brasileira e do trabalho informal como traço marcante na paisagem urbana de nossas cidades. Em seguida, procuramos apreender, com base na bibliografia consultada, a discussão conceitual sobre o setor informal e informalidade, suas extensões e limites, para, em seguida, revisitarmos a Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana atentando para a dimensão espacial da economia urbana. Dando continuidade, abordamos de modo específico a urbanização de Fortaleza.

No terceiro segmento, exibimos de modo breve, considerações sobre a atividade artesanal no Ceará, abordando a dimensão conceitual e os espaços do comércio de artesanato em Fortaleza. Ainda neste módulo, mostramos como o artesanato se imiscui no âmbito do desenvolvimento da atividade turística na orla marítima de Fortaleza, como atividade do circuito inferior.

No quarto capítulo, tratamos, mais especificamente, do trabalho informal desenvolvido no calçadão da avenida Beira-Mar, mostrando o perfil do feirante, sua territorialização e organização do trabalho no interior da feira, com a formação de subcircuitos do trabalho precário e as estratégias espaciais desses sujeitos, mediadas pelas territorialidades e mobilidades compulsórias traçadas no calçadão. Por fim, tecemos as considerações finais, especificadas, com os achados devidamente identificados, como capítulo de remate (cap. 5).



2 ESPAÇO URBANO, SOBREVIVÊNCIA E O TRABALHO INFORMAL EM FORTALEZA

Conforme nos ensina Milton Santos, em *Pensando o espaço do homem*, a paisagem, sobretudo a urbana, não é imóvel nem fixa como uma pintura emoldurada, mas reflete as mudanças econômicas, políticas e sociais. As transformações em curso no mundo do trabalho, na reestruturação das economias e das relações sociais, repercutem nas cidades brasileiras, onde a informalidade, as atividades informais, se territorializa e estabelece novas configurações urbanas por meio do trabalho autônomo, do comércio de rua que, por sua vez, redesenham as áreas normatizadas pelo Poder Público.

A relação do trabalhador informal com o espaço público mostra-se uma discussão pertinente e da ordem do dia, com a expansão do fenômeno da informalidade e de precarização das relações de trabalho que conduz veículos de comunicação de Fortaleza e demais grandes cidades brasileiras a noticiar constantemente a relação conflituosa produzida com a ocupação dos espaços públicos pelo trabalho informal, conforme veremos no decorrer deste estudo.

Como adverte Telles (2007, p.196), a “[...] economia informal, desde sempre presente na cidade (e no país) expande-se por meio de novas articulações entre a tradicional economia de sobrevivência, os mercados locais [...] e os circuitos globalizados da economia.” Exemplo disso são as relações estabelecidas entre a feira de artesanato e a dinâmica da atividade turística na Beira-Mar de Fortaleza, nosso objeto de interesse específico, negando, assim, a clivagem entre espaços globalizados e trabalho precário.

O dito setor informal é, já há algum tempo, objeto de análises e discussões acerca da sua pertinência conceitual entre estudiosos de áreas diversas, sobretudo, economistas, mas também sociólogos, geógrafos, dentre outros, preocupados em compreender e explicar a informalidade no meio urbano, onde este fenômeno se exacerba.

As transformações mais recentes no mundo do trabalho, no entanto, leva muitos desses estudiosos a questionar o par formal/informal, a exemplo de Teles (2007), que considera ser necessário desvencilhar-se (palavras dela) do que denominou de bipolaridades, para que se possa apreender as leituras do campo social na análise do trabalho e do urbano.

Neste capítulo, expomos os pontos que alimentam a discussão conceitual a propósito dos setores formal e informal e da informalidade, introduzindo no debate a dimensão espacial por meio da *Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana*, proposta por Santos (2008a) em sua obra *O Espaço Dividido*. Não é nossa intenção aqui, entretanto, exaurir o debate, tampouco chegar a novas formulações, porém achamos imprescindível considerá-lo como suporte teórico às análises que empreendemos sobre o comércio ambulante de artesanato em Fortaleza.

Iniciamos o capítulo apresentando, com base na literatura consultada e de modo breve, os elementos constitutivos da urbanização no Brasil, que têm como traço marcante na paisagem de suas cidades o trabalho informal e/ou a informalidade. Dando prosseguimento ao capítulo, abordamos de modo mais específico, a urbanização de Fortaleza, evidenciando a expansão do trabalho informal e a dimensão espacial desse fenômeno, resultante na ocupação dos espaços públicos pela população e a formação de feiras de comércio informal em diversas áreas da cidade. Acreditamos que esta formação resulte da grande massa de trabalhadores que sobrevive do mercado informal de trabalho, o qual se ampliou, consideravelmente, com a expansão do desemprego e do trabalho precário no espaço metropolitano de Fortaleza. A paisagem urbana se altera e o trabalho informal, antes restrito ao Centro da cidade, se descentraliza, formando novos territórios, como é o caso da avenida Beira-Mar onde se instalou a feira de artesanato, atraindo outros trabalhadores para seu entorno.

2.1 O trabalho informal como traço marcante na paisagem urbana das cidades brasileiras

2.1.1 Considerações sobre a urbanização brasileira

No Brasil, as transformações decorrentes da nova configuração do sistema capitalista só foram sentidas nos pós 1930, quando ocorreu a mudança do paradigma agrário-exportador para o urbano-industrial. A industrialização, como

principal vetor de desenvolvimento, progresso e dinamismo de certas regiões do país, bem como o Estado, tiveram papel preponderante nesse momento de transição para um novo modo de acumulação (OLIVEIRA, 2003a).

A urbanização brasileira trouxe consigo uma grande massa de trabalhadores “liberados” do campo em decorrência de um modelo de desenvolvimento que primou pela acumulação no sentido de repor e recriar as condições de expansão à industrialização. A regulamentação do vínculo entre o trabalho e o capital, mediante leis que fixaram o preço da força de trabalho, foi decisiva para o prosseguimento do novo modo de acumulação (OLIVEIRA, 2003a). Assim, formou-se nas metrópoles brasileiras uma grande reserva de força de trabalho ao dispor da indústria.

Na tabela 1, a seguir, evidenciam-se o rápido crescimento da população brasileira no período de 1940 a 2000 e a significativa inversão no predomínio da população rural para o contingente urbano, com início na década de 1970.

TABELA 1 – Evolução da população urbana brasileira - (1940/2000)

ANO	População (%)		Total
	Urbana	Rural	
1940	31,2	68,8	41.236.315
1950	36,1	63,9	51.944.397
1960	44,7	55,3	70.070.457
1970	55,9	44,1	93.139.037
1980	67,6	32,4	119.002.706
1991	75,6	24,4	146.825.475
2000	81,2	18,8	169.799.170

Fonte: IBGE – Adaptado dos dados históricos dos censos.

OBS: bibliográfica de referência - Estatísticas Históricas do Brasil/vol. 3 - Rio de Janeiro: IBGE, 1987; Anuário Estatístico do Brasil/IBGE - Rio de Janeiro, vol. 56, 1996; Contagem da População 1996/ Rio de Janeiro: IBGE, 1997, vol. 1; Censo demográfico 2000 – resultados do universo.

De 1940 a 1960, o crescimento urbano manteve-se mais ou menos estável, com o maior contingente de brasileiros vivendo no campo, não obstante, as alterações ocorridas à medida que a industrialização do País se consolidava. A urbanização crescente é alimentada pelo grande fluxo migratório, proveniente do campo e direcionado, sobretudo, para as grandes cidades, avalancado pela

intensificação da industrialização nos anos 1950, com o desenvolvimento da indústria de base e de bens de consumo duráveis. De acordo com Oliveira (2003a, p. 35), em 1956, “[...] pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura [...]”; no entanto, foi somente na década de 1970 que a população urbana ultrapassou a rural quando, 55,9% do total de brasileiros passaram a viver nas cidades, chegando-se, em 2000, a 81,2% da população do Brasil vivendo no meio urbano.

As cidades brasileiras transformaram-se no *locus* das atividades urbanas (indústria, comércio e serviços) e da concentração de empregos, gerando-se nelas uma grande massa de trabalhadores assalariados urbanos. O intenso fluxo migratório contribuiu tanto para o crescimento horizontal das cidades, com a formação das conhecidas periferias urbanas³ – locais de moradia da classe trabalhadora – quanto para a pressão sobre o mercado de trabalho e, conseqüentemente, o desemprego e a constituição do setor informal, conforme trataremos mais adiante.

A migração para os centros urbanos produziu ainda uma mudança significativa no modo de vida daqueles que passaram a viver no meio urbano, onde esperavam encontrar melhores oportunidades de trabalho e condição de vida. Como a indústria, evidentemente, não foi capaz de absorver maior contingente de trabalhadores, grande parte da população em idade de trabalhar sobrevive de outros setores da economia urbana, enquanto outros vão ter como única estratégia de sobrevivência nas cidades o trabalho informal.

Para Singer (1981, p. 117), a urbanização foi importante motriz no desenvolvimento capitalista do País, sobretudo, com o papel exercido pelas grandes cidades, que se transformaram em reservatórios de mão de obra, formando-se nelas

³ A respeito da formação das periferias urbanas, Ermínia Maricato explica que a urbanização da sociedade brasileira se constituiu em um *gigantesco movimento de construção de cidade*, no qual a criação de espaços para a moradia da população trabalhadora em áreas irregulares, a exemplo das favelas, revela como a cidade ilegal e precária surge como um subproduto do modelo de industrialização e desenvolvimento que operou pela regulação dos preços dos salários a baixo do custo de reprodução da classe trabalhadora urbana, de tal modo que, não somente os trabalhadores que atuavam no mercado informal, mas também “[...] aqueles regularmente empregados na moderna indústria fordista, apelam para expedientes de subsistência para se prover de moradia na cidade.” (MARICATO, 2001, p.23).

o *exercito industrial de reserva*⁴. O autor ressalta, ainda, que a concentração do capital em poucas cidades, a exemplo de São Paulo, com o conseqüente esvaziamento econômico de outras regiões do Brasil, ensejou o crescimento exagerado dessa metrópole, levando à conhecida realidade das problemáticas urbanas⁵, reflexo das contradições produzidas pelo modo como se deu a urbanização do País.

Conforme Santos (2008b, p. 105), as cidades brasileiras apresentam problemáticas semelhantes, mas que podem se exibir de modo diferente, de acordo com o grau, a intensidade e o seu tamanho, ou, ainda, levando-se em conta a região onde estão inseridas. Com efeito, em todas as cidades, podemos constatar que os problemas “[...] de emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde são genéricos e revelam enormes carências.”. Tais problemáticas, para o autor, são consequência de uma *urbanização corporativa*⁶ que mobilizou o Poder Público na criação das condições necessárias, por meio da aplicação dos recursos públicos, na promoção da *cidade econômica*, transformando seletivamente os lugares.

O desenvolvimento e o crescimento econômico, atrelados a um discurso da produção capitalista, de maior circulação de mercadorias, indivíduos e lucros terminou, pois, por centralizar as oportunidades e os investimentos nas grandes metrópoles, com os melhores empregos, infraestruturas e serviços modernos, reproduzindo o perfil da grande desigualdade da distribuição de riqueza socialmente produzida; uma condição que reflete a clara dominação dos recursos através da privatização dos meios e dos espaços nas grandes cidades.

Santos (2008b, p. 11) reforça também, a ideia de que o crescimento industrial não propiciou maior absorção da população trabalhadora proveniente do campo e que também migrou em consequência da modernização das atividades

⁴ Meneleu Neto (1996, p. 99) reforça esta asserção ao assinalar que no País “[...] a força de trabalho migrante nos anos cinqüenta e sessenta exerceu um conhecido papel de expensor do EIR para a indústria paulista [...]”.

⁵ Para Singer (*op. cit.*, p. 119) o problema urbano envolve as questões concernentes ao espaço urbano, mediante a escassez de habitações, a insuficiência dos serviços urbanos básico, como o abastecimento de água encanada e serviços de esgotos, a falta de leitos hospitalares e de vagas nas escolas, a poluição do meio ambiente, além do aumento crescente do desemprego e da delinquência.

⁶ O papel exercido pelas grandes firmas no sentido de “orientar” a aplicação dos recursos públicos buscou favorecer determinadas atividades em vez de gastos sociais para a totalidade da população da cidade, expressa em uma *urbanização corporativa* que “[...] se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório, opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos.” (SANTOS, *op. cit.*, p.122).

rurais. A modernização do campo repeliu cada vez mais o trabalhador pobre em função de uma agricultura capitalizada e mecanizada. Ainda segundo o citado autor, a população que não encontrou trabalho na indústria migrou para o setor terciário, que associou *formas modernas* e *formas primitivas* que não garantiam nem ocupação nem remuneração suficientes à reprodução destes trabalhadores.

Na região Nordeste, a manutenção da estrutura fundiária, demarcada no primeiro momento pela produção açucareira e, posteriormente, pela pecuária e a produção do algodão, reforçou não somente o latifúndio como estrutura típica, mas também a luta de classes travada entre fazendeiros, camponeses, meeiros, parceiros e pequenos sitiantes. Estes últimos, embora não completamente expropriados dos meios e instrumentos de produção, ganharam fortes justificativas, marcadas pela internalização da ideologia que atrelou as características climáticas do sertão nordestino à difícil condição de vida do sertanejo, criando o *Nordeste das secas*. Tudo isso, associado aos impulsos da industrialização, por meio dos incentivos fiscais promovidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁷, fez com que muitos trabalhadores do campo que migravam para outras regiões, especificamente, para São Paulo, passassem a migrar também para as capitais dos estados nordestinos (OLIVEIRA, 1981).

Em síntese, a mobilização desse *exército industrial de reserva*, constituído pelos fluxos migratórios atraídos pela *concentração espacial do capital*, e que se dirigiu para as metrópoles em busca de melhores oportunidades de ocupação, exerceu pressão diferencial na manutenção do baixo custo da força de trabalho urbana. O grande contingente de trabalhadores sem qualificação e sem grandes ambições fez com que muitas atividades mantivessem a incorporação intensiva da força de trabalho, retardando, assim, investimentos em capital fixo, como a

⁷ A SUDENE, criada em 1959, foi o órgão responsável pelo planejamento e execução de políticas, visando a promover o crescimento econômico e o desenvolvimento da região Nordeste. Esse órgão tinha a competência de supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento do Nordeste. As ações da SUDENE pautavam-se, sobretudo, em avaliar e acompanhar as aplicações dos incentivos fiscais e financeiros, bem como a isenção e redução do imposto de renda para projetos na região Nordeste. Na década de 1970, o órgão passa por mudanças estruturais, tendo suas atividades restringidas à administração dos sistemas de incentivos fiscais por meio do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) (MOREIRA, 2003, p. 211). Em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a SUDENE foi extinta e, em 2007, recriada no governo Lula pela Lei complementar 125/07, com a diretriz maior de promover o desenvolvimento sustentável entre os governos estaduais e municípios da área de atuação desse órgão, porém ainda se utilizando da administração de incentivos e benefícios fiscais como principal instrumento.

modernização tecnológica, permitindo, inclusive, a existência de empresas artesanais e semiartesanais (SINGER, 1981, p.123-131).

Para Oliveira (2003a), a concentração da renda, consubstanciada pelo crescimento da produtividade industrial, sobretudo, com origem na segunda metade dos anos 1950, associada aos baixos preços da força de trabalho urbana, dentre outros fatores, produziu um excedente de trabalhadores que, para arcarem com o custo da vida urbana (moradia, transporte, saúde, educação, alimentação), passaram a atuar na economia informal. Nas décadas de 1980 e 1990, aumentaram o desemprego e as relações informais de trabalho nas áreas urbanas, principalmente, nas metrópoles (MARICATO, 2001, p.23).

Meneleu Neto (1996, p. 75), analisando a reestruturação pelo caminho do desemprego, acentua que este passa a ser um fenômeno difundido e até mesmo naturalizado no cotidiano da sociedade com um “[...] crescente exército de desempregados no fim do século XX, justamente após o apogeu das políticas de pleno emprego do último pós-guerra.”. Sob esse aspecto, o autor nos explica que a forma encontrada pelo capital para enfrentar os obstáculos à crise do modelo fordista de acumulação dos anos 1970, que buscava a superação da crise de rentabilidade do capital, foi justamente a desregulamentação das economias que ocorreu por meio da *‘virada’ neoliberal*. Esta, por sua vez, permitiu a reestruturação produtiva no Brasil por meio de políticas econômicas que operaram a desregulamentação do mercado de trabalho, possibilitado, assim, pela “quebra” de resistência do trabalho organizado (sindicatos), o aumento do desemprego e a reposição do *exercito industrial de reserva*, como mecanismos de pressão sobre a própria classe trabalhadora.

No Brasil, inaugurou-se, nos anos 1990, um período de abertura, como veremos mais à frente, quando ocorreu o crescimento das taxas de desemprego do País. Ainda para Meneleu Neto, a informalidade é um fenômeno diretamente atrelado ao desemprego, de modo que

[...] a precarização do trabalho, que se alastra sob a condição de informalidade, não é um fenômeno desvinculado do desemprego, mas é produzido através dele. O fato de a 'informalidade' das relações de trabalho amortecer os impactos sobre as taxas de desemprego aberto, apenas expõe as formas 'ocultas de desemprego'. (MENELEU NETO, 1996, p.103)

Conforme Dedecca (2007, p.18), no ano de 2006, “[...] das mais de 87 milhões de pessoas com trabalho no Brasil, quase 81 milhões tinha ocupações remuneradas.” e, desses, 30,2 milhões incluíam-se no setor informal. Assim, aproximadamente 40% das ocupações remuneradas eram de atividades ocasionais e/ou parciais que demonstram a proporção das atividades informais como um fenômeno presente na realidade brasileira e que se exacerba nas grandes cidades. Podemos ter como exemplo desse fenômeno a expansão do comércio de artesanato na Beira-Mar de Fortaleza, conforme veremos adiante, com o crescimento da feira de artesanato e a concentração do comércio ambulante no seu entorno.

Há uma angústia cada vez maior pelo emprego estável, com carteira assinada, que não está (nem esteve) acessível a todos. Roberto Schwarz, prefaciando a obra de Francisco de Oliveira (2003a, p.13), ressalta que “[...] a nova correlação de forças leva ao desmanche dos direitos conquistados [...]”, desse modo seguindo a tendência para a “[...] informalização do trabalho, para a substituição do emprego pela ocupação ou, ainda, para a desconstrução da relação salarial.”

David Harvey (1993, p. 140), ao tratar das transformações político-econômicas do capitalismo, ocorridas no final do século XX, assevera que a transição do *Fordismo à Acumulação Flexível* foi movida por mudanças significativas apoiadas “[...] na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo [...]”, intercalando inovações tecnológicas e formas organizacionais flexíveis, implicando altos níveis de desemprego.

Para Harvey, tais mudanças estruturaram um mercado de trabalho composto por dois grupos de empregados, o primeiro consistiu em um grupo central, que concentrou o emprego regular com maior segurança e estabilidade, melhores rendimentos e com habilidades técnicas, gerenciais atendendo à demanda efetiva das grandes corporações; e o segundo, constituído por um grupo periférico situado às margens do grupo central e dividido em dois subgrupos, o primeiro dos quais caracterizado pela alta taxa de rotatividade e facilidade na redução dos quadros

compreendendo os “[...] ‘empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, como pessoal do setor financeiro, secretárias, pessoal das áreas de trabalho rotineiro e de trabalho manual menos especializado’.”. (HARVEY, 1993, p. 144). Já o segundo subgrupo, em situação de menor estabilidade, em relação ao primeiro, foi composto por “[...] ‘empregados em tempo parcial, empregados casuais, pessoal com contrato determinado, temporários, subcontratação e treinandos com subsídio público [...]’” (HARVEY, 1993, p. 144). Harvey evidencia, ainda, o fato de que este último segmento de empregados foi o que apresentou crescimento significativo nos últimos anos e aponta para o surgimento de estratégias de sobrevivência entre os desempregados e grupos de imigrantes, inclusive, por meio do comércio ilegal e da sonegação de impostos. Ante o exposto, a crescente flexibilidade, travestida de subcontratações, dos empregos temporários e atividades autônomas é prova clara que fundamenta empiricamente uma nova fase na organização do trabalho e do emprego (HARVEY, 1993, p. 178).

O movimento do capitalismo contemporâneo instituiu dois tipos diametralmente opostos de empregos. O primeiro formado por ocupações de *alta performance técnico-científica*, que não necessariamente são empregos no modelo formatado pelo *Welfare State*, mas que hoje também operam na forma de consultorias e/ou prestações de serviços qualificados; enquanto isso, o segundo é ocupado por um segmento de trabalhador cuja tarefa é mais braçal, mais banalizada. Essa nova conformação do emprego, entretanto, cria outras territorialidades e/ou desterritorializações dos trabalhadores que buscam preencher esses novos requisitos (OLIVEIRA, 2004).

Essa mesma linha de pensamento é manifestada por Ladislau Dowbor (2006) ao assinalar não ser mais possível falarmos, no período atual, em empregos, à medida que está em curso uma sistemática transformação da cultura de trabalho. Para o autor, há uma hierarquização dos vínculos empregatícios que relaciona o *trabalho de ponta*, o *trabalho precário*, o *trabalho informal* e o *trabalho ilegal*. É nas grandes multinacionais ou empresas que têm grande inserção tecnológica e/ou serviços modernos que se concentram os empregos “de ponta”, incorporando uma pequena elite qualificada, com altos rendimentos, empregada em áreas estratégicas, como as de *Marketing*, *Design*, *Administração*, *Contabilidade* e *Advocacia*. Desse

modo, verifica-se, no topo dessa hierarquia, “[...] o emprego nobre no setor formal, com salários relativamente elevados e normas de trabalho relativamente respeitadas [...]”, envolvendo, entretanto, parcelas reduzidas da população de cada país (DOWBOR, 2006, p.18).

Os empregos “de ponta”, no entanto, se apóiam em outro tipo de emprego, ou seja, os *empregos precários* nas nações periféricas, onde grandes empresas instalam suas plantas fabris e empregam um grande número de trabalhadores, visando à manutenção de patamares de produtividade e lucro. Estes indivíduos, em geral, são contratados para atividades que utilizam a força de trabalho intensa, com ínfimo respeito às normas trabalhistas e instabilidade/insegurança, sobretudo, quanto ao tempo de permanência na atividade. Tal observação complementa o entendimento de que o número de empregos oferecido é insuficiente para a massa de trabalhadores. Como anota Dowbor (2006, p. 21), “o trabalho assalariado não é a forma dominante de se ganhar a vida no Brasil [...]”. Por conseguinte, fomentam-se iniciativas na abertura de pequenos negócios que em sua maioria também conhecem um curto período de existência, haja vista seu alçado índice de mortalidade empresarial.

Isso tudo resulta na expansão da massa de trabalhadores desempregados, que recorrem a tarefas informais de várias formas para sobreviver. Este trabalho envolve baixos níveis de rendimento e precariedade das formas de trabalho. E, por último, abaixo disso, tem-se o *trabalho ilegal*, que envolve a *economia ilegal* em diversas atividades, como a pirataria, contrabando de produtos, tráfico de drogas, dentre outros.

Corroboram-se com a opinião de Dowbor no sentido de que a compreensão do processo de urbanização torna-se essencial no entendimento da realidade do trabalho no Brasil, haja vista que o País passou por uma urbanização acelerada, resultando na grande massa de pobres nas periferias das suas cidades (DOWBOR, 2006, p. 19). Para Ladislau Dowbor (2005), entretanto, quantificar o setor informal e o desemprego constitui dificuldade, pelo fato de se tratar de uma massa de trabalhadores não homogênea.

Se tomarmos por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2007, que considera o trabalhador por conta própria⁸, podemos verificar que somente esta categoria de trabalho, no Brasil, corresponde a 21,2% da população ocupada, sendo 19,2 milhões de trabalhadores que atuam por sua conta no país (IBGE, 2008, p. 64). Questiona-se, todavia, a capacidade de abrangência da informalidade, haja vista as questões expressas por Meneleu Neto (1996), quanto à polêmica entre as metodologias de mensuração do desemprego e as condicionantes que os disfarçam. A metodologia utilizada pela PNAD considera o trabalhador por pessoa ocupada ou desocupada, além de outras subdivisões - como trabalho remunerado e não remunerado, com carteira assinada e sem carteira assinada.

A discussão sobre a informalidade e o setor informal, acreditamos, está longe de se esgotar, além da evidente ausência de consenso entre os estudiosos da temática. Cabe destacar, entretanto, que há um entendimento de que não é possível se tratar a informalidade e o setor informal sem levar em conta o modo como se configuram as relações de trabalho nas formações sociais regidas pelo modo de produção capitalista.

Evidencia-se, ainda, o fato de que a terminologia setor informal é largamente aplicada seja como referenciais de pesquisa, seja por órgãos oficiais como IBGE, SEBRAE, dentre outros. Sabemos também que esta é uma discussão muito mais vinculada aos estudos econômicos, entretanto, como veremos mais adiante, por se tratar de um debate que envolve o trabalho e, sobretudo, a dimensão espacial urbana, justifica-se sua consideração pela Geografia. Desse modo, não podemos pensar as cidades brasileiras, hoje, sem levar em conta a grande massa de trabalhadores que sobrevive na informalidade e/ou setor informal.

A rápida revisão de literatura que empreendemos até aqui constitui um ponto de partida para nossas reflexões, tendo por base a urbanização brasileira. A seguir, trataremos mais especificamente do debate conceitual sobre o setor informal e a informalidade, apreendendo as premissas do debate, portanto, como substrato teórico para o desenvolvimento da pesquisa que levamos a efeito a respeito do comércio ambulante de artesanato na Beira-Mar de Fortaleza.

⁸ Segundo nota técnica da PNAD 2007, a ocupação de trabalhador por conta própria compreende a pessoa que trabalha “[...] explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado.” (IBGE, 2007, p. 19).

2.1.2 Setor informal e informalidade: discussão conceitual

Iniciamos esta discussão ressaltando que não buscamos o aprofundamento detalhado da literatura sobre o tema, tampouco chegar à precisão conceitual. Nossa intento é expor as principais ideias presentes nas discussões que dão corpo ao debate. Em geral, entende-se por setor informal, explicitamente, aquele onde se enquadram os trabalhadores não absorvidos pelo mercado de trabalho formal, ou seja, os que não trabalham com carteira assinada. Esse entendimento, provavelmente, tem origem nas formulações de Keith Hart (1973), que, segundo Forbes (1989, p. 288-289), formulou o conceito de *setor informal* em 1971 para “[...] descrever os trabalhadores urbanos fora do setor assalariado.”. Segundo, ainda, este autor, o primeiro trabalho de relevância a utilizar o conceito de setor informal foi o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1972) sobre as estratégias de desenvolvimento voltadas para o emprego, com base no levantamento de campo realizado no Quênia, no final dos anos 1960.

Desse modo, a formulação da ideia de setor formal/informal foi utilizada por meio do Programa Mundial de Emprego, que se referia às “[...] atividades em pequenos estabelecimentos, ou baseadas no trabalho autônomo nas áreas urbanas, que tinham como objetivo a sobrevivência das pessoas diretamente envolvidas.” (DEDECCA, 2007, p. 20).

Segundo Cacciamali (1982, p.16), na literatura econômica, esse conceito caracteriza as atividades econômicas que empregavam

[...] tecnologias relativamente atrasadas na produção, isto é, o setor tradicional que compreende formas *arcaicas* de produção, remanescentes do passado e resíduo para trabalhadores não incorporados no setor moderno. Neles estariam ausentes aspectos dinâmicos, sendo receptáculo para grande proporção de desempregados e subempregados, com papel irrelevante na provisão de bens e serviços.

A autora enfatiza, entretanto, a noção de que, conforme a literatura econômica, o setor informal surge também como alternativa aos termos *moderno/tradicional* utilizados em vários modelos de desenvolvimento econômico,

haja vista as contradições do que seria moderno ou tradicional nas economias dos países subdesenvolvidos. Isto porque, para alguns autores, a própria atividade informal é moderna, porquanto também resulta do desenvolvimento econômico.

Cavalcante e Duarte (1980, p.12) argumentam que o setor informal se consolidou “[...] por uma tradição de emprego menos disciplinado, menos submetido à rígida definição de funções do modelo industrial, que não é estranha à experiência de regiões e países subdesenvolvidos [...]”. Afirmam ainda que se trata de uma experiência não estranha para uma parcela considerável da população urbana dos ditos países subdesenvolvidos.

Cacciamali (1982, p. 26), referindo-se à cidade de São Paulo, como um centro mais desenvolvido, considera o setor informal associado às formas de organizar a produção que não têm como motor o trabalho assalariado, mas sim o conjunto de produtores diretos, os quais, além de desenvolverem suas atividades com base na própria força de trabalho, vendem seus produtos e/ou serviços, atuando nos “[...] interstícios não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista.”

Já Dedecca (2007, p. 39) questiona qual a correta delimitação do setor informal. Para ele, a confusão dos conceitos leva a uma dificuldade de compreensão dos fenômenos observados no mercado de trabalho. Esse autor contribui, afirmando que o setor informal compreende “[...] as unidades de produção de pequeno porte, que atuam à margem dos segmentos modernizados da economia.”

É importante ressaltar que o setor informal, em algumas pesquisas oficiais, abrange vasto universo de trabalhadores, no qual se inserem empregados domésticos; trabalhadores por conta própria; prestadores de serviços; autônomos; pessoas ocupadas em pequenas unidades de produção familiar; vendedores ambulantes; trabalhadores manuais; e também os artesãos. A posição desses trabalhadores reflete claramente a condição de subordinação à produção e a circulação de mercadorias próprias das formas de produção capitalista.

Deste modo, as noções de setor formal e informal prestam-se a uma confusão de interpretações que não se restringem apenas à nomenclatura (*moderno/tradicional, estruturado/não-estruturado, formal/informal*). A discussão sobre o setor formal/informal está, por sua vez, diretamente relacionada ao emprego e ao desemprego, remuneração assalariada e não assalariada, cobertura ou não

pela rede de proteção social. Portanto, o entendimento atual do que seja formal e informal esbarra na própria contradição do sistema capitalista e na sua aplicação aos dias de hoje, com a introdução de práticas flexíveis de contratação, terceirização e de trabalhos precários que fazem parte da reestruturação das relações de trabalho no Brasil e alhures.

Temos dificuldade, no entanto, em enquadrar, em um mesmo patamar, situações tão díspares no que tange à remuneração não assalariada, à qualificação e ausência da formalização do trabalho que, por sua vez, implicam outras formas de inserção no mercado de trabalho. Não há como comparar executivos altamente qualificados e que se encaixam nessa nova modalidade de flexibilidade do trabalho com o vendedor ambulante, cujo único capital de que dispõe é seu corpo e a capacidade de mobilidade na venda de seus produtos, além de estar sujeito aos conflitos territoriais produzidos na “apropriação” do espaço público.

Tavares (2004, p. 31), a exemplo de outros autores, enfatiza a dificuldade na precisão dos conceitos, ao ressaltar a “[...] inexistência de um marco conceitual que defina o setor [informal], que acaba por ser descrito em oposição às atividades formais [...]”. Este fato é reforçado pelos economistas Hildete de Melo e Jorge Luiz Teles (2000, p.7) ao considerarem que, apesar da ampla aceitação e difusão do par formal/informal, “[...] não há na literatura socioeconômica, uma definição consensual sobre o significado do setor informal, sua natureza e composição.”.

A perspectiva que se tinha, no passado, de que o setor informal exercia a função de amortecedor nos períodos de crise econômica, absorvendo a mão de obra desempregada do setor formal e que posteriormente essa distorção do mercado seria corrigida com a incorporação do setor informal pelo formal, torna-se sem efeito nos dias atuais, justamente em virtude da expansão do setor informal, sobretudo, com origem nos anos 1990, quando as atividades informais, notadamente o comércio ambulante, se expandiram na economia metropolitana do País (MELO; TELES, 2000, p.19-20).

Esta é uma discussão de fôlego que requer um mergulho mais profundo nas dinâmicas recentes marcantes da fase atual do capitalismo. Nesse sentido, corrobora-se as ideias de Francisco de Oliveira, de que a exceção tornou-se a regra, ao se exigir, hoje do trabalhador formal a *flexibilidade, polivalência e iniciativa*,

atributos estes que eram bem mais característicos do trabalhador informal (OLIVEIRA, 2003b, p. 11).

Assim, a complexidade do fenômeno da informalidade, outra nomenclatura para tratar o setor informal, ocorre na contemporaneidade marcada justamente pela sua universalidade, que se agiganta nos grandes centros urbanos, não só latino-americanos, mas também europeus, norte-americanos e asiáticos. Mesmo sendo a informalidade uma realidade imprecisa com incertos contornos em suas manifestações, “[...] podem ser vislumbradas nos dois hemisférios, nos países desenvolvidos do Norte ou nas Nações subdesenvolvidas do Sul.” (MALAGUTI, 2000, p. 13).

Tais alterações, decorrentes da reestruturação econômica, passam a se manifestar também nos países de economia avançada, onde se redesenham novas e velhas modalidades de trabalho – um *trabalho atípico* - ao histórico europeu de direitos trabalhistas conquistados (VASAPOLLO, 2005, p.8-9).

A ampliação das formas de exploração da força de trabalho por meio do fenômeno da informalidade e as suas implicações na produção do espaço urbano se inserem em uma reflexão maior sobre o contexto da reestruturação produtiva e as mutações ocorrentes no universo do trabalho urbano brasileiro, que passou por um conjunto de transformações de ordem econômica, sobretudo, na década de 1990 (ANTUNES, 2006, p.15).

Nas décadas de 1980 e 1990, verificou-se uma profunda alteração no mundo do trabalho. De acordo com Ricardo Antunes, em sua obra *Adeus ao Trabalho*, é possível se observar uma tendência paralela à redução do proletariado fabril juntamente com a expansão do assalariamento no setor dos serviços, o que não quer dizer a expansão do emprego formal no País. Para referido autor, “[...] vivencia-se também uma *subproletarização* do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, ‘terceirizado’, vinculados à ‘economia informal’ entre tantas modalidades existentes.” (ANTUNES, 1995, p. 44).

Alves (2000, p. 9) situa o ápice dessas alterações no mundo do trabalho desde as incursões das políticas neoliberais, que no Brasil tiveram como marco o governo Collor (anos 1990), quando tomou maior impulso a integração do capitalismo brasileiro à economia mundializada. Esse fato teve impacto direto sobre

os principais polos industriais do País, que passaram efetivamente pela reestruturação produtiva, trazendo grandes impactos sobre a economia urbana.

Neste contexto, e como reforça Malaguti (2000, p. 63), ante o desemprego crescente, o fenômeno da informalidade se espalha por todos os setores econômicos, de modo que o trabalho por conta própria, o sonho da pequena empresa, do negócio próprio, torna-se um refúgio, uma fuga para a massa de trabalhadores desempregados, que vivem nas periferias das grandes cidades, cujos rendimentos mensais são incapazes de garantir o sustento da família.

De modo geral, a expansão das atividades informais a urbanização brasileira e se agravou com a reestruturação produtiva das últimas décadas. Acreditamos que a expansão do comércio ambulante resulta dessa lógica, haja vista que o trabalhador informal se torna cada vez mais presente na paisagem não somente das grandes cidades, mas também das médias e pequenas⁹. A revisão constitucional das leis trabalhistas no Brasil, mais flexíveis, tendeu a agravar esse estado com a regulamentação de empregos temporários, regidos por prazos determinados e reduções dos direitos trabalhistas, levando a uma condição instável do trabalhador.

Assim, há uma relação direta entre a expansão do trabalho informal e o processo de reestruturação produtiva ocorrido nas últimas décadas, haja vista o grande número de trabalhadores desempregados que perderam seus postos de trabalho e que passaram a atuar em atividades ocasionais como meio de sobrevivência. Se antes podíamos falar de um setor formal delineado pelo emprego com carteira assinada, e de um setor informal marcado pela ilegalidade e marginalidade, no período atual, estes são marcados pela precarização das relações

⁹ Virgínia Holanda (2007), em tese de doutorado, mostra a presença do *circuito inferior* na cidade média de Sobral, marcada pelo comércio ambulante, tanto ambulantes fixos como itinerantes, que utilizam o espaço público como local de trabalho. Esta atividade traz consigo a heterogeneidade característica das mercadorias vendidas que mesclam produtos ligados à região e produtos industrializados. Os ambulantes se territorializam em áreas de grande fluxo, como as ruas principais, o entorno do Mercado Central, as calçadas próximas à Santa Casa de Misericórdia de Sobral e as praças públicas. Este comércio atende à população pobre da Cidade e de municípios vizinhos, que busca também a compra de produtos industrializados como DVDs, CDs 'piratas', relógios, bijuterias, confecções e brinquedos. Um dado intrigante apresentado por essa autora, entretanto, diz respeito ao comércio de artesanato que compõe apenas 4% do *circuito inferior* em Sobral, cidade de tradição artesanal em trançados da palha de carnaúba, artigos em couro e bordados.

de trabalho e a desregulamentação do sistema de emprego. Esta condição geradora de informalidade, dentre outros aspectos, leva-nos a uma dificuldade em precisar o que seja formal ou informal.

Consoante Tavares (2004, p. 53), o movimento contemporâneo do capitalismo conforma situações que “[...] obscurecem as fronteiras entre a atividade industrial e os serviços, entre o trabalho produtivo e o improdutivo, entre o trabalho formal e o informal, entre emprego e desemprego, e entre a produção e a apropriação parasitária do valor.”.

Torna-se, pois, comum vermos nas calçadas das grandes metrópoles a comercialização dos mais variados produtos, pela atividade ambulante, que vão desde importados *made in China* até alimentos caseiros e/ou preparados no momento da compra (sanduíches, pamonhas, bolos, churraquinhos, tapioca, milho cozido, dentre outros), ou, ainda, de mercadorias fabricadas em pequenas unidades familiares. Não obstante o comércio de rua, outras formas de trabalho são improvisadas, como a atividade dos guardadores de carros e catadores de materiais recicláveis¹⁰ que compõem a paisagem das grandes cidades brasileiras.

Ramos (2002, p. 1), compreende a “informalização” das relações de trabalho como a “[...] ausência de proteção da legislação trabalhista para estas relações.”. Mencionado autor atenta para o entendimento desse fenômeno entre os especialistas, que veem a proteção trabalhista como indicador de qualidade do emprego. Assim, a inexistência do emprego com carteira assinada e/ou não ocorrência dos benefícios sociais caracterizam a precarização do emprego mediante a informalização do mercado de trabalho. Dedecca (2007) parece também entender a informalidade como relacionada a parcela da população ocupada sem proteção social (previdência social) e ao não-cumprimento das normas de proteção aos trabalhadores.

Concordamos com Malaguti (2000), ao pensar a informalidade associada ao trabalho independente, enquanto a formalidade tem como suporte o trabalho assalariado. Para esse autor, a informalidade torna-se um conceito mais amplo do que o de ‘setor informal’ e expressa “[...] manifestações de um salariado que perde

¹⁰ Rocha (2008), que estudou a atividade exercida pelos catadores de lixo reciclável em Fortaleza (CE), ressalta como esses sujeitos se tornam marcantes na paisagem urbana, trabalhando diuturnamente nas ruas, em um movimento contínuo em busca do lixo, que constitui fonte de renda mínima e sobrevivência, marcando o espaço urbano nessa relação contraditória com nossa sociedade consumista, principal geradora de resíduos sólidos/lixo.

sua materialidade relacional.” (MALAGUTI, 2000, p. 14), a exemplo dos trabalhadores com carteira assinada, que têm parte da remuneração registrada em carteira e outra não. Em muitos casos, na relação contratual, parte do salário é fixado à margem da legislação trabalhista, ou seja, na informalidade. Malaguti ilustra como exemplo o funcionário público que, no seu ambiente de trabalho, vende mercadorias como confecções e cosméticos (“Natura”, “Avon”), perfumes, sabonetes, dentre outros artigos, aos colegas de trabalho. Não estaria esse fazendo as vezes de um ambulante no ambiente da instituição pública?

A informalidade da economia e do trabalho também é discutida por Gonçalves e Thomaz Júnior (2002), que ressaltam a polissemia dos estudos relativos às atividades econômicas informais e a necessidade de constituição de um arcabouço teórico-conceitual que possa ampliar os conhecimentos sobre o tema, de modo a se chegar a uma melhor compreensão desse fenômeno. Para referidos geógrafos, a dimensão geográfica do fenômeno da informalidade manifesta-se na territorialização de experiências autônomas, a exemplo dos ambulantes nos espaços públicos dos centros urbanos. Surgem, então, novas formas de exploração do trabalho que se mesclam às maneiras em curso. Estas rebatem na organização espacial das cidades como expressão territorial do trabalho na sociedade contemporânea. Nesse sentido, Yázigí assevera que a situação dos ambulantes “tornou-se uma das principais questões do espaço público.” (YÁZIGÍ apud GONÇALVES; THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 9).

Não constitui nossa pretensão conceber uma nova conceituação ou mesmo eleger novos critérios para estabelecer distinção entre setor formal e informal, mas evidenciar o debate acerca destes conceitos, sobretudo, com as mudanças em curso nas relações de trabalho e como estas repercutem na definição do que é trabalho formal ou trabalho informal. Com efeito, buscamos, por meio das leituras, um melhor entendimento sobre a realidade do trabalho informal ou do fenômeno da informalidade, como destaca Malaguti (2000), ultrapassando uma *solução simplista de enquadramento setorial*, mostrando, assim, a complexidade desse segmento de trabalhadores.

A Ciência Geográfica volta-se, mais recentemente, para as questões do trabalho, haja vista as mutações em curso nas relações de trabalho com o crescimento da informalidade e o rebatimento espacial dessa realidade no espaço urbano. Conforme nos esclarece Francesconi (2004, p. 1), embora o tema não seja novo para o pensamento geográfico, ele ressurgiu “[...] ao mesmo tempo em que as mudanças do trabalho atingem a sociedade brasileira e o desemprego revela-se como ameaça crescente ou presença concreta para a parte da sociedade inserida no mercado de trabalho no capitalismo desde o século XX.” Há ainda o questionamento da autora quanto a: como poderia ficar o geógrafo alheio a essa discussão ante a realidade contemporânea da sociedade? Questões como a falta ou a carência de empregos, a precarização dos postos de trabalho, com ocupações que cada vez mais se isentam dos benefícios sociais, despertam novos estudos sobre o trabalho como categoria portadora de potencial explicativo do espaço. De qual trabalho, porém, estamos falando? Ainda para Francesconi (2004, p. 2), o trabalho “[...] constitui-se em conceito fundamental para a explicação do espaço como produto social o qual tanto no urbano quanto no rural reproduz-se contraditoriamente tal como a totalidade social da qual faz parte.”.

A pesquisa *Economia Informal Urbana*, realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), segue as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que delimita o setor informal com substrato na unidade de produção, deixando à parte o trabalhador individual ou sua atividade. Desse modo, referida pesquisa não abrange atividades como a pequena indústria alimentar, o artesanato, confecções e serviços, sendo ainda excluída a chamada “população de rua”, mesmo se reconhecendo a importância e o crescimento destes trabalhadores nas áreas metropolitanas (FIBGE, 2006, p.11).

Segundo Coutrim (2007, p. 25) a dicção trabalho informal pode ser aplicada “[...] em muitas atividades que são exercidas fora da legislação trabalhista”. Na perspectiva de Tavares (2004, p. 52), porém, o entendimento da noção de trabalho informal distancia-se do que a OIT caracteriza como setor informal (unidade produtiva), de modo que o trabalho informal trata do “[...] emprego desprotegido, sem vínculo formal, mas diretamente vinculado à produção capitalista. Trata-se de formas de trabalho que foram praticadas pela sociedade pré-industrial e são agora retomadas [...]”. Assim, o trabalho informal exercido de forma autônoma foge ao

modelo de trabalho marcado pela relação salarial, sendo o seu oposto, uma vez que decorre da exclusão social e do desemprego.

Concordamos com a noção de trabalho informal apresentada por Tavares, haja vista o seu distanciamento da ideia de setor informal e uma vez que consideramos coincidir com o entendimento que temos das condições de trabalho na feira de artesanato da avenida Beira-Mar, sobretudo, o caráter de desproteção, ausência de vínculo empregatício, mesmo considerando a sua relação com setores modernos da economia, como o turismo. Vale ressaltar que consideramos a atividade da feira como comércio ambulante, pois tanto os trabalhadores da feira quanto os vendedores do calçadão são registrados como comércio ambulante pelo Poder Público municipal. Acrescentamos o fato de que a feira se formou de vendedores ambulantes que se territorializaram naquele espaço público, ainda estando submetidos a uma mobilidade compulsória, como característica intrínseca desse tipo de comércio.

Deste modo, uma questão que passamos a exprimir como inquietação diz respeito ao modo como o trabalhador informal se relaciona com a cidade, tendo em vista as contradições postas pela maneira como os trabalhadores enfrentam as situações de desemprego e em que medida as relações de trabalho informal se apropriam do espaço público, no caso da Beira-Mar de Fortaleza, e como essas formas de trabalho se territorializam no espaço urbano.

Acreditamos que a conceituação de setor formal/informal se revela insuficiente para compreender a realidade atual. O uso do termo como modelo analítico da divisão do trabalho, no falar de Francisco de Oliveira, se torna um jargão herdado da Ciência Econômica, porém que não condiz mais com o momento atual. Supomos, de início, que a economia informal não pode mais ser vista como setor paralelo, uma economia subterrânea, invisível e oculta, porquanto é a realidade que salta aos nossos olhos, diariamente nos espaços públicos das grandes cidades. No caso da Beira-Mar, essa atividade está presente ali, juntamente com o setor moderno da economia. O que ocorre muitas vezes é a naturalização desses indivíduos na paisagem da cidade.

É nesse sentido que levamos na devida conta neste trabalho a dimensão espacial contida na *Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana*, formulada pelo geógrafo Milton Santos, conforme trataremos a seguir.

2.1.3 Breve abordagem espacial da economia urbana na perspectiva do circuito superior e do circuito inferior

Milton Santos (1978), já chamava a atenção para a importância de um estudo que desse conta das atividades autônomas - vendedores ambulantes nas cidades - ante as condições de urbanização resultantes da modernização tecnológica. Do mesmo modo, McGee, ao se referir a organização da economia desses indivíduos, salientava a predominância de pessoas que trabalhavam por conta própria ou em empresas familiares como pequenas fábricas, pequenos comércios, incluindo-se aí o comércio ambulante. Atividades essas que eram consideradas como ilegais ou, ainda, nos termos de hoje, não legalizadas. (MCGEE apud SANTOS, 1978, p. 48).

As políticas direcionadas aos países ditos subdesenvolvidos estabeleciam, via de regra, a industrialização como meio de desenvolver esses estados, levando estudiosos a uma visão dualista que distinguia, em suas economias, um *setor moderno* e um *setor de subsistência*, geralmente associados às análises da dependência e da marginalidade correntes nos estudos latino-americanos dos anos 1960.

A contribuição do geógrafo Milton Santos para o entendimento da economia urbana das cidades dos países subdesenvolvidos, aconteceu por meio da reflexão de como funciona a economia dos pobres que vivem nas cidades, ou seja, como as atividades exercidas por essa massa de pobres se articulam com os setores modernos, sendo que ambos resultam dos efeitos da modernização.

Ainda Milton Santos (1978, p. 52) em sua obra *Pobreza Urbana*, diante da tendência de uso das expressões setor formal e setor informal, questiona: *Por que setor informal? Existe um setor informal da economia paralelo ou em contraste a um setor formal?* Em vez de falar em setor formal/informal, Milton Santos opta pela

abordagem da Economia Urbana em Circuitos por considerar serem estes indicadores de uma totalidade maior. Assim, para o autor, a Economia Urbana devia “[...] ser estudada como um sistema único, mas composto de dois subsistemas [...]”, os quais denominou de *circuito superior* e *circuito inferior* (SANTOS, 1978, p.34). Ainda nessa obra, o autor lança questões partilhadas com outros autores como T. G. McGee e A. Quijano, com indagações sobre como: “[...] as atividades dos pobres se mantêm nas cidades que se modernizam e como ocorreu a elasticidade do mercado de trabalho – apesar de não ter havido expansão do emprego fixo – enquanto a população aumentava.” (SANTOS, 1978, p.48).

Também Paul Singer, em *Economia Política da Urbanização*, discute a validade das ideias formuladas por Anibal Quijano a respeito da formação de dois setores ou polos, *um marginal* e outro *moderno integrado* na economia dos países da América Latina e a relação direta da formação desses dois setores com as relações de dependência capitalista. A formação de um polo marginal ocorre com a perda de importância de certas atividades econômicas que passavam a ser marginalizadas em relação às relações hegemônicas de produção no meio urbano, a exemplo do artesanato, das pequenas empresas de serviços e do pequeno comércio, enquanto que o setor moderno integrado está ligado aos monopólios (SINGER, 1981, p. 81).

Singer retoma o mesmo par, porém direcionado-o para os elementos da distinção entre os setores hegemônico e marginal. Para ele, todavia, as características do setor hegemônico não impediam a atividade e até mesmo a expansão dos setores marginais, a exemplo do crescimento da comercialização de produtos artesanais, como o crescimento do turismo em diversos países latino-americanos. Para o autor, entretanto, há determinados fatores que “[...] impedem o capital monopolista de dominar toda a economia, ou seja, de penetrar nos ramos cujos mercados ainda são concorrenciais.” (SINGER, 1981, p.86). O primeiro fator está ligado à escala de produção, ou seja, diz respeito à natureza da atividade exercida em escala reduzida nas pequenas unidades produtivas e no pequeno comércio a varejo que operam em menores proporções, com recursos técnicos obsoletos e mobilizam um pequeno volume de capital, de sorte que os investimentos

no setor se tornam desestimulantes¹¹. De acordo com Singer (1981, p.87-88), não se justifica o fato de que as atividades não integrantes do setor monopolístico sejam apresentadas como marginais. Pelo contrário, as atividades dinâmicas, por sua natureza modernizadora, até mesmo, criam condições para a atuação do pequeno comércio a varejo, incluindo-se aí a comercialização do artesanato. Trazendo essa premissa para a realidade do nosso objeto de estudo, inferimos que o desenvolvimento da atividade turística na Beira-Mar, com o estabelecimento de hotéis, restaurantes etc., promoveu também a atuação do comércio de comidas regionais e da comercialização ambulante de artesanato no calçadão.

Retomando aqui a *Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana*, proposta por Santos (2008a), a existência de um circuito inferior da economia decorre do modelo de crescimento econômico adotado e se torna uma expressão da distribuição de renda injusta. Assim, esse circuito engloba “[...] atividades de serviço como a doméstica e os transportes, assim como as atividades de transformação como o artesanato e as formas pré-modernas de fabricação, caracterizadas por traços comuns [...]”. (SANTOS, 2008a, p.201).

Para Santos (2008a, p. 54), “as ocupações ditas tradicionais são chamadas a desempenhar novos papéis [...]”, a exemplo do crescimento do artesanato voltado para o turismo, sendo esta, para ele, “[...] uma forma particular de revitalização das atividades tradicionais.”. Muito embora, para o autor, pareça difícil chamar o circuito inferior de tradicional, pois este não é somente resultado da modernização “[...] mas também porque está em processo de transformação e adaptação permanente [...]”, sendo ainda alimentado pelo *circuito moderno* (SANTOS, 2008a, p.39).

O circuito inferior, na visão de Santos, abrange as formas de fabricação capital não intensivo; os serviços não modernos fornecidos a varejo; a pequena produção de artigos manufaturados, em geral artesanais e/ou produzidos em pequenas quantidades; além do comércio de pequena dimensão, voltado, sobretudo, ao consumo dos mais pobres (SANTOS, 2008a, p.197). Desse modo, o circuito inferior é marcado pelas atividades de pequena dimensão, enraizadas na

¹¹ Embora haja ramos não atrativos, Santos (2007, p. 98) identifica a ação das grandes empresas do ramo alimentar, que dispõem de frotas de carrinhos de mão ocupando vários pontos da cidade e fazendo concorrência com os agentes do circuito inferior na sua própria área de atuação, ou seja, a rua.

cultura regional e pelos trabalhadores que atuam fora do mercado moderno. Neste patamar, enquadramos o comércio de artesanato na Beira-Mar, dada a sua vinculação com a cultura regional.

O circuito superior é visto por Santos como originário da modernização tecnológica, portanto, formado pelas empresas, inseridas no mercado moderno (serviços modernos e indústria moderna), que usufruem de elevada tecnologia, além de outros ramos que compõem um *circuito superior marginal*, ou seja, aqueles que se relacionam em determinados momentos com agentes do circuito inferior, bem como com agentes do circuito superior (transportadores e atacadistas). O autor destaca, entretanto, a interdependência dos dois circuitos, mas chama a atenção para a *dependência do circuito inferior em relação ao superior*, ou seja, como o segundo repercute sobre o primeiro.

Os dois circuitos, porém, são compostos por variáveis que caracterizam as atividades dentro de cada um. São elas: tecnologia, organização, capitais, emprego assalariado, estoques, preços, crédito, margem de lucro, relações com a clientela, custos fixos, publicidade, réuso de bens, *overheard capital*, ajuda governamental, dependência direta do exterior (SANTOS, 2008a, p. 44).

No que tange à atividade do comércio e serviços na Beira-Mar, em Fortaleza, identificamos alguns elementos presentes ali que caracterizam os dois subsistemas de fluxo econômico apontados por Santos, o que nos permitiu, com base nas formulações apresentadas pelo autor, traçar um esboço, em forma de diagrama. Este visa a apreender a atividade de comércio e serviços, considerando-se os seguintes elementos: transportes, hospedagem, entretenimento, alimentação e artesanato, haja vista, o fato de que estas atividades se enquadram como características do turismo. Nossa intenção foi destacar os elementos presentes nos dois circuitos que se articulam por meio da atividade turística em relações hierárquicas e de complementaridade.

A presença de alguns elementos dos dois circuitos, entretanto, é marcada pela concentração/dispersão desses agentes pela Beira-Mar. A concentração da atividade turística, sobretudo dos meios de hospedagem na orla marítima da cidade, delimita o conjunto de atividades concernentes ao circuito superior e, conseqüentemente, o segmento de pessoas ligadas a esse circuito, ou seja, o grande fluxo de turistas. Em oposição, temos a dispersão da atividade do comércio ambulante de artesanato que, no final da tarde passa a concentrar os feirantes no calçadão da avenida Beira-Mar.

O circuito superior, presente na orla marítima de Fortaleza, pode ser identificado no comércio e nos serviços modernos, a exemplo do setor hoteleiro, operadoras de turismo, agências bancárias (Banco 24 horas), agências de viagens, estandes de empresas áreas, restaurantes e *fast-foods*, que mobilizam demais serviços, como casas de câmbio, lavanderias, *lan houses*, postos para ligações telefônicas internacionais, locadoras de veículos, dentre outros. Já o circuito inferior constitui-se de uma série de atividades ligadas às ocupações ditas tradicionais, a exemplo do comércio de comidas e frutas regionais (tapioca, milho verde, siriguela, sapoti etc.) e da feira de artesanato, que tem maior peso nas atividades informais naquela porção da orla.

Observa-se, pois, no circuito superior, as relações hierárquicas estabelecidas entre os setores de transporte, hospedagem, entretenimento, alimentação e comércio de artesanato. Nesse contexto, destacam-se as empresas aéreas como principais responsáveis pelo transporte de turistas que visitam o Estado¹² e o setor hoteleiro pela grande oferta de leitos¹³. A presença do capital estrangeiro investido em hotéis de cadeias internacionais (*Holiday Inn, Meliá Comfort* etc.), juntamente com o capital local, nos dá ideia da grandeza desse circuito. Os hotéis, como integrantes do circuito superior, empregam um número significativo de trabalhadores, ocupando postos como gerentes, recepcionistas, mensageiros, cozinheiros, camareiras, eletricitas, marceneiros, seguranças, além

¹² Em 2006, o Estado do Ceará foi visitado por 2.062.493 turistas. Quase 70% da demanda turística para Fortaleza ocorreu por meio do avião. Nesse sentido, foram 1.794.369 turistas nacionais e 268.124 eram turistas internacionais, tendo Portugal, Itália, Espanha, França e Argentina como principais mercados emissores (SETUR, 2007a).

¹³ A evolução do setor de hospedagem em Fortaleza pode ser mensurada pela quantidade de estabelecimentos nessa área. Em 1995, eram 131 estabelecimentos, entre hotéis, pousadas, *flats* e albergues, contando com 5.264 unidades habitacionais (UH's) e 12.159 leitos. Em 2006, a cidade quase que dobrou a sua capacidade, contando com 215 meios de hospedagem, 10.394 UH's e 24.964 leitos (SETUR, 2007b).

de outros trabalhadores indiretos contratados, como cerimonialistas, intérpretes, tradutores, garçons, dentre outros.

As atividades do circuito superior do turismo estabelecem outras relações de complementaridade, como os serviços das operadoras de turismo, agências de viagem e receptivo, vendas de “pacotes turísticos”, fretamento de ônibus para passeios, visitas a equipamentos culturais, parques aquáticos, casas de *show* e barracas de praia. Estas atividades demandam o serviço de guias de turismo que, no caso dos cruzeiros marítimos que aportam em Fortaleza, demandam, ainda, profissionais qualificados com o domínio de segunda língua. Outras atividades gravitam ao redor dos serviços turísticos, como a locação de veículos, casas de câmbio, agência bancárias (24 horas) e o comércio de artesanato.

No circuito inferior, o setor de transporte é expresso por meio dos serviços de motoristas de *vans* e guias (*free lancer*) que oferecem passeios no calçadão. As pequenas pousadas, com preços mais em conta, em comparação aos hotéis, é mais uma opção para o viajante. Outra atividade característica do circuito inferior é a venda de produtos alimentícios que se instala em pontos fixos e móveis no calçadão, a exemplo de bancas e/ou carrinhos de comidas típicas (milho verde cozido, pamonha, tapioca, acarajé etc.), em geral, alimentos preparados no próprio calçadão. Nesse contexto, incluem-se também os ambulantes que trabalham vendendo alimentos em bicicletas, com o objetivo de se deslocarem, no decorrer das horas, ao longo do calçadão de aproximadamente quatro quilômetros, atingindo outras áreas onde a clientela é maior.

O comércio de artesanato na feirinha da Beira-Mar, objeto de nossa pesquisa, exprime-se da concentração de artesãos, pequenos fabricantes de confecções e comerciantes de artesanato. A feira de artesanato mobiliza outro segmento de trabalhadores para o transporte das mercadorias em “carrinhos”, além da montagem e desmontagem da feira, tópico no qual nos deteremos mais detalhadamente no quarto capítulo deste trabalho. A compra das mercadorias no calçadão e/ou na feira, em geral, é feita à vista, baseada na necessidade que o vendedor ambulante e/ou feirante têm de se capitalizarem no menor espaço de tempo para que possam honrar seus compromissos com fornecedores e intermediários das mercadorias.

Em geral, os trabalhadores do calçadão atuam com baixos capitais, entretanto, essa questão é em parte resolvida por meio do crédito pessoal, ou seja, é estabelecida uma relação de confiança entre o fornecedor e o feirante, que passa a receber o pagamento posteriormente à venda da mercadoria.

São as atividades do circuito inferior no calçadão marcadas pelo contato direto e pessoal com o cliente, pela venda a varejo e negociação do preço final do produto, que varia de acordo com o entendimento entre cliente e vendedor. Como diz Santos (2008a, p.46), a *pechincha* é a regra dentro do circuito inferior. O vendedor atua com elevadas margens de lucro para cobrir as perdas com a *pechincha* do comprador ou mesmo, no caso dos vendedores itinerantes, em caso de apreensão da mercadoria pela fiscalização municipal.

Outras modalidades de trabalho do circuito inferior se manifestam ainda na adaptação do local e dos instrumentos de trabalho para a atividade no calçadão, a exemplo das barracas de artesanato e/ou dos carrinhos feitos de sucata de geladeira que conduzem equipamentos como o fogareiro de cozer o milho verde. Há, ainda, aqueles que exercem seu ofício (desenhistas e caricaturistas) ali mesmo no calçadão. Este também é palco da atuação de humoristas e palhaços de rua, que formam rodas de espectadores com números artísticos, circenses, paródias e piadas características do humor cearense.

O aporte de meios de publicidade também se faz presente no calçadão por meio de agentes do circuito superior marginal, ou seja, pequenas empresas que prestam serviços de propagandas de *shows* de humor, divulgados por pessoas contratadas, as quais adaptam um equipamento de som em bicicletas que circulam na avenida Beira-Mar, paralelamente ao calçadão. De outra forma, outros indivíduos são contratados para distribuir panfletos divulgando produtos ou eventos ou mesmo conduzindo cartazes no calçadão.

Os aspectos inerentes ao contexto de globalização e da difusão tecnológica trazem novos elementos aos dois circuitos, conforme assinala Silveira (2004)¹⁴, de modo a induzir novos comportamentos. Com efeito, as atividades do circuito superior presentes na orla marítima de Fortaleza estão articuladas com

¹⁴ Conforme Maria Laura Silveira, “[...], *los agregados de ciência, técnica e información a la vida social y al territorio, y la diversificación y profundización de los consumos son datos nuevos del período, que altera la naturaleza del espacio en que los circuitos de la economía urbana se desarrollan.*” (SILVEIRA, 2004, p. 3)

outras regiões do Brasil e com outros países. Isso se concretiza, operacionalmente, por meio da venda de “pacotes turísticos”, da comercialização de bilhetes aéreos e reservas em hotéis. O circuito inferior, por um lado, e, principalmente, o comércio de artesanato, enseja diferentes relações e estabelece outras redes como as locais, ou seja, com os bairros da periferia urbana ou, ainda, com outros municípios que fabricam e fornecem artesanato para a Beira-Mar, conforme veremos no quarto capítulo. Por outro lado, o artesanato vendido na Beira-Mar, como um produto tradicional, característico da região, estabelece ligação com outro público mais vinculado ao circuito superior, no caso, o turista que compra o artesanato.

Destacamos, ainda, o fato de que as determinações do mercado impõem novas relações comerciais. A compra de artesanato, antes realizada com dinheiro ou cheque, no período recente, tem como mais uma opção o uso do cartão de crédito, que se difunde e passa a operar também no circuito inferior, ou seja, na feira, à medida que as novas determinações do mercado levam o feirante a optar pelo ingresso no sistema de compra a crédito, o que antes ocorria somente com dinheiro.

Tem-se, pois, não obstante a divisão posta no diagrama, o entendimento de que uma análise dos dois circuitos da economia urbana deve levar em conta a sua interação, deixando claro nesta abordagem que os circuitos superior e inferior constituem dois subsistemas integrados. Temos, porém, a consciência de que um estudo dessa envergadura não seria possível neste trabalho, haja vista o caráter bastante amplo que o envolve. Mesmo assim, incorporamos a esta dissertação elementos da reflexão de Santos na análise empreendida sobre o comércio ambulante de artesanato na Beira-Mar, em Fortaleza.

Observa-se, todavia, que alguns dos elementos característicos do circuito superior, como o apoio do Estado que, para Santos, se estendia mais ao circuito moderno, volta-se na contemporaneidade, com maior frequência, para setores que compõem o circuito inferior. Exemplo disto é o acesso ao crédito bancário por segmentos do circuito inferior por meio de programas de microcrédito e a concepção e formulação de centros de artesanato e de apoio ao artesão, a exemplo da CEART, conforme trataremos no terceiro capítulo. Embora o apoio mais intensivo do Estado ainda seja uma característica do circuito superior, e sendo a exportação de produtos um elemento restrito a esse circuito, no contexto globalizado, também tem

rebatimento no circuito inferior, mediante o incentivo à exportação do artesanato, tanto pelos Governos federal quanto estadual.

Conforme Santos (2008a, p. 43), porém, as atividades dos dois circuitos estão atreladas a fatores históricos que delinearão o modo diferenciado de crescimento urbano das cidades. As mudanças em curso no mundo do trabalho e a reestruturação das economias no contexto globalizado redefinem e promovem, entretanto, novas imbricações entre os dois circuitos, reafirmando a dinâmica entre os espaços globalizados e os territórios demarcados pelas atividades informais no espaço urbano. Dessa forma, vemos a necessidade de compreender como ocorreram a urbanização cearense, o crescimento urbano de Fortaleza e a espacialização do comércio ambulante.

2.2 A urbanização de Fortaleza e o trabalho informal

No item 2.1 deste estudo, discutimos de maneira mais geral, o modo como a urbanização brasileira ocorreu acompanhada da formação de um *exército industrial de reserva* e como o trabalho informal se tornou traço marcante na paisagem urbana. Neste item, abordamos, mais especificamente, as características da urbanização cearense, a evidência nesse processo da capital, Fortaleza, e o modo como o trabalho informal se expandiu e se espacializou na cidade.

Conforme amplamente discutido por estudiosos das mais diferentes áreas, a urbanização brasileira não sucedeu de modo equilibrado entre as regiões do País, guardando, conforme Santos (1998, p. 136), enormes disparidades entre elas, sobretudo, quanto às diferentes formas como foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho no Brasil.

No caso das metrópoles nordestinas, podemos falar de uma urbanização não ocorrida, em princípio, pelo viés da indústria, mas pela expansão do comércio de bens de consumo, fruto do modelo nacional de industrialização, cujo centro estava localizado na região Sudeste, mais precisamente, nas metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo. Às metrópoles nordestinas coube a expansão dos setores do comércio e dos serviços mediante a comercialização dos bens industrializados

produzidos na região Sudeste¹⁵. Esse quadro somente se alterou com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que, por meio de incentivos fiscais e financeiros, possibilitou a instalação de novos estabelecimentos industriais no Nordeste brasileiro.

Mesmo com a ação do Estado, porém, por meio da criação da SUDENE no Nordeste e a esperança de que a alocação de recursos nesta Região propiciasse manchas de desenvolvimento, com a implantação de indústrias geradoras de emprego, estas ações privilegiaram determinados pontos, resultando em macrocefalias regionais envolvidas pelas regiões periféricas (PAVIANI, 1987).

No caso do Ceará, a urbanização aconteceu de forma concentrada na Capital, constituindo-se, deste modo, uma característica intrínseca do processo. O crescimento de Fortaleza intensificou-se, sobretudo, dos anos 1950 em diante (tabela 2), marcado por intensos fluxos migratórios provenientes do meio rural e das pequenas cidades cearenses, ocasionando uma macrocefalia urbana no Ceará, não comparável a de outros estados nordestinos.

TABELA 2 – Crescimento da população Ceará - Fortaleza - (1940/2000)

ANO	População	
	Fortaleza	Ceará
1940	178.953	2.091.032
1950	270.169	2.695.450
1960	514.813	3.337.856
1970	857.980	4.491.590
1980	1.308.919	5.380.432
1991	1.768.637	6.366.647
2000	2.141.402	7.430.661

Fonte: Adaptado dos dados históricos dos censos IBGE e de Silva (1992).

¹⁵ O economista Renato Duarte, analisando o relatório do documento *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*, elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), reafirma essa situação, apontando três fatores histórico-estruturais, aos quais a região Nordeste estava sujeita, inclusive, com a perdas financeiras que agravavam o quadro de desigualdade em relação às regiões mais dinâmicas do País. O primeiro fator referia-se à condição posta pela política de defesa da indústria nacional que “[...] mantinha a moeda nacional sobrevalorizada em relação ao dólar, para facilitar a importação dos equipamentos destinados às indústrias do Sudeste.” (P.1). O segundo fator decorreu das restrições aduaneiras impostas por esta mesma política, de modo que a região Nordeste era submetida “[...] a comprar no Sudeste mercadorias que poderia adquirir no exterior a preços mais baixos.”; e o terceiro fator caracterizava-se “[...] pelas transferências de renda do Nordeste para o Sudeste, através do setor privado.” (DUARTE, s/d, p. 1-2).

Amora (1999), em suas considerações sobre o espaço urbano cearense, não somente identifica intensa concentração da população urbana em Fortaleza, como também das atividades econômicas, do poder político e da gestão, reforçadoras das disparidades entre a capital e o restante do Estado. A macrocefalia urbana remete às desigualdades regionais, fruto do próprio modelo de desenvolvimento adotado para o País, que propiciou uma concentração demográfica em única cidade, em detrimento de outros espaços. Em razão do acelerado crescimento de Fortaleza e da pouca capacidade de absorção do grande contingente de migrantes pelas atividades industriais, em face da dinâmica dos setores do comércio e serviços, o setor informal tornou-se logo a única opção de sobrevivência para a maioria dos que chegam a Fortaleza.

Segundo Araújo (2002, p. 130), a constituição da metrópole de Fortaleza ocorreu como núcleo privilegiado da expansão capitalista no Nordeste brasileiro, que “[...] passou a concentrar capital e trabalho, portanto, população.” Conseqüentemente, a população proveniente do restante do Estado buscou fixar-se no urbano, onde poderia encontrar melhores oportunidades de emprego e sobrevivência, haja vista que o sistema agrário se havia tornado insustentável ao pequeno produtor em função das determinações impostas pela concentração fundiária e das precárias e rudimentares relações de produção. Estes fatores, associados às estiagens, fizeram com que o êxodo rural se tornasse crescente para Fortaleza, muito embora parte dessa população também se dirigisse para outras capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro (ARAÚJO, 2002, p.143).

Conforme Silva (2007, p. 101) o crescimento populacional de Fortaleza levou a expansão da malha urbana a transpor seus limites, proporcionado por fluxos migratórios que, em sua maioria, chegou “[...] com dificuldade de ajuste à vida urbana, sem a devida qualificação profissional, numa conjuntura marcada pelo desemprego e por formas precárias de ocupação do espaço.”.

Estudo realizado pela extinta Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC) sobre o mercado de trabalho, na década de 1970, (tabela 3) registrava que 22% da força de trabalho em Fortaleza estava ocupada no setor industrial, enquanto o comércio e os serviços correspondiam a 76,3% das pessoas ocupadas, sendo aí incluída grande parte do pessoal subempregado. Neste último

caso, inseriam-se as atividades remuneradas desenvolvidas no próprio domicílio, como a confecção de produtos de vestuário e o artesanato.

TABELA 3 – Distribuição percentual do pessoal ocupado, por setores de atividades, na área metropolitana de Fortaleza (1972)

Municípios	Setores de atividades (%)				
	Agricultura	Indústria	Comércio	Serviços	Artesanato
Fortaleza	1,3	22,0	12,0	64,3	0,4
Aquirás	67,0	8,6	3,7	13,0	7,7
Caucaia	58,7	17,2	2,1	19,6	2,4
Maranguape	41,2	14,8	4,7	33,8	5,5
Pacatuba	54,9	11,9	1,9	28,8	2,5

Fonte: adaptado de CEARÁ/SUDEC, 1973.

A tabela 4 apresenta dados mais recentes sobre os setores de atividade em Fortaleza. Embora o setor industrial tenha apresentado um crescimento relativo, os indicadores mostram que as atividades de comércio e serviços sempre tiveram um maior peso na economia urbana de Fortaleza, com percentual em torno de 70% de pessoas ocupadas nos últimos oito anos.

TABELA 4 – Indicadores percentuais de ocupação, por subsetor de atividade Fortaleza 2000-2006

Subsetor de atividade	Ano						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Indústria de transformação	17,15	16,59	16,49	14,42	15,43	17,66	18,97
Construção civil	5,24	4,11	4,22	4,72	4,92	5,5	5,53
Comércio	21,29	21,22	21,53	23,34	22,53	21,68	20,52
Serviços	51,02	52,47	52,08	51,94	51,55	50,69	50,41
Outros	5,30	5,61	5,68	5,58	5,57	4,47	4,57
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

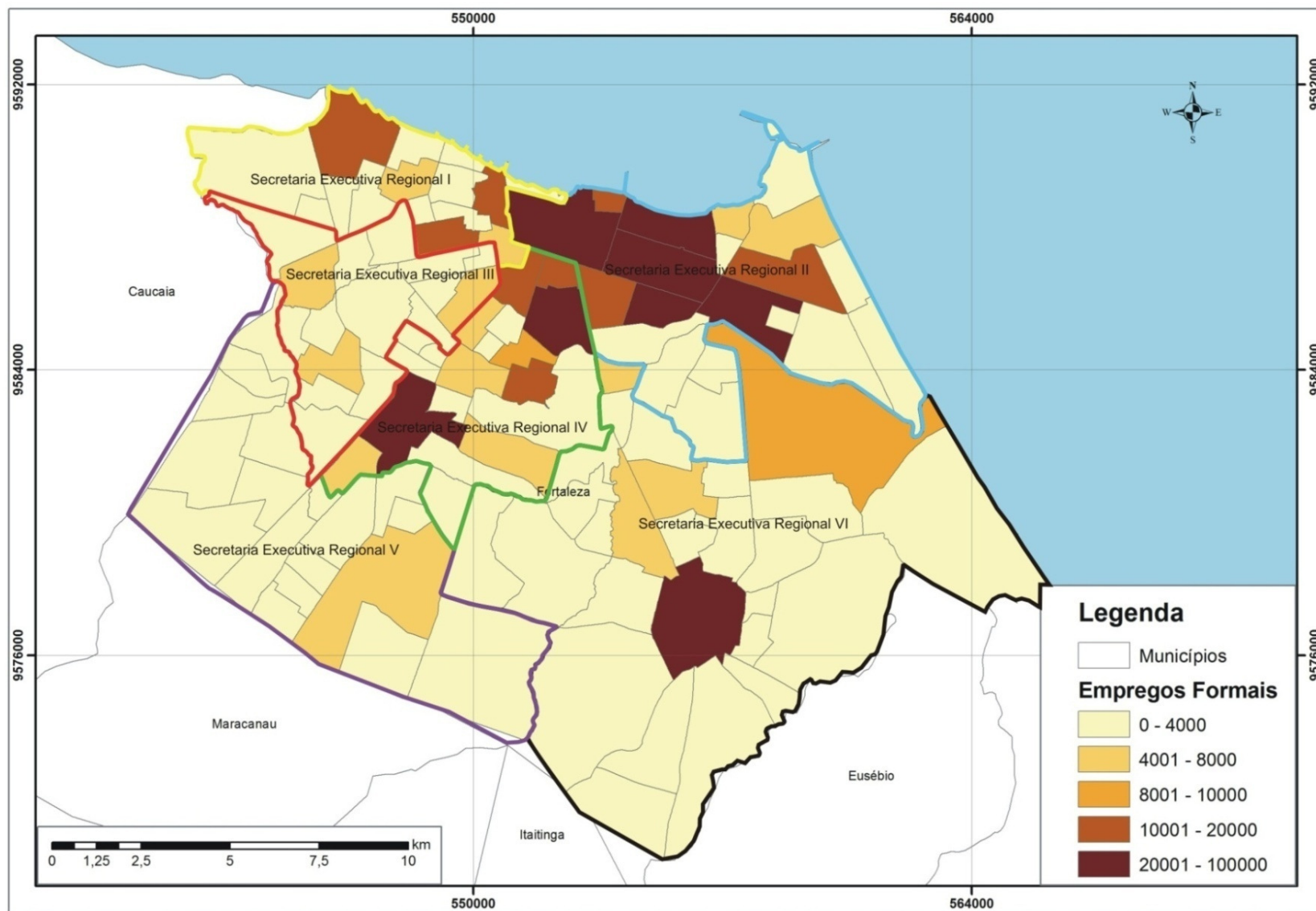
Fonte: adaptado de IDT, 2006.

Com base no estudo sobre emprego formal, da Prefeitura de Fortaleza, para o ano de 2005, podemos verificar que a maioria dos empregos no setor formal da economia no Município está concentrada nos setores Serviços e Comércio, responsáveis por quase 60% dos vínculos empregatícios (PMF/SDE, 2007).

Ressaltamos, nesse sentido, os bairros Centro e Meireles, respectivamente, com o maior número de trabalhadores formais. Quanto ao primeiro, o comércio é a atividade que mais se destaca, com 43,5% dos vínculos, seguido do setor serviços (32,5%), concentrando, assim, 76% dos empregos. Já no segundo, onde está localizada a maioria dos estabelecimentos hoteleiros e também a feira da Beira-Mar, predomina o setor dos serviços, responsável por 63% dos empregos formais naquela área da cidade (PMF/SDE, 2007).

Observando, ainda, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), dados de 2007, quanto a distribuição espacial do emprego formal na cidade de Fortaleza, podemos considerar que este se concentra na área correspondente à Secretaria Executiva Regional II (SER II)¹⁶, conforme Cartograma 1.

¹⁶ A cidade de Fortaleza está dividida, para fins políticos-administrativos, em seis secretarias executivas, que abrangem um número específico de bairros da cidade. Dessa forma, a SER II compreende os seguintes bairros: Centro, Praia de Iracema, Meireles, Aldeota, Mucuripe, Cais do Porto, Vicente Pinzon, Papicú, Varjota, Praia do Futuro I, Praia do Futuro II, Dunas, Cocó, Cidade 2000, Guararapes, Eng. Luciano Cavalcante, Salinas, São João do Tauape, Dionísio Torres e Joaquim Távora. (PMF/SDE, 2007).



CARTOGRAMA 1 - Empregos formais, por bairro – Fortaleza (2007)

Organização dos dados: Luiz Antonio Araújo Gonçalves

Elaboração: Daniel Dantas

Fonte: MTE/RAIS - 2007

Vale salientar, porém, que as grandes indústrias estão concentradas nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza, principalmente, em Maracanaú, onde se localiza o I Distrito Industrial do Ceará. Portanto, desde meados dos anos 1980¹⁷, quando se intensificou a industrialização do Ceará, movida pelos ventos da reestruturação da economia no Brasil e no mundo, as plantas industriais demandam os municípios pertencentes à Região Metropolitana de Fortaleza, promovendo, também, os fluxos migratórios para os municípios metropolitanos e alguns dos quais registrando crescimento populacional maior do que o de Fortaleza (tabela 5), muito embora a MetrÓpole continue mantendo elevadas taxas de crescimento e, portanto, bem maiores do que as registradas nas grandes metrÓpoles brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro.

TABELA 5 – População residente e taxa geométrica de crescimento - RMF¹⁸

Municípios	População residente						
	1970	1980	1991	2000	Taxa de crescimento %		
					70/80	80/91	91/2000
Aquiraz	37.507	45.111	46.305	60.469	3,33	0,24	3,01
Caucaia	54.754	94.108	165.099	250.479	5,57	5,24	4,74
Eusébio	6.930	12.095	20.410	31.500	5,73	4,87	4,94
Fortaleza	857.980	1.307.611	1.768.637	2.141.402	4,30	2,78	2,15
Guaiúba	6.063	7.652	17.562	19.884	2,35	7,84	1,39
Horizonte	7.632	10.202	18.283	33.790	2,94	5,45	7,06
Itaitinga	-	-	12.470	29.217	-	-	9,92
Maracanaú	15.685	37.894	157.151	179.732	9,22	13,80	1,50
Maranguape	59.622	91.126	71.705	88.135	4,33	-2,16	2,32
Pacajús	33.335	46.976	31.800	44.070	3,49	-3,48	3,69
Pacatuba	31.916	42.110	60.148	51.696	2,81	3,29	-1,67*
São Gonçalo do Amarante	21.008	24.680	29.286	35.608	1,62	1,57	2,20
Chorozinho	8.368	12.386	15.492	18.707	4,00	2,05	2,12
RMF (total)	1.135.800	1.731.951	2.414.348	2.984.689	4,31	3,07	2,38
Ceará (total)	4.361.603	5.621.188	6.366.647	7.430.661	2,57	1,14	1,73

Fonte: IBGE, 2000 in TELES, 2005.

¹⁷ Amora (2002, p. 164) ressalta que “[...] somente a partir do censo de 1980 o Ceará registra população urbana maior do que a rural”. A migração, mais direcionada paralelamente às cidades da região metropolitana, e uma atividade industrial que, mesmo mantendo características fordistas não absorveu maior contingente de trabalhadores, fizeram com que aumentasse a pressão sobre o mercado de trabalho em Fortaleza.

¹⁸ Esta tabela foi elaborada pela bolsista Suzana Arruda (CNPq-IC), como parte do relatório final do projeto intitulado *RMF: continuidades e discontinuidades na dinâmica territorial*, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Zenilde Amora no Laboratório de Estudos Urbanos e Geografia Cultural (LEURC).

* Os dados referentes ao Município de Itaitinga não são visualizados nos períodos de 1970/80, pois este ainda era Distrito do Município de Pacatuba; todavia, em virtude da emancipação, este passou a apresentar taxa de crescimento negativo no período de 91/2000.

Observando-se o gráfico 1 sobre o desemprego no Brasil, no Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza, no período de 1992 a 2003, podemos constatar que, nesta última, a taxa de desemprego atingiu um patamar superior a 10% na segunda metade da década de 1990, superando as médias nacional e estadual.

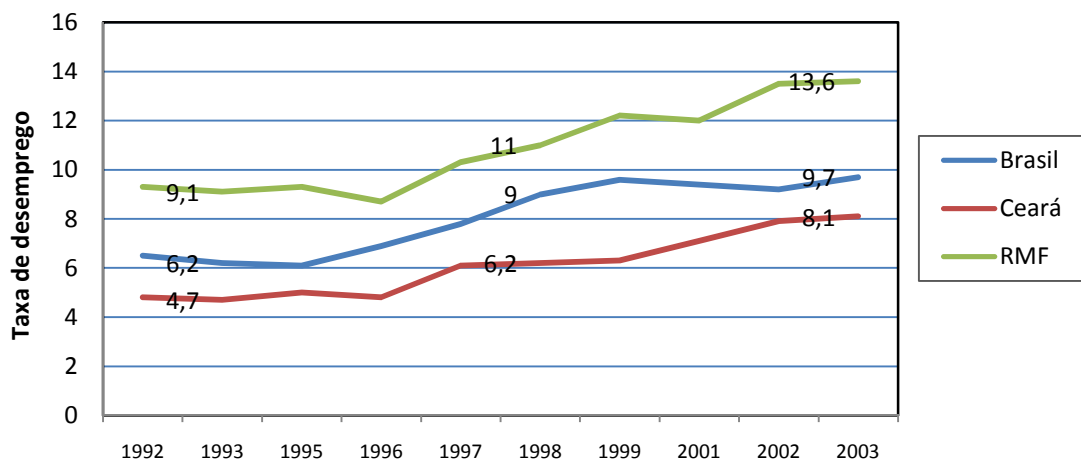


GRÁFICO 1 - Desemprego - Brasil, Ceará e RMF (1992-2003)

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

No que tange ao desemprego aberto em Fortaleza (Gráfico 2), considerando-se os subsetores da economia, constata-se o aumento das taxas de desemprego, a partir do final dos anos 1980, seguindo a tendência do Brasil e do Ceará, em decorrência do contexto de crise econômica descrito por Alves (2000) e Antunes (2006). Cabe destacar que em todos os subsetores da economia urbana houve aumento das taxas de desemprego, entre os quais os subsetores da indústria de transformação, e da construção civil historicamente se caracteriza como um subsetor que absorve grande parcela da força de trabalho, notadamente, aquela sem qualificação. A partir primeira metade da década de 1990, verifica-se uma oscilação do desemprego, sem, contudo, atingir médias inferiores a 10%. Como veremos nos capítulos seguintes, foi nesse período que ocorreu a constituição da

feirinha da Beira-Mar: à medida que o desemprego aumentava, registrava-se também o aumento significativo no quantitativo de feirantes na Beira-Mar de Fortaleza.

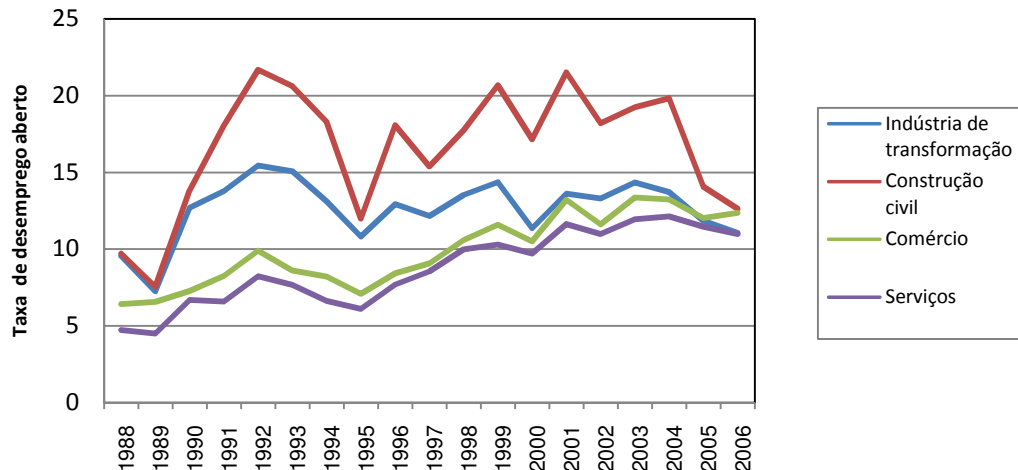


GRÁFICO 2 - Desemprego aberto, por subsetor de atividade – Fortaleza (1988-2006)

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

A incapacidade de absorção de maior contingente de trabalhadores pelo mercado formal de trabalho levou ao surgimento de outras formas de trabalho precarizado, que passaram a compor o setor informal e, conseqüentemente, a paisagem urbana de Fortaleza, a exemplo dos catadores de recicláveis, guardadores de carros, dentre outros. Para alguns autores, esses trabalhadores são considerados *excluídos sociais, refugos, sobrantes, descartáveis*, enquanto, para outros, *incluídos precariamente*. Estes agentes estão presentes no dia a dia de nossas cidades, impondo-se à lógica urbana e são vistos, em geral, pelos cidadãos de “forma naturalizada”.

O grande número de ocupações informais¹⁹, em razão do desemprego, evidencia o trabalho informal em sua dimensão espacial na ocupação dos espaços públicos urbanos como locais de trabalho. A cidade de Fortaleza concentra não

¹⁹ Segundo pesquisa do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), no ano de 2006, em Fortaleza, os trabalhadores em ocupações informais já eram mais de 50% da força de trabalho. É importante ressaltar que o setor informal abrange um universo de trabalhadores, no qual se inserem empregados domésticos, trabalhadores por conta própria, prestadores de serviços, autônomos, pequenas unidades de produção familiares, vendedores ambulantes e trabalhadores manuais (GEARÁ/IDT, 2006).

somente o excedente de trabalhadores que vivem na periferia da cidade, mas também de toda a sua região metropolitana. Desse modo, com o aumento dos fluxos diários para Fortaleza, motivados pela busca da sobrevivência, ampliam-se consideravelmente os espaços onde se territorializam as atividades informais.

2.2.1 A expansão do trabalho informal: a espacialidade do comércio ambulante em Fortaleza

A expansão do trabalho informal em Fortaleza, principalmente o comércio ambulante, marca o espaço urbano por meio de novas territorialidades caracterizadas não somente por formas precárias de trabalho, como também pela ocupação e apropriação dos espaços públicos urbanos. Conforme assinalado no item anterior, ao mesmo tempo em que se deram o crescimento de Fortaleza e a dinamização da economia urbana, cresceu também o desemprego, com elevada participação da PEA no circuito inferior da Metrópole.

Por conseguinte, a falta de maiores oportunidades de trabalho nos setores produtivos, levou muitos trabalhadores, na luta pela sobrevivência, a atuarem como vendedores ambulantes, instalando-se nas ruas, calçadas e galerias do Centro, além de outros espaços da cidade. Tornou-se, então, comum veem-se os vendedores estenderem lonas nas calçadas e espalharem suas mercadorias, dando outra forma e fluxo à paisagem urbana. Seria uma atividade ilegal, não fosse a necessidade da sobrevivência diária que faz com que esses trabalhadores tenham nos espaços públicos seus locais de trabalho, mesmo com a política de disciplinamento e remanejamento do comércio ambulante, que buscou reprimir a atividade concentrada nos espaços públicos do Centro da cidade. Vale salientar que a atividade informal mais restrita ao Centro foi, nas últimas décadas, direcionando-se para outras áreas da cidade, como praças de bairros, mercados públicos, feiras-livres e áreas litorâneas.

O trabalho informal, entretanto, não era algo alheio à realidade cearense e já se revelava nas décadas de 1950, 1960 e 1970, em decorrência da expansão do crescimento urbano atrelado ao êxodo rural. Lopes (2004) relata as perseguições

sofridas pelo comércio ambulante no Centro de Fortaleza, no final da década de 1960 e começo da década de 1970. A atividade exercida pelos ambulantes era tida como ilícita e que provocava desordem no espaço público, de modo que as tentativas de retirada desse tipo de comércio das ruas centrais da cidade visava ao cumprimento da ordem, ou seja, a manutenção de um ambiente de legalidade atribuído ao espaço público. A atuação do comércio ambulante no Centro ia contra a ordem estabelecida, ou melhor, invertia a ordem com a presença desses indivíduos nas ruas do Centro (LOPES, 2004).

A persistência dos vendedores ambulantes ensejou a ação repressora do Poder Público. Nesse sentido, algumas intervenções, como a reforma de praças, o alargamento de ruas, revelavam-se ações que tinham como objetivo disciplinar os espaços e a população. Uma das primeiras ações, nesse sentido, ocorreu em 1968, com a reforma da praça do Ferreira, o que levou os trabalhadores ambulantes a ocupar outras áreas do Centro. Ao se apropriarem dos espaços destinados aos pedestres, os ambulantes iam tecendo com os lugares outras formas de relações que se contrapunham ao caráter funcional estipulado para as vias públicas, ou seja, os locais de passagem eram convertidos em espaços de vendas e exposição de mercadorias (LOPES, 2004, p. 72).

Eustógio Dantas (1995), abordando a apropriação do espaço público do Centro de Fortaleza pelo comércio ambulante, no período entre 1975 e 1995, acentua que este é resultado das desigualdades produzidas pelas leis capitalistas. Conforme o referido autor, o número de vendedores ambulantes no centro de Fortaleza chegou a 8.000 trabalhadores no ano de 1986.

As ações de normatização do espaço público no Centro da cidade envolveram o remanejamento, dimensionamento e disciplinamento do comércio ambulante, sendo que parte destes se fixou no Centro dos Pequenos Negócios do Vendedor Ambulante, denominado “Beco da Poeira”, em área localizada próxima à praça José de Alencar. Aqueles em melhores condições financeiras, ou seja, que podiam pagar as taxas administrativas pelo espaço público ocupado, regularizavam sua situação com a municipalidade. Os demais ambulantes não cadastrados, foram realocados em outras áreas da cidade, como mercados públicos e feiras livres, ou então permaneceram nas ruas correndo o risco de perder toda a mercadoria em

virtude da fiscalização do Poder público que utilizava, inclusive, a força policial (DANTAS, E.,1995).



FIGURA 1: Vista do Centro dos Pequenos Negócios do Vendedor Ambulante popularmente chamado "Beco da Poeira".
Fonte: GONÇALVES, 2007.



FIGURA 2: Adaptação/detalhe dos boxes do Beco da Poeira.
Fonte: GONÇALVES, 2007.

O Beco da Poeira, como é chamado, marca, no período atual, a espacialidade do comércio ambulante no Centro de Fortaleza, destacando-se pela grande concentração de ambulantes com aproximadamente 2.000 permissionários, distribuídos em pequenos boxes²⁰, em sua maioria, de produtos de confecções (*Jeans*, roupas infantis, moda íntima, vestidos, moda praia, roupas esportivas, bolsas, sapatos, sandálias e acessórios, como cintos, carteiras, mochilas). Dantas (1995, p. 31) já observava como o comércio ambulante, atividade do circuito inferior presente na área central de Fortaleza estabelecia articulações com as atividades do circuito superior. O autor notou que não somente a classe de menor poder aquisitivo consumia as mercadorias do Beco da Poeira, mas também uma parcela da classe média que ali satisfazia as suas demandas.

Santos (2008a) ressalta a relação do circuito inferior com a produção regional, entretanto, no período da globalização, novas variáveis foram acrescidas a este circuito que passa a contar com a inserção de produtos e serviços provenientes da modernização tecnológica (SILVEIRA, 2004). No Beco da Poeira, podemos

²⁰ Atualmente, os permissionários dos boxes vivem um impasse diante do embate com a Prefeitura Municipal e com o Governo do Estado, haja vista o projeto de construção da estação do Metrô de Fortaleza no terreno onde hoje está assentado o Beco da Poeira (O POVO, Abr. 2008).

encontrar aparelhos celulares, controles remotos, relógios, formando-se ainda corredores especializados no reparo desses produtos, além dos tradicionais boxes que comercializam confecções e os mais variados artigos manufaturados. A concentração do Beco da Poeira atrai ainda um grande número de vendedores ambulantes que comercializam suas mercadorias no entorno daquela área ou mesmo ocupando parte da praça José de Alencar.

Montenegro (2006, p. 83), ao trabalhar as novas determinações do circuito inferior em São Paulo, no período da globalização, enfatiza de que maneira, no período atual, o circuito inferior manifesta formas renovadas, a exemplo da tendência de crescimento da reutilização de bens, haja vista a redução do ciclo de vida de produtos eletroeletrônicos, como os aparelhos celulares, por exemplo. Ressalta, ainda, o fato de as pequenas confecções, baseadas no trabalho intensivo, utilizarem as tendências ditadas pela moda e voltadas para o atendimento da população de menor poder aquisitivo que não pode pagar pelo valor das roupas expostas nas lojas de *shoppings* e optam por aquele produto vendido em *localizações não privilegiadas*. Esta observação também pode ser estendida ao Beco da Poeira em Fortaleza.

Ainda no que se refere à espacialidade do comércio ambulante, na área central de Fortaleza, convém destacar que outras áreas do Centro se destacaram, em um passado recente, pela concentração de ambulantes, a exemplo da praça Capistrano de Abreu (praça da Lagoinha), a praça Dom Pedro II (praça da Sé), bem como a praça José de Alencar, que é novamente ocupada pelo comércio ambulante. Na praça da Lagoinha, apesar da proximidade com o Beco da Poeira, há uma concentração crescente de ambulantes que ali resistem, dada, provavelmente, a centralidade do local. A praça da Sé até bem pouco tempo foi apropriada pelo setor informal, tendo os vendedores sido transferidos para Maracanaú, após intensos conflitos, conforme trataremos mais adiante.



FIGURA 3: Ambulantes se espalham por outras áreas do Centro

Na praça José de Alencar, o comércio ambulante acontecia de segunda a sexta-feira, no horário de 12h às 14h e após as 17h, além dos sábados, quando a praça também era ocupada por esta atividade, porém somente a partir das 15h, quando as lojas fechavam suas portas, concentram-se na praça cerca 1.500 ambulantes; todavia e, tendo em vista a proporção que o comércio ambulante tomou, a medida adotada pelo Poder Público municipal foi iniciar novamente uma “reforma” na Praça como estratégia para retirar daquela área o contingente de vendedores ambulantes, de modo a disciplinar o uso do espaço público. Muitos vendedores ambulantes que comercializavam ali foram se espalhando para outras áreas do Centro, inclusive, para a praça da Lagoinha e praça da Sé.



FIGURA 4: Vendedores ambulantes descarregando as mercadorias na praça José de Alencar.

Fonte: GONÇALVES, 2008.



FIGURA 5: Interdição da praça José de Alencar para reforma.

Fonte: GONÇALVES, 2008.

Outro espaço de concentração do comércio ambulante no Centro de Fortaleza que se constituiu em meio a conflitos com a norma urbana foi a chamada feira da praça da Sé, que ali funcionou até maio deste ano. A feira se formou com a aglomeração de vendedores ambulantes, pequenos fabricantes de confecções e artesãos que passaram a comercializar a sua produção naquele local, chegando a aproximadamente 3.500 vendedores, segundo dados divulgados pela imprensa. Os vendedores expunham suas mercadorias no próprio piso da Praça, de maneira improvisada. Mediante pressão de vários setores comerciais no entorno da praça e do acionamento do Poder Público, no entanto, a feira foi proibida de funcionar durante o horário comercial.



FIGURA 6: Feira da Sé resiste à norma urbana e é montada de madrugada.

Os feirantes passaram a comercializar na Praça em horário que tinha início ainda de madrugada e encerrando suas atividades por volta das oito horas da manhã, ficando, assim, também conhecida como “feira da madrugada”. Com efeito, o conflito com a norma urbana foi inevitável, de modo que, acionado novamente, o Ministério Público determinou a ilegalidade da feira e passou a fixar prazos para que os feirantes desocupassem a Praça. Nesse campo de tensões, entretanto, os feirantes foram resistindo na Praça e não aceitando os prazos. Foram várias as “negociações” entre feirantes e Poder Público em que se cogitou várias áreas na periferia, porém a luta dos feirantes era para permanecerem na praça²¹ ou em uma área próxima no Centro da cidade. O desfecho do “acordo” firmado e divulgado foi a transferência da feira para outra área, localizada na cidade de Maracanaú.

²¹ Na luta pelo direito de permanecer trabalhando no local, muitos feirantes resistiram em desocupar a Praça gerando, assim, o confronto com forças policiais, o que levou o Poder Público municipal a colocar guardas municipais para fazer a vigilância diária do local, tendo estes a função de não permitir que os feirantes montassem a feira naquele espaço público.

Além da grande concentração de vendedores ambulantes no Centro de Fortaleza, outras áreas da cidade se destacam também, como as feiras-livres²², os mercados públicos, além das zonas de praias, como a Barra do Ceará e a Praia do Futuro, que se tornaram novas opções, nos finais de semana, quando os ambulantes têm como público os banhistas que se deslocam para essas praias.

A Beira-Mar ganha destaque nesse contexto, haja vista o desenvolvimento da atividade turística, o que contribuiu para tornar essa área mais atrativa ao comércio ambulante. Dessa forma, o calçadão da orla se estabelece como um local de maior concentração deste tipo de comércio e onde se fixou a feira de artesanato, popularmente chamada “Feirinha da Beira-Mar”, em função da atividade turística. Hoje se percebe o crescimento do mercado informal, com um grande contingente de vendedores ambulantes, sejam regularizados ou não, que utilizam aquele espaço público como local de trabalho.

2.2.2 A Beira-Mar e o comércio ambulante

O turismo surge como nova atividade econômica para Fortaleza, no final dos anos 1980, possibilitando a oferta de empregos por meio dos serviços de hospedagem, transporte, alimentação, dentre outros. Assim, com a atividade turística, o comércio de artesanato surge como possibilidade para os trabalhadores informais que se apropriam do espaço público, o calçadão, enfrentando a norma urbana estabelecida. Podemos aqui definir o calçadão da avenida Beira-Mar como um desses espaços que se particulariza, notadamente, pelo comércio ambulante do artesanato, além da venda de outros produtos.

A atividade do comércio ambulante é distribuída pelo calçadão, de tal forma que podemos perceber três tipos destes vendedores: o fixo (estacionário), o semi-fixo e o móvel ou itinerante. De modo geral, consideramos o feirante que é fixo

²² As duas maiores feiras livres de Fortaleza, a Feira da Parangaba, popularmente chamada “Feira dos Pássaros” e a Feira da Messejana concentram um número considerável de feirantes e pessoas todos os finais de semana (aos domingos). A chamada “Feira dos Pássaros”, localizada no polo de lazer às margens da lagoa da Parangaba, concentra um variado comércio de produtos que vai de hortifrutigranjeiros a produtos de procedência duvidosa. A feira de Messejana localiza-se na Praça do Mercado Público, na área central do bairro, e se caracteriza, também, pela variada oferta de produtos: da “cesta básica” ao comércio de confecções e artesanato.

como pertencente ao comércio ambulante, isto porque, mesmo sendo permissionário fixo na feira, ele monta e desmonta sua barraca todos os dias. Verifica-se, ainda, a ocorrência de outros pontos fixos ao longo do calçadão, que realizam a venda de bebidas, a exemplo da água mineral, refrigerante e água de coco.

Consideramos como semifixo o comércio de pipoca e tapioca, por exemplo, que é realizado em carrinhos móveis, bem como a venda de milho verde cozido. Há, ainda, a venda de acarajé, realizada em pontos fixos no calçadão. Além deste comércio, registra-se a presença de bancas de vender bombons e cigarros, além dos quiosques que comercializam sorvetes e picolés e que também são vendidos em carrinhos móveis.

Enquadram-se como móvel e/ou itinerante os vendedores que não têm ponto fixo e perambulam no calçadão em busca de compradores, sendo que, para tanto, existe uma regulamentação, porém nem todos são cadastrados. A atividade do comércio ambulante no calçadão é fiscalizada pelas equipes do Departamento de Serviços Urbanos - DSU/PMF, que atuam no sentido de fazer cumprir as normas de uso/ocupação do espaço público, reprimindo e/ou inibindo a ação dos vendedores não cadastrados e o crescimento destes no calçadão. Com exceção dos trabalhadores ambulantes cadastrados pelo órgão municipal, e consoante entrevista com fiscais da Prefeitura, estima-se que aproximadamente 550 vendedores trabalham no calçadão sem registro no DSU.

Em 29 de julho de 1993, foi publicado, no *Diário Oficial do Município*, o Decreto (9143/93), regulamentando o exercício das atividades do comércio ambulante no Município de Fortaleza. Em 1994, referido decreto, ganhou nova redação pelo Decreto 9300/94, preservando o texto relativo à conceituação, em seu artigo primeiro, conforme explicitado a seguir:

É considerado comércio ambulante toda atividade comercial e de prestação de serviço, de caráter permanente ou eventual, **exercida de maneira estacionária e itinerante**, em vias ou logradouros públicos, **por pessoas que não possuam qualquer tipo de vínculo empregatício ou funcional com pessoa pública ou privada.** (PMF, 1994) [Negrito nosso].

Desta forma, consideramos neste estudo que tanto o feirante quanto o vendedor ambulante se enquadram no comércio ambulante, porquanto esses trabalhadores são assim cadastrados junto ao órgão público e também porque entendemos a condição de mobilidade compulsória intrínseca a estes sujeitos presentes no calçadão.

Conforme constatamos em observação de campo, é grande o número de vendedores ambulantes não cadastrados que têm no calçadão o seu local de trabalho e que se apropriam daquele espaço público para a prática da sua atividade. Essa condição marca a relação conflituosa entre os trabalhadores informais e o Poder Público, presente na paisagem do calçadão da Beira-Mar de Fortaleza. Cabe destacar o fato de que muitos destes vendedores atuam em outros espaços públicos da cidade, havendo, ainda, uma variação quanto aos dias e tempo de permanência no calçadão. O número de vendedores ambulantes, todavia, aumenta nos períodos de férias (julho, dezembro/janeiro) em função do maior movimento de visitantes no calçadão, principalmente no entorno da feira de artesanato da Beira-Mar.

A feira de artesanato conta com aproximadamente 600 feirantes. Além destes, o DSU/PMF (dados de 2006) registra ainda perto de 140 vendedores permissionários que trabalham no calçadão da Beira-Mar, comercializando comidas típicas, bebidas, água de coco, tapioca, acarajé, lanches rápidos, bombons, cigarros, sorvetes e picolés. É grande o número de trabalhadores que comercializam produtos alimentícios ligados à culinária local e regional, além de outros que vendem produtos mais ligados ao ambiente litorâneo. O quadro 1 expressa a grande heterogeneidade da atividade do comércio ambulante no calçadão da Beira-Mar, haja vista a diversidade de produtos comercializados.

Alimentos (comidas e bebidas)	Outras mercadorias
<p>Água de coco Água mineral Refrigerante Sorvete/picolé Tapioca Milho verde cozido Acarajé Pamonha Canjica Mungunzá Cocada Rosquinha de polvilho Broa Algodão doce Pipoca Frutas (siriguela, sapoti, cajú, melancia, manga, abacaxi) Caldo de cana Rolete de cana Queijo assado Espetinho de carne Marmitas/pratinhos Caldo Canja Lanche (salgado + suco) Salada de fruta Bombons/cigarros Chá/café Camarão miúdo</p>	<p>CD's, DVD's Bijuterias Bonés, chapéus Bolsas Sandálias femininas Óculos de praia Relógios de pulso Biquínis Bonecas de pano Cangas de praia Bronzeador Camisas de times de futebol Confecção (camisolas, calcinhas, <i>shorts</i>) Bermudas <i>jeans</i> Bonecos infláveis Camisetas Pinturas em tela Imagens sacras Redes de dormir Brinquedos importados Capa de aparelho celular Tapetes de EVA Brinquedos lúdicos Cangas (saídas de banho) Guarda-chuva Mapas (Brasil, Nordeste) Chaveiros Canecas de alumínio</p>

QUADRO 1: Mercadorias comercializadas pelos ambulantes no calçadão da Beira-Mar
Fonte: Pesquisa Direta, 2008.

A territorialização destes trabalhadores no calçadão implica não somente apropriação do espaço público, conforme ressaltado, mas também na conquista de um local de trabalho. Nesse sentido, a variável “tempo de calçadão” é determinante. Assim, observa-se que o trabalhador informal fixo é aquele que já se estabeleceu no lugar, tendo um histórico de conquista do local de trabalho, a exemplo dos trabalhadores da feira. O semifixo, por mais que tenha uma história acumulada, depende de arranjos que lhe permitam deslocar-se pelo calçadão, porém estes atuam de acordo com as especificidades do seu comércio. O móvel é aquele trabalhador mais precarizado e que ainda formula os laços territoriais naquele lugar.

Outra característica do trabalhador móvel revela-se por meio da adaptação de equipamentos/utensílios, a exemplo do uso de rodas, na tentativa de maior mobilidade por parte destes trabalhadores. Assim, eles improvisam carrinhos, expositores, suportes, bancadas e bicicletas para vender diversas mercadorias, como lanches (suco + salgado), pratinhos de comidas típicas, sopas, água mineral, refrigerantes, água de coco e caldo de cana.



FIGURA 7: Adaptação de carrinhos para comércio de água e refrigerante

Fonte: GOMES, 2009.



FIGURA 8: Adaptação de carrinhos para comércio de milho cozido
Fonte: GONÇALVES, 2008.



FIGURA 9: Adaptação de expositor de bonés sobre rodas.
Fonte: GONÇALVES, 2008.

Dentre esses trabalhadores, podemos observar aqueles que se dedicam à venda de artesanato no calçadão da Beira-Mar, tendo como principal público o turista. Em decorrência da expansão do comércio de artesanato e do número de barracas, foi reservado um espaço na faixa de praia para a montagem das barracas no intuito de retirá-los do calçadão.

A lógica de ocupação dos espaços públicos que caracteriza a expansão do comércio ambulante resulta dessa resposta da população à difícil circunstância de desemprego. Assim, corrobora-se a idéia de Santos (2006, p. 322), ao acentuar que a cidade grande se torna um enorme espaço banal, onde “[...] todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem ai se instalar, conviver, prosperar.”, sendo assim, “[...] o espaço onde os fracos podem subsistir.”.



3 O COMÉRCIO DE ARTESANATO EM FORTALEZA E A BEIRA-MAR NESSE CONTEXTO

Este capítulo trata mais especificamente da dimensão espacial do comércio de artesanato em Fortaleza, tecendo-se, inicialmente, algumas considerações sobre a atividade artesanal no Ceará, remontando às origens dessas práticas, que tiveram início com a colonização do Estado, e ao período mais recente, com as ações da SUDENE de incentivo às atividades artesanais no Nordeste, mais precisamente, por volta dos anos 1970. Também, neste contexto, foi criado o Central do Artesanato do Ceará (CEART) mediante o incentivo governamental no plano estadual.

A temática do artesanato constitui interesse de áreas diversas do saber como a Antropologia, a Economia e a Sociologia, tornando-se também campo de interesse da Geografia. Em grande parte da literatura consultada, entretanto, sente-se que há dificuldade em se definir atividade artesanal, artesanato e artesão. Assim, faz-se necessária a reflexão sobre estas noções, embora não seja nossa pretensão esgotar o assunto, tampouco efetuar recuperação pormenorizada das mudanças ocorridas na atividade artesanal que teve como consequência alterações nos conceitos de artesanato e de artesão. Mesmo se considerando a dificuldade de uma delimitação mais precisa desses conceitos, buscamos um entendimento da noção de artesanato e de artesão que pudesse nortear nosso estudo.

Acreditamos que grande parte dos obstáculos encontrados reside na própria dinâmica que o artesanato assume em face de sua inserção na lógica capitalista, tornando-se difícil estabelecer os elementos que identifiquem a produção artesanal, haja vista que novas técnicas, instrumentos e materiais são acrescentados com o passar dos tempos, remetendo a novas categorizações e subdivisões do conceito de artesanato. Dai revisitarmos os conceitos, haja vista a necessidade de proceder a adequações históricas, pois o que historicamente se entende por artesanato pode não corresponder mais ao contexto atual.

Finalmente, abordamos, ainda, no capítulo, os espaços do comércio de artesanato em Fortaleza e como a Beira-Mar se insere nesse âmbito, haja vista a formação da feira de artesanato no calçadão.

3.1 Considerações sobre a atividade artesanal no Ceará

Prado Júnior (1999, p. 220), referindo-se às artes e à indústria no Brasil, questiona o fato de que, embora estas tenham tido um caráter inexpressivo para a economia colonial, os ofícios mecânicos marcaram, de modo distinto, a paisagem dos centros urbanos e da zona rural de nosso País. Nesta última, em virtude da extensão dos domínios de terra e, conseqüentemente, da distância dos centros urbanos, havia a “[...] presença de toda uma pequena indústria de carpinteiros, ferreiros e outros, bem como, freqüentemente, até de manufaturas de pano e vestuário.”. A pequena indústria doméstica era entregue aos escravos mais habilidosos ou às mulheres, em trabalhos dedicados a fiação, tecelagem e costura.

Segundo o citado autor, os ofícios aparecem como atividades autônomas distante dos centros urbanos e os *artesãos ambulantes* é que ofereciam os seus serviços de porta em porta (PRADO JÚNIOR, 1999). Era nos centros urbanos, entretanto, que se registrava o maior número dessas profissões organizadas em corporações²³. O autor identifica, em princípio, o fato de que esta concentração ocorreu em função dos “laços menos estreitos, a regulamentação mais frouxa e a fiscalização menos rigorosa [...]”, proporcionando maior liberdade de atuação desses artesãos.

Ainda no que tange às pequenas indústrias, com exceção das olarias destinadas à fabricação de telhas, tijolos e das caieiras, a produção de cerâmica era muito difundida, de forma que podia ser encontrada desde a ilha de Santa Catarina, com a produção de moringas, passando pelo litoral sul da Bahia (vilas de Ilhéus e Porto Seguro) até o Maranhão, com a produção de painéis e louças. Essas pequenas unidades produtivas, no entanto, surgiam também em função de

²³ Na perspectiva marxiana, a atividade artesanal era organizada, na Época Medieval, em associações de trabalhadores denominadas *corporações de ofícios*, que tinham o objetivo de regulamentar a atividade corporativa nas cidades, de modo a preservar os privilégios destes trabalhadores, excluindo, assim, o grande número de servos que afluíam às cidades. Assim, com a ação das corporações, não havia uma divisão do trabalho mais extensa, a não ser pela hierarquia de trabalho entre mestres, oficiais e aprendizes, de modo que cada trabalhador “[...] devia estar apto a executar todo um ciclo de trabalhos e preparado para fazer tudo o que pudesse produzir com suas ferramentas [...] e [...] cada um que quisesse tornar-se mestre deveria dominar inteiramente seu ofício.” (MARX; ENGELS, 1991, p. 81).

especialidades locais, a exemplo dos curtumes nas regiões de criação e comércio do gado (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 223).

No Ceará, a criação de gado nas fazendas sertanejas situadas nas ribeiras dos rios Jaguaribe e Acaraú deram origem à chamada *civilização do couro*, isto porque a atividade da pecuária proporcionou a utilização do couro²⁴ como matéria-prima na fabricação de vestimentas para os vaqueiros, além de utensílios e móveis. Como ilustra Capistrano de Abreu, o couro servia de matéria-prima para quase todos os instrumentais de trabalho e utensílios domésticos, de sorte que,

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforge para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz. (ABREU, 1963, p. 147).

Posteriormente, o cultivo do algodão propiciou a grande ocorrência de teares domésticos, inclusive, no interior do Ceará, fato este que nos dá um indicativo da importância que a atividade algodoeira teve no *período pré-industrial* de sua história econômica e que culminou mais tarde no desenvolvimento da indústria têxtil cearense (NOBRE, 1989, p. 20-21).

Outra atividade que dinamizou a economia sertaneja foi o extrativismo vegetal, com o beneficiamento da cera de carnaúba (*Copernícia Prunífera*) e utilização da palha como subproduto na produção artesanal de utensílios domésticos, como vassouras, abanos, peneiras, cestos, bolsas e chapéus de palha.

Conforme Sylvia Porto Alegre (1979, p.6), “ a história do artesão cearense se confunde com a própria história econômica e social da região [...]”, ou seja, do Nordeste. Esses “*homens livres*” decorrentes das relações de trabalho estabelecidas na atividade econômica do binômio gado-algodão formaram um contingente de

²⁴ Consoante Nobre (*op. cit.*, p.33-34), as *Oficinas de Carnes do Ceará* constituíam uma atividade pré-industrial que, em síntese, se baseava na técnica de preparo da carne seca (charque); todavia, “[...] o couro, os ossos, os chifres e a banha dos animais abatidos tiveram aproveitamento artesanal [...]” de modo que, já no século XVIII, o artesanato do couro possuía grande expressão na fabricação de utensílios como “ [...] selas, arreios, botas, sapatos, gibões, chapéus, malas, baús, alforjes [...]”. Posteriormente, o estabelecimento de curtumes na Capital, favoreceu o surgimento de pequenas indústrias de artigos de couro (bolsas, sapatos etc.).

trabalhadores (vaqueiros, pequenos agricultores, trabalhadores sem terra) que, no beneficiamento, principalmente, do couro e do algodão, produziram uma diversidade de atividades artesanais ligadas à fabricação de instrumentos e utensílios que serviram tanto ao ambiente de trabalho quanto ao âmbito doméstico. Em sua maioria, esses instrumentos eram vendidos nas feiras e mercados das cidades cearenses (PORTO ALEGRE, 1979).

Segundo Amora e Costa (2007, p. 361- 365), os centros das cidades médias cearenses, no período agrário-exportador, se estabeleciam como *locus* de comercialização da produção regional, sendo nas feiras e/ou em outros estabelecimentos, como os mercados públicos locais, onde se podiam adquirir bens e produtos regionais. Para as autoras, todavia, essas *grandes feiras* são marcadas, no período atual, pela descaracterização, de modo que a “[...] reduzida produção agrícola e o artesanato se misturam aos produtos industrializados.”, fazendo com que a cidade já não reflita tanto a região.

O artesanato constituiu-se historicamente na região Nordeste como alternativa para a sobrevivência de muitos trabalhadores que lançam mão de habilidades adquiridas por meio do saber-fazer passado de geração em geração, ou mesmo que adquirem aptidão no manuseio de materiais para a produção artesanal. Apesar dessa característica, que pode ser estendida a outros contextos regionais, partilhamos da ideia de que, aquilo denominado de artesanato “[...] não é simplesmente uma forma residual e arcaica sobrevivente no capitalismo, mas algo que é recriado na ordem capitalista, em função dos interesses materiais e simbólicos [...]” (DANTAS, B. 1987, p. 18).

Para Rossi e Souza (1996, p. 4), as mudanças que ocorrentes no tempo e no espaço conduzem justamente à dificuldade de se definir o artesanato. Nesse sentido, o que caracterizaria o artesanato? A manualidade? O produto não seriado? A utilização de matérias-primas naturais? O formato rústico? Para esses autores, o produto feito manualmente não constitui o único argumento para considerá-lo artesanato, em vista do fato de muitos trabalhos artesanais necessitarem de ferramentas e até mesmo de máquinas que fazem parte do processo. A caracterização do artesanato pelo uso de determinadas matérias-primas também constitui motivo de indefinição, haja vista, o fato de que cada vez mais são utilizadas matérias-primas industrializadas na produção artesanal, além do problema

decorrente do uso de matérias-primas naturais, que tendem a ser cada vez mais escassas, tornando-se também preocupação ambiental. Podemos observar, no artesanato contemporâneo, vários componentes industriais, que são matérias-primas na confecção de produtos, a exemplo de fios e tecidos industrializados, necessários na confecção de peças de renda, crochê, bordados, sem considerarmos as novas técnicas, cada vez mais incorporadas por muitos artesãos.

Para Rossi e Souza, a dificuldade de definir o artesanato passa pelo fato “[...] dele não ter assumido ainda seu novo papel na sociedade industrial.”, ou seja, não estar mais restrito a produção de “[...] objetos de uso comum, como na Idade Média, mas como resposta as expectativas psico-sociais atuais, de âmbito estético e simbólico, entre outros.” (1996, p.5).

Na perspectiva de Lima (1982, p. 11), o fomento governamental às atividades artesanais na região Nordeste, por meio da atuação da SUDENE, visou a dar uma solução para a conjuntura econômica posta nos anos 1960/70, haja vista a noção de que grande parte da população regional não tinha a qualificação suficiente para ocupar os postos criados pela indústria incentivada. Ante o exposto, o fomento das atividades artesanais surgiu como meta de oferecimento de empregos no Nordeste brasileiro, haja vista, o “[...] baixo custo de criação do emprego artesanal, se comparando ao emprego industrial [...]”. Então, o incentivo à produção artesanal constituiu-se na alternativa para absorção desse contingente de trabalhadores com tradição em pequenas oficinas domésticas.

Devemos levar em conta, contudo, a noção de que a indústria incentivada não absorveu maior contingente de população em idade de trabalhar, haja vista que muitas dessas indústrias eram caracterizadas pelo uso do capital intensivo, o fazendo com que muitos buscassem outras opções de sobrevivência, sobretudo, no meio urbano, inserindo-se nesse âmbito o crescimento e a venda do artesanato.

A criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, previa em seu estatuto, o apoio, tanto técnico quanto financeiro, ao *desenvolvimento e criação de indústrias*, salientando aquelas “[...] artesanais e domésticas, que aproveitem matérias-primas locais, ocupem as populações com maior produtividade ou sejam necessárias à elevação dos seus níveis de consumo básico.”. Desse modo, em

1958, o Banco publicava seu primeiro estudo²⁵ sobre o artesanato regional, que serviu de base para subsidiar I Plano Diretor da SUDENE, em 1960 (LIMA, 1982, p. 104).

Nesse sentido, Lima (1982, p. 18), no que tange a atividade artesanal, sugere a adoção do conceito de artesanato como sendo

[...] a atividade predominantemente manual de produção de bens, exercida em ambiente doméstico ou em pequenas oficinas, postos de trabalho ou centros associativos, com equipamento rudimentar, na qual se admite a utilização de máquinas ou ferramentas, desde que não dispensem a criatividade ou habilidade individual e em que o agente produtor participa, diretamente, de todas ou quase todas as etapas da elaboração do produto.

No início dos anos 2000, esse conceito foi reafirmado no documento do BNB, *Ações para o Desenvolvimento do Artesanato do Nordeste*, no qual estão segmentados oito tipos de artesanatos a saber: Artesanato Folclórico; Artesanato Semi-Erudito; Artesanato Contemporâneo; Arte Popular; *Artesanía Etnica*; Artesanía Tradicional; *Artesanía de Referencia Cultural*; e *Artesanía de Producción Intensiva*. Mencionado documento elege dois tipos de artesanato - o folclórico e o tradicional. O primeiro apoia-se na obra de Rocha²⁶ ali citada. O artesanato Folclórico é considerado como sendo “[...] aquele confeccionado pelo homem, tem função utilitária e obedece a formas tradicionais, aprendidas por informações orais.” (BNB, 2002, p. 22). O segundo – Artesanato Tradicional – citado em espanhol, teve por base o VI Seminário Iberoamericano de *Cooperación en Artesanía* e é assim definido: “*Artesanía Tradicional: en este ámbito las acciones estarán eferidas al*

²⁵ Com base nesse diagnóstico, foi possível identificar os estados com maiores incidências de atividades artesanais, no caso, Ceará e Bahia, de modo que o programa de assistência ao artesanato buscou verificar no primeiro momento a situação em que se encontrava o artesanato do ponto de vista dos ramos de atividade, estrutura ocupacional, dentre outros, bem como as possibilidades de organização da atividade. Nesse sentido, foram instituídas, na estrutura administrativa da SUDENE, a Divisão de Mão-de-Obra e Artesanato e a criação de uma sociedade mista, a Artesanato do Nordeste S.A. (ARTENE), que iria facilitar a comercialização do artesanato em lojas e bazares. Quanto à primeira estrutura, esta foi responsável no primeiro momento pelo levantamento dos principais problemas do artesanato regional, chegando à constatação de que o artesanato se colocava como uma “[...] ocupação decadente, desorganizada, improdutiva [...] devido principalmente ao impacto de expansão do mercado das indústrias organizadas em nível de alta produtividade.” (LIMA, 1982, p. 106). No II Plano Diretor da SUDENE (1966/68), destaca-se o fomento na formação de cooperativas entre os artesãos; no III Plano Diretor (1966/68), verifica-se o objetivo de manter os estudos e pesquisas sobre as atividades artesanais, além da reestruturação do artesanato com a melhoria do seu padrão tecnológico. O IV Plano Diretor (1969/73) foi substituído e integrado como capítulo no Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), porém, se destaca a execução de cursos de treinamentos e formação artesanais e o apoio à entidades estaduais de fomento (LIMA, 1982).

²⁶ ROCHA, José Maria Tenório. *Arte/Artesanato de Alagoas*.

rescate, mejoramiento gregación de valor a sus productos para los mercados del rega decoración y hogar.” (BNB, 2002, p. 22). A opção pelas nomenclaturas artesanato folclórico e artesanato tradicional é eleita pelo documento, haja vista a preservação do “[...] caráter de atividade identificada com valores culturais tradicionais voltada para geração de renda.” (BNB, 2002, p. 43).

O documento do Banco do Nordeste utiliza, ainda, o conceito de artesão contido no documento *Estudos Fundamentais: Subsídios para uma Política de Artesanato no Estado do Ceará*, no qual o artesão é considerado como sendo

Um ser que produz de modo autônomo, ou seja, como não dependente, de maneira direta, para produzir, dos meios de produção de terceiros. Ele mesmo procura desenvolver mecanismos para penetrar no mercado de bens e para escoar a produção, aproveitando-se das alternativas existentes. (GRADVOHL, 1986 APUD BNB, 2002, p. 22)

Ainda no mesmo estudo, o artesão é entendido como um produtor “[...] tipicamente não assalariado (sem vínculo empregatício), que produz em condições de baixa capitalização, dispondo-se e utilizando-se de sua própria força de trabalho e dos seus meios de produção para produzir artesanato’.” (GRADVOHL, 1986 APUD BNB, 2002, p. 22).

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), por meio do seu Programa de Artesanato, instituiu mais recentemente um *Termo de Referência* que visa a dar solução a entendimentos diversos sobre a definição de atividade artesanal, artesanato e artesão. Deste modo, divide a atividade artesanal em três categorizações, ou seja: a arte popular, o artesanato e os trabalhos manuais (Quadro 2); no tocante ao artesanato, este é definido conforme o conceito proposto pelo Conselho Mundial do Artesanato que o entende como “[...] toda atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade.” (SEBRAE, 2004, p. 21); e quanto ao conceito de artesão, o referido documento considera como todos “[...] aqueles detentores de conhecimento técnico sobre os materiais, ferramentas e processos de sua especialidade, dominando todo o processo produtivo.” (SEBRAE, 2004, p. 26).

ARTE POPULAR	ARTESANATO	TRABALHOS MANUAIS
Produção de peças únicas	Produção de pequenas série com regularidade	Produção assimétrica
Arquétipo	Produtos semelhantes, porém diferenciados entre si	Reprodução ou cópia
Compromisso consigo mesmo	Compromisso com o mercado	Ocupação secundária
Fruto da criação individual	Fruto da necessidade	Fruto da destreza

QUADRO 2 – Categorias de artesanato - SEBRAE

Fonte: SEBRAE, 2004

Em publicação recente do jornal O Povo²⁷, foi noticiado que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem no país aproximadamente 8,5 milhões de artesãos, no entanto, não foi possível confirmar esses dados junto ao IBGE, todavia, o registro de dados referentes às atividades artesanais desenvolvidas nos municípios brasileiros pode nos dar um indicativo da extensão desta atividade no país.

Segundo dados de 2006, contidos no Perfil dos Municípios Brasileiros/IBGE, o bordado é a atividade artesanal²⁸ mais significativa, estando presente em 75,4% dos municípios pesquisados (Gráfico 3). Em seguida, vêm a produção realizada com madeira (39,7%) e trabalhos artesanais em barro (21,5%). Um dado que nos chama a atenção na pesquisa é o percentual do trabalho artesanal feito com materiais recicláveis (19,5%), sobrepondo-se a outras atividades de maior tradição, como a tapeçaria (12,7%), a tecelagem (9,5%), o artesanato em couro (9,4%) e a renda (7,5%). Acreditamos que tal fato decorre da grande produção de resíduos sólidos, principalmente nas áreas urbanas, onde o excesso desse material se torna matéria-prima mais facilmente disponível e a baixo custo para a produção de trabalhos manuais.

No que se refere a atividade do bordado, presente em mais de 2/3 dos municípios brasileiros, cremos que essa grande difusão decorre de questões como: ser uma técnica difundida entre a população feminina, em especial, entre aquelas de faixa etária mais elevada; e por ser uma atividade artesanal que não exige instrumentos de trabalhos de maior complexidade, a não ser linha, tecido e agulha

²⁷ O POVO (20/03/09)

²⁸ O IBGE define atividade artesanal como uma “atividade produtiva caracterizada pelo trabalho preponderantemente manual, realizada por artesão cujo conhecimento e modos de fazer estão enraizados no cotidiano das comunidades. Pode ter finalidade utilitária ou artística.” (IBGE, 2007, p. 260).

apropriada. É interessante notar, ainda, o percentual considerável de artesãos que se utilizam de matérias-primas naturais, como madeira, barro e fibras vegetais.

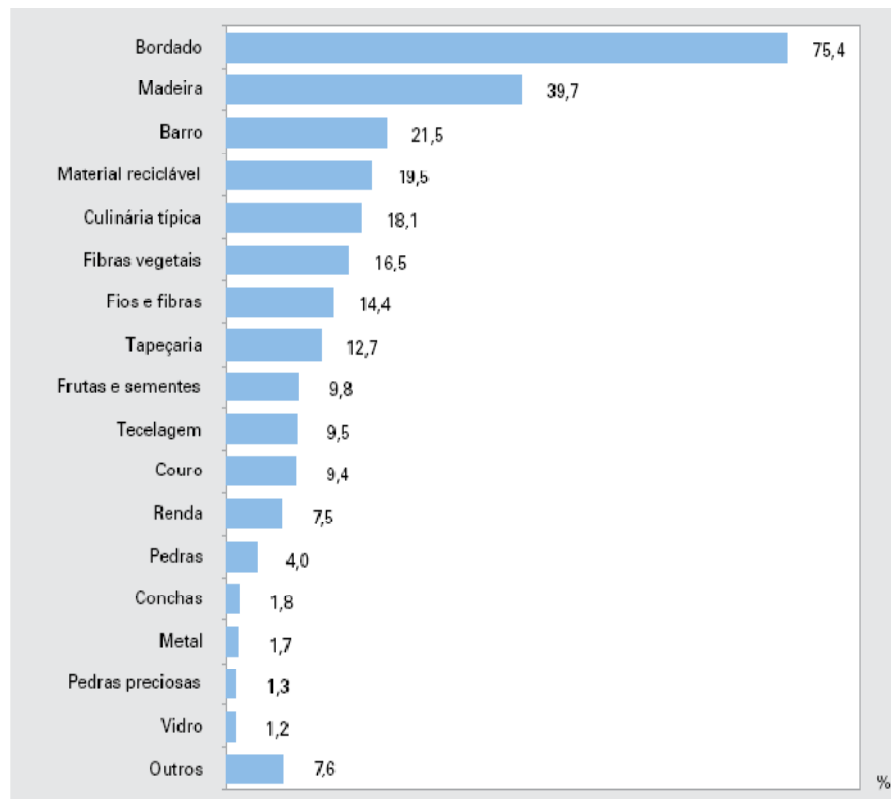


GRÁFICO 3 – Percentual de municípios com atividade artesanal, por tipo – Brasil (2006).

Fonte: IBGE/ Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2006.

Tendo como referência os anos de 2005 e 2006, quando a pesquisa foi realizada, podemos observar o decréscimo das atividades artesanais ditas tradicionais, principalmente do artesanato em renda e o crescimento de atividades feitas com materiais recicláveis, fibras e sementes (Gráfico 4).

A maioria das atividades artesanais tradicionais decresceu no período, apresentando percentual negativo: couro (-7,8%), madeira (-7,9%), barro (-8,2%), pedras (-13,7%), tapeçaria (-14,5%), pedras preciosas (-4,9%), metal (-16,4%), e renda (-29,0%), ou seja, houve redução no número de pessoas trabalhando com esses tipos de materiais, mostrando, inclusive, forte tendência de abandono de práticas de artesanato mais tradicionais, sendo a renda o caso mais emblemático, cuja taxa negativa foi a mais elevada.

Em oposição a estas atividades mais tradicionais, podemos verificar o crescimento, no mesmo período, de atividades artesanais com material reciclável, que teve o maior crescimento (17,0%), além do artesanato com fibras vegetais (13,0%) ou ainda com frutas e sementes (8,8%). Se levarmos em conta o fato de que muitas atividades utilizam materiais recicláveis, bem como trabalhos manuais que empregam sementes como bijuterias, há uma tendência de procura por matérias-primas mais acessíveis, ou, então, disponíveis no ambiente.

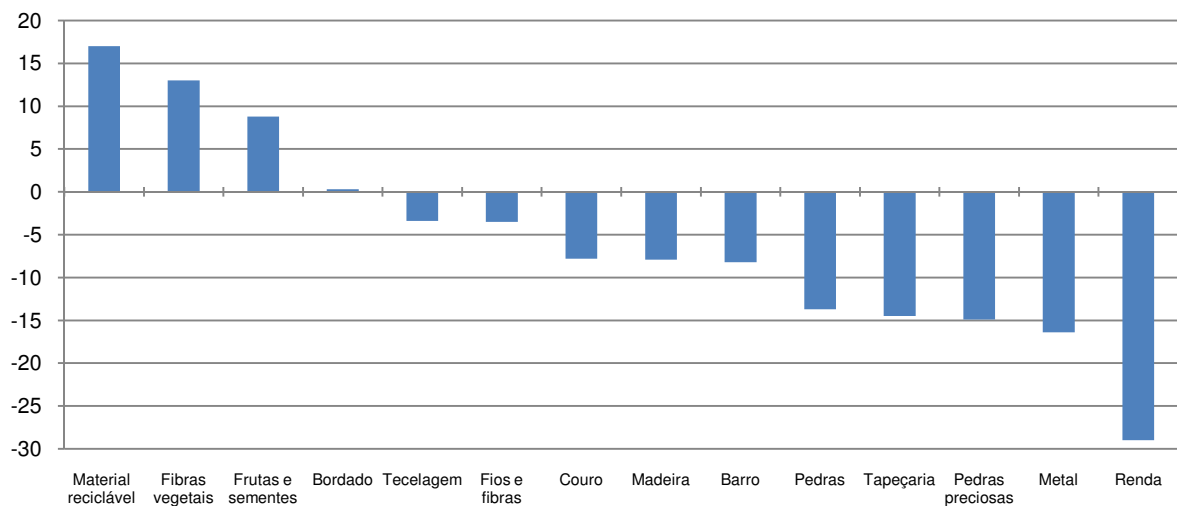


GRÁFICO 4 - Percentual de municípios com atividades artesanais, segundo o tipo (2005-2006)
 Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005-2006.

No que se refere ao Ceará, o bordado também constitui atividade artesanal predominante, segundo dados do IBGE, sendo praticada em 152 municípios do Estado (Gráfico 5). Em seguida, vem o artesanato em barro, madeira, couro, fibras vegetais e renda, denotando uma produção artesanal ainda ligada à zona rural do estado. Em contraposição, observa-se, seguindo a tendência nacional, a introdução de materiais recicláveis como matéria-prima na confecção de produtos artesanais.

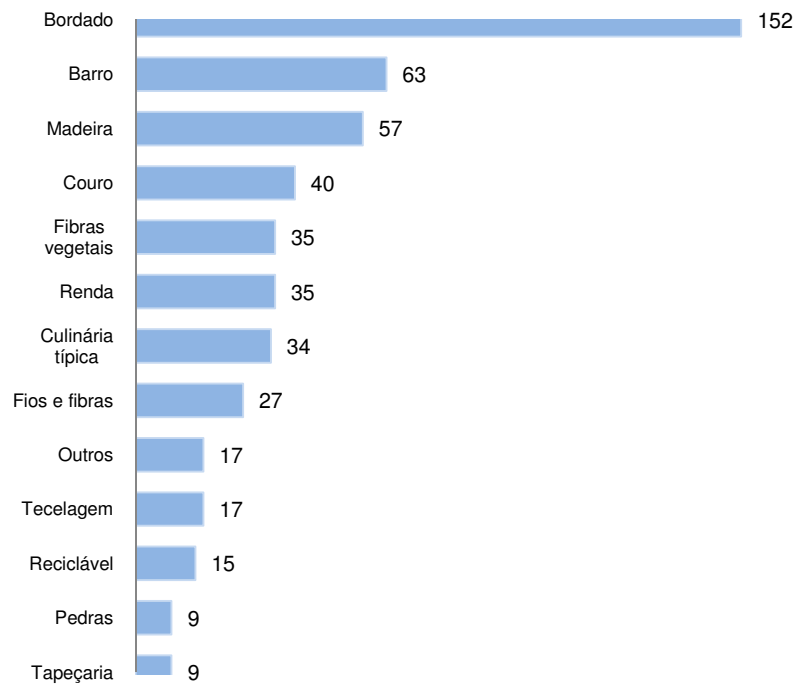


GRÁFICO 5 - Percentual de municípios com atividade artesanal, por tipo - Ceará - 2006

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005-2006.

No âmbito estadual, constata-se, por meio da Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETE) e da Central de Artesanato do Ceará (CEART), que há uma tendência em se considerar artesão como categoria profissional, embora este ainda não seja identificado como tal, haja vista o fato de ele não auferir uma renda permanente. Estima-se, entretanto, que o estado do Ceará tenha em torno de 180.000 artesãos (CEARÁ, 2006, p.26-27).

A SETE define artesanato como:

Uma atividade que exige criatividade e habilidade pessoal. A matéria-prima utilizada na produção pode ser natural, semi-elaborada ou constituída de produtos e ou sobras industriais. No processo de produção, poderão ser utilizadas ferramentas manuais e ou elétricas (exceto industrial) na execução dos serviços artesanais. A atividade artesanal deve desenvolver-se em ambientes domésticos, pequenas oficinas, grupos de produção e entidades associativas. (CEARÁ, 2006, p.26).

Já o artesão é considerado aquele que faz artesanato nas condições descritas nos itens anteriores e, para seu reconhecimento como artesão, é submetido a um teste de habilidade para conferir seu trabalho.

Os produtos artesanais são classificados em arte popular, trabalhos manuais e artesanato, seguindo a definição formulada pelo SEBRAE, que estabelece uma diferenciação do artesanato de caracterização regional para a arte popular, por considerar esta última como manifestação folclórica que não atende a finalidade econômica. Os produtos artesanais, todavia, advêm da arte popular, como os bonecos de mamulengo, que têm origem na arte popular do teatro de fantoches.

No exercício da atividade artesanal, são observadas algumas normas para o cadastro de artesão, atentando a CEART basicamente para a habilidade na confecção das peças artesanais, o que é comprovado por meio de um teste feito pelo artesão para o seu enquadramento nas tipologias classificadas²⁹ pela SETE/CEART, visando “[...] não descaracterizar a atividade artesanal no Estado, englobando como artesanato qualquer atividade manual sem qualidade e ou tradição cultural.” (CEARÁ, 2005, p. 2). Desse modo, o indivíduo recebe a identificação de artesão, o que lhe garante, ainda, a isenção de imposto (ICMS) na comercialização de seus produtos.

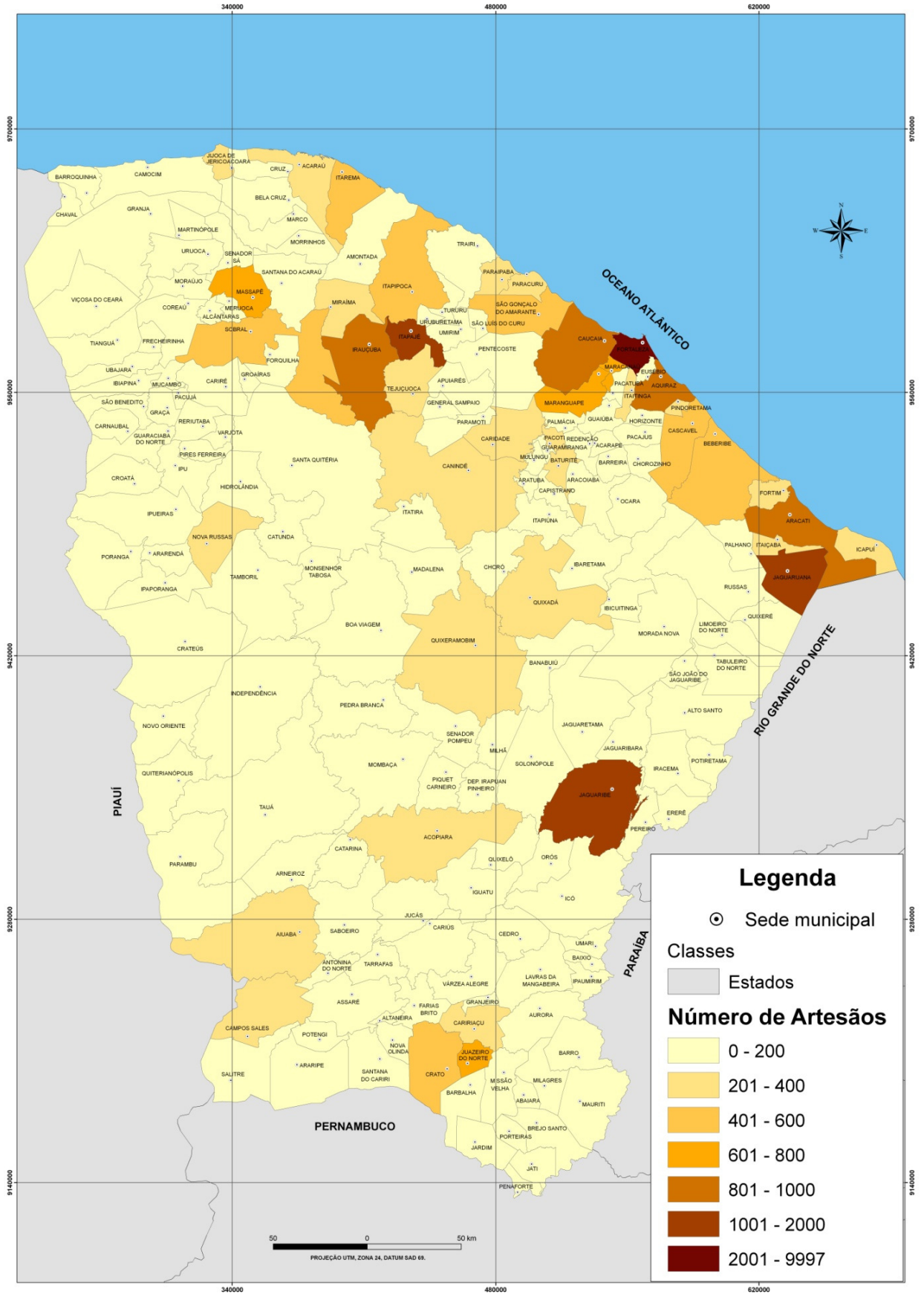
A produção mensal usada como parâmetro pela CEART tem por base oito horas diárias de trabalho, de segunda-feira a sábado; entretanto, para a exposição das peças artesanais nas lojas da CEART, é necessária uma apresentação da peça artesanal junto a uma comissão de avaliação em que são observadas a “[...] caracterização regional, acabamento, metragem padrão e preço [...]” (CEARÁ, 2005, p. 6). Percebe-se, no entanto, uma contradição quanto à opção pelo artesanato tradicional, haja vista as intervenções de *Design* e segmentações da produção artesanal, porém, para os artesãos há uma limitação clara dos meios de operação e produção do artesanato que devem continuar a operar com instrumentos

²⁹ O Núcleo de Apoio a Produção Artesanal da CEART classifica as tipologias artesanais em: alimentos e bebidas, artístico (estamparia, marchetaria, modelagem, mosaico, pirogravura, retalhos à mão, retalhos à máquina, vidros, vitrais, vitrificação), bordado à mão, bordado à máquina, cerâmica, couro, crochê, filé, imaginário (santos, ex-votos, terços, resplendecedores), instrumentos musicais (maracás, apitos, pífaros, pandeiros, zabumbas, cítaras, cavaquinhos, rabecas, rabecões, berimbau, sanfona de oito baixos, triângulo), labirinto, lembranças (jangadinhas, cartões comemorativos, areia colorida, bonecos típicos, artefatos torneados, adornos, miniaturas, vidros temperados, flores, arame trabalhado, garrafa com temas, bijuteria, serigrafia), literatura em cordel, lúdico (brinquedos infantis), madeira (esculturas, talhas, marcenaria/carpintaria, torneadas), metais (armaria, ferraria, gravação, latoaria, serralharia, sucata), ourivesaria, papiros, pedras (cinzeladas, lapidadas, esmerilhadas), pintura (mão livre, aerografia, restauração, pátina), rendas (renascença, renda de bilros), tapeçaria (tapetes, coxins), tecelagem (tecidos, acabamentos, redes), trançado (fios de metal, cipós, palitos, palhas, fios de algodão, sisal, cordas/barbantes, canudos de papel), tricô e xilogravura. (CEARÁ, 2005).

rudimentares e produzir em pequenas quantidades, o que enrijece o conceito de artesanato.

Enquanto no Brasil há aproximadamente 8,5 milhões de artesãos³⁰, conforme citado, no Ceará estima-se em cerca 40.000 artesãos. Somente na região metropolitana são 14.000 cadastrados pela CEART. Conforme Cartograma 2, podemos verificar que em praticamente todos os municípios do Estado, são desenvolvidas atividades artesanais, à exceção de oito municípios (Martinópole, Pires Ferreira, Quixerê, São João do Jaguaribe, Ererê, Jati, Penaforte e Porteiras). Verifica-se, porém, uma grande concentração de artesãos em Fortaleza e região metropolitana, apesar de, em quase todo o Ceará, se registrar a ocorrência de grupos artesanais. Com relação ao Estado com um todo, observamos que a atividade artesanal é mais intensa nos municípios litorâneos, além daqueles que se tornaram polos artesanais, por concentrarem grande número de artesãos, dentre os quais se destacam: Itapajé, Jaguaruana e Jaguaribe. Em síntese, esses municípios se tornam produtores do artesanato que é vendido nos polos de comercialização do artesanato em Fortaleza.

³⁰ Ver: “País tem mais de 8 milhões de artesãos”. (O POVO, 03/2009).



CARTOGRAMA 2 - Número de artesãos por município – Ceará
 Organização: Luiz Antonio Araújo Gonçalves; elaboração: Daniel Dantas.
 Fonte: SETE/CEART

3.2 Os espaços do comércio de artesanato em Fortaleza

O Ceará tem longa tradição na produção artesanal que, em princípio, se vincula a sua formação socioeconômica, atrelada ao desenvolvimento da pecuária. Outras formas de artesanato, entretanto, se desenvolveram, principalmente na zona litorânea, com a renda de bilros, o labirinto, além de outros tipos que se formaram depois, associando criatividade e recursos naturais, a exemplo das garrafas de areia colorida e dos trabalhos em cerâmica, palha e cipó.

Essas atividades demandaram os centros urbanos, sobretudo, Fortaleza, principal mercado consumidor do Ceará. O acelerado crescimento decorrente da intensa migração para a Capital atraiu o artesanato produzido na zona rural mesmo antes da expansão do turismo, incrementando a economia urbana e constituindo, pela comercialização, meios de sobrevivência e absorção do trabalhador desempregado que chega a Fortaleza, criando-se espaços especificamente para esse fim.

Atualmente, podemos considerar cerca de seis pontos onde se concentra a venda de artesanato em Fortaleza, que são: Mercado Central (cuja responsabilidade administrativa foi repassada da Prefeitura para a Associação dos Lojistas do Mercado Central - ALMEC); Centro de Turismo (antiga EMCETUR); a Central de Artesanato do Ceará - CEART (de responsabilidade do Governo do Estado); as imediações do antigo Mercado Central; a avenida Monsenhor Tabosa e a feirinha da Beira-Mar (quadro 3). Esta última, formou-se de modo espontâneo, embora tenha sido normatizada pelo Poder Público municipal, como comentaremos adiante.

Merecem destaque, também, como pontos de comércio de artesanato, as feiras livres, que funcionam periodicamente em diversos pontos da cidade, onde, em meio à variedade de produtos, se encontram aqueles caracterizados como artesanato. A Feirinha da Beira-Mar, contudo, nosso interesse específico de estudo é a mais peculiar em decorrência de suas características de inserção espacial na zona litorânea.

Local	Localização
Centro de Turismo (antiga EMCETUR)	Na rua João Moreira, vizinho à Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza – (Centro)
Adjacências do Antigo Mercado Central	Na rua Conde d’Eu, travessa Crato e proximidades da Catedral de Fortaleza (Centro)
CEART	Na avenida Costa Barros (Meireles)
Av. Monsenhor Tabosa	Nas proximidades do Seminário da Prainha (Praia de Iracema)
Novo Mercado Central	Na avenida Alberto Nepomuceno, em frente à antiga Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, atual sede da 10ª Região Militar (Praia de Iracema)
Feira da Beira-Mar	Av. Beira-Mar, nas proximidades da Clube Náutico Atlético Cearense (Meireles)

QUADRO 3 – Espacialidade formada pelo comércio do artesanato em Fortaleza

Antes da expansão do turismo em Fortaleza, mais precisamente, até o final da década de 1970, apenas dois pontos fixos, ambos no centro da cidade, concentraram o comércio do artesanato produzido no Ceará - o Mercado Central, ainda, localizado na rua Conde d’Eu, próximo à Catedral Metropolitana de Fortaleza, e a Empresa Cearense de Turismo (EMCETUR), atualmente denominada Centro de Turismo, instalada no prédio da antiga Cadeia Pública de Fortaleza. Desse modo, e até então, o comércio de artesanato se concentrava na zona central de Fortaleza. O Mercado Central³¹ funcionava como único e tradicional local de venda de artesanato no Centro da cidade até a instalação da EMCETUR, criada no contexto das primeiras ações do Governo do Estado, visando a incentivar ao turismo.

A criação da EMCETUR, em 1971, pelo governador César Cals de Oliveira Filho, firma-se como a primeira ação efetiva que antecede as proposições do Plano Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA), ou seja, a criação de um organismo coordenador da atividade artesanal que pudesse indicar, por meio de estudos, ações executivas para estimular o artesanato, sendo este órgão

³¹ O Mercado Central (o antigo) era voltado para o abastecimento alimentar, de forma que concentrava o comércio de verduras, legumes, frutas, carnes e peixes, no entanto, neste também se comercializava o artesanato produzido no Estado que se expandiu de tal modo que na década de 1970, transferiu-se o setor de hortifrutigranjeiros para outros mercados públicos, transformando o prédio em um ponto de venda artesanal.

responsável pela elaboração do Primeiro Plano Piloto do Artesanato Cearense, em 1975 (LIMA, 1982, p. 121).

O prédio da antiga Cadeia Pública³², construído entre 1850 e 1866, passou por adaptação para receber a nova função. As celas, não mais atendendo a sua função pretérita, deram lugar a lojas para o comércio do artesanato. O foco principal foi atrair comerciantes para as 99 celas transformadas em pontos de venda de artesanato. Esta adaptação também ocorreu em outras cidades nordestinas, que transformaram prédios históricos em centros de comercialização de artesanato, como foi o caso do Mercado Modelo, de Salvador, e Casa de Cultura (antiga cadeia) do Recife.



FIGURA 10 - Pátio interno da antiga cadeia onde funciona o Centro de Turismo.
Fonte: GONÇALVES, 2008.



FIGURA 11 - Antigas celas transformadas em lojas de artesanato.
Fonte: GONÇALVES, 2008.

Após os anos 1960, o artesanato foi pensado, institucionalmente, como atividade econômica associada à atividade turística que se iniciava no Ceará, e a EMCETUR foi instituída, como entidade de economia mista (o Estado detinha 51% das ações), para atender a esses fins (CORIOLANO, 1998, p.61). Em relatos obtidos nas entrevistas realizadas com os comerciantes do atual Centro de Turismo (antiga EMCETUR), foi-nos informado que os interessados em obter um ponto no prédio, naquele momento, passaram por um processo licitatório, no qual o ganhador obtinha a permissão do Estado para explorá-lo comercialmente e, ainda, devia adquirir uma

³² O prédio da antiga Cadeia Pública está situado no centro histórico da cidade, entre a Santa Casa de Misericórdia e a Estação Ferroviária Engenheiro João Felipe, ou seja, nas proximidades da Fortaleza de Nossa Senhora de Assunção, marco que deu início a cidade.

cota de participação, ou seja, todos os locatários tornavam-se acionistas, perfazendo, assim, os 49% restantes do capital constituinte da EMCETUR. O prédio também abrigou cooperativas de artesãos, porém a atividade se tornou inviável, fazendo com que aos poucos estes se retirassem da estrutura da EMCETUR. Uma ala de pontos comerciais situados na rua João Moreira foi, posteriormente, integrada ao conjunto de lojas, conformando os atuais 105 pontos comerciais do Centro de Turismo. Fazia parte, ainda, desse conjunto, o Teatro Carlos Câmara, inaugurado em 1974. Este foi desativado, servindo hoje, lamentavelmente, apenas como depósito de mercadorias, perdendo, assim, sua real função como equipamento cultural.

O Mercado Central de Fortaleza, construído no início da década de 1930, como espaço público, tinha como função o serviço de abastecimento alimentar à população da cidade, porém, em virtude do crescimento do comércio de artesanato naquele lugar, em 1973, foi adaptado e transformado em ponto de comercialização do artesanato (COELHO, 1989, p. 28). Nos anos 1980, contava com aproximadamente 600 boxes, enfrentando problemas nas instalações, dificuldades de locomoção para os visitantes, dado o grande número de camelôs concentrados nas calçadas no entorno do prédio³³, dificultando o acesso dos visitantes, além de outros problemas.



Figura 12 - Antigo Mercado Central de Fortaleza.

Fonte: GONÇALVES, 2008.

³³ Locomover-se entre os estreitos labirintos formados pelas 600 lojas no mercado revelava-se um desafio ao turista. Além da dificuldade de movimentação do visitante pelo mercado seria transitar pelas calçadas nas imediações ocupadas pelos camelôs (Diário do Nordeste, 07/1988).

Em suma, as condições estruturais e precárias do antigo prédio ofereciam grande risco de incêndio, dado o elevado volume e tipos de produtos artesanais de fácil combustão, como objetos em palha, tecidos, fios e confecções³⁴, por exemplo. Todos esses fatores, associados à crescente visitação turística, levaram a Administração Municipal a pensar outra área que abrigasse com segurança tanto os comerciantes quanto os turistas³⁵.

Nesse sentido, foi proposta a construção de outro mercado central e a desativação do antigo prédio em face aos já citados problemas, de modo que o comércio de artesanato pudesse funcionar em uma edificação moderna. Desse modo, foi construído o novo prédio do Mercado Central, também no Centro da cidade (figura 14, 15), em uma área em frente ao quartel da 10ª Região Militar e ao lado da Catedral Metropolitana de Fortaleza, ou seja, no Centro histórico da cidade, tendo ainda, nos fundos do terreno o riacho *Pajeú*, outro marco (fisiográfico) que remonta à colonização do Estado.

O prédio melhorou, sobremaneira, as condições de trabalho dos comerciantes que passaram a contar com modernas instalações firmadas por uma grande estrutura metálica reunindo cinco pavimentos (quatro andares e o subsolo) interligados pelas rampas e elevadores panorâmicos de acesso a cada andar, totalizando 555 pontos comerciais, com medidas de 1x1m, 2x2m e 4x4m³⁶, dispondo de banheiros, área para estacionamento de veículos de passeio e ônibus de turismo, além de lanchonetes e restaurantes. A construção do novo Mercado Central consolidou definitivamente esse local como um centro de venda de artesanato, aliado à atividade turística, cuja maioria dos visitantes é formada por turistas.

³⁴ Em virtude dos riscos de incêndio preeminente, o Mercado Central foi chamado de o “barril de pólvora”. (Diário do Nordeste, 09/1999).

³⁵ Após a reforma e recuperação do antigo prédio, neste passou a funcionar o Centro de Referência do Professor (CRP) que atua como um Centro de Inclusão Digital e capacitação cujo foco principal são os alunos e os professores das escolas públicas do Município. O prédio, em princípio, também tinha a intenção de funcionar como um Centro Cultural que agregasse educação e cultura com galerias de artes e sediando exposições, como o tradicional Salão de Abril, todavia, a distância das escolas públicas municipais revela-se um obstáculo para muitos alunos de baixa renda no sentido de uma maior inclusão e acesso a cultura.

³⁶ Conforme os jornais da época, a distribuição dos boxes no novo mercado, entretanto, não ocorreu sem conflitos, denúncias de privilégios e favorecimento de pessoas ligadas à Associação dos Lojistas do Mercado Central – ALMEC (O POVO, 04/1998).



FIGURA 13 - Novo Mercado Central de Fortaleza.

Fonte: GONÇALVES, 2008.



FIGURA 14 - Vista panorâmica dos pavimentos do Mercado.

Fonte: GONÇALVES, 2008.

Mesmo com a desativação e a transferência do mercado para um novo prédio, no final dos anos 1990, manteve-se, nas ruas contíguas do antigo prédio do Mercado Central, a venda de artesanato, haja vista a manutenção de lojas no entorno do antigo prédio. Acreditamos que o comércio de artesanato no antigo mercado ensejou, assim, a expansão da atividade que se espalhou para as ruas adjacentes através dos três acessos do prédio compreendendo os portões das Ruas Conde d'Eu, General Bezerril e da travessa Crato, onde foram instalados pequenos pontos comerciais, provocando grande movimentação de camelôs. Mantêm-se ativos tanto os referidos pontos comerciais - que vendem redes de dormir, artigos em couro, palha, ferragens - quanto o comércio de rua, com bancas de produtos regionais, sobretudo, de ervas e plantas medicinais (Figuras 16, 17).



FIGURA 15 - Comércio de produtos artesanais na travessa Crato.

Fonte: GONÇALVES, 2008.



FIGURA 16 - Comércio de plantas medicinais na rua Conde d'Eu.

Fonte: GONÇALVES, 2008.

O Governo do Estado, que já havia empreendido ações no sentido de promover a produção artesanal, na década de 1970, conforme já mencionamos, com a transformação da antiga Cadeia Pública para esse fim, cria um novo espaço na cidade para o comércio do artesanato, ou seja, a Central Cearense de Artesanato Luiza Távora, na rua Costa Barros, bairro Meireles. O Governo retomou o interesse de desenvolver e fomentar a atividade artesanal e, nesse intuito, criou esse centro que atua no apoio à comercialização da produção do próprio artesão. Essa ação permanece, como política institucional até o período atual, no entanto, o foco é o desenvolvimento de estratégias de inserção do artesanato no cenário econômico globalizado (CEARÁ, 2006).

Nesse sentido, houve toda uma ação de incentivo à recuperação e preservação dos aspectos da cultura local e regional, com a introdução de mudanças no processo produtivo, sugerindo novos segmentos de mercado para o artesanato como o de decoração e ambientes interiores. Com isso, a Central de Artesanato do Ceará (CEART) abriu um nicho de mercado para a produção e comercialização dos produtos artesanais que trazem consigo elementos da cultura local, porém, que se enquadrem no padrão de qualidade que atenda às exigências de mercado quanto à produção das peças (metragem, acabamento, embalagem etc.). Com certeza, as peças comercializadas auferem melhores lucros e atingem outros segmentos além do turista, como abordaremos mais à frente.



FIGURA 17 - Pátio externo da CEART.

Fonte: GONÇALVES, 2008.

Como locais de comercialização de artesanato em Fortaleza, destacam-se, ainda, a avenida Monsenhor Tabosa e a Feirinha da Beira-Mar, que, juntamente com o comércio ambulante, neste local constitui nosso objeto específico de estudo.

A Monsenhor Tabosa é um corredor de comércio que se estende ao longo da avenida do mesmo nome e atrai grande número de turistas, porém se caracteriza muito mais pela concentração de produtos provenientes das microempresas de confecção e calçados e, portanto, com significativo peso da pequena indústria na economia urbana de Fortaleza. Este assunto requer considerações, mas demanda um estudo à parte, haja vista que o seu comentário careceria de aprofundarmos a temática que, certamente, nos conduziria ao distanciamento do foco do nosso trabalho; entretanto, cabe destacar a dificuldade da distinção entre artesanato e certos tipos produtos como confecções e calçados.

Já nas imediações do antigo Mercado Central, que foi recuperado e hoje abriga o Centro de Referência do Professor, mantêm-se, ainda, pequenas lojas, guardando as antigas características. Neste local, destaca-se a venda de redes, bordados, utensílios domésticos de madeira, latão, palha, cerâmica e raízes medicinais. A paisagem do entorno do antigo mercado parece não ter mudado no tempo, fazendo-nos lembrar a força e a resistência do artesanato na cultura cearense e ainda no Centro de Fortaleza.

Convém ressaltar que o artesanato podia ser encontrado, até mais ou menos os anos 1980, em outros espaços da cidade que, com o tempo deixaram de existir, à exceção da Monsenhor Tabosa. Como exemplo, citamos as feiras organizadas pela Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato (CEDART). Essas feiras locais aconteciam em praças públicas, a exemplo da Praça Portugal e também na avenida Treze de Maio e no antigo Kartódromo que se situava na avenida Pres. Castelo Branco (Leste-Oeste).

Coelho (1989, p. 31) relembra, ainda, a existência das feiras de artesanato que funcionavam na Gentilândia e avenida Treze de Maio, conforme já citado, todavia, foi após a construção dos primeiros hotéis na avenida Beira-Mar, quando os artesãos passaram a se aglomerar em torno deles, que a orla marítima se tornou atrativa ao comércio do artesanato. Assim, o calçadão se estabeleceu como mais uma opção para o comércio de artesanato, passando a mobilizar um número considerável desses trabalhadores em função do fluxo turístico, haja vista a

impossibilidade de compor os quadros dos centros de artesanato tradicionais, como EM CETUR e Mercado Central, onde predominavam os comerciantes intermediários de artesanato.

3.3 Quando o artesanato vai ao encontro do turista: em busca de um território

No final dos anos 1970, teve início, na calçada do *Othon Palace* Hotel (atual Oásis Atlântico Imperial), a venda de artesanato aos turistas ali hospedados, fato por vezes comum em cidades turísticas dos países ditos periféricos. Foi dessa forma, com base em relato dos feirantes, que se deu o processo de apropriação do espaço público da Beira-Mar por esta atividade. Em nossas entrevistas, um feirante enfatizou: “sou da época da calçada quando tinha só duas ou três barraquinhas, antes da Maria Luiza, [...] sou uma das primeiras pessoas a chegar aqui. Comecei vendendo trabalho em chifre/coco.”, e acrescenta: “O hotel [Othon] é que chamava o turista.”. Cabe destacar, com base, ainda, nos relatos dos feirantes mais antigos, que esta prática já havia surgido quando os hotéis ainda se concentravam no Centro de Fortaleza, sobretudo, em frente àqueles de padrão mais elevado, como o Savannah Hotel, que fechou com o esvaziamento do Centro.

Esse comércio foi aumentando a medida que o turismo foi se expandindo em Fortaleza, de modo que os artesãos se estabeleceram no outro lado da avenida Beira-Mar, na calçada contígua à faixa de praia, conforme o relato de outra feirante, que reforça, ainda, o caráter ambulante do comércio de artesanato diante do incomodo que trazia aos hotéis, “[...] como os hotéis expulsaram os ambulantes, eles ficaram andando no calçadão [...] eu era ambulante.”. Desse modo, surge uma feira improvisada na orla marítima, de forma desordenada, provocando dificuldades no tráfego de pessoas já naquele momento.

A feira foi crescendo e apresentava uma estrutura linear na calçada da orla (Figura 1), estendendo-se da rua Nunes Valente até a rua Julio Ibiapina (COELHO, 1989, p. 19). Tendo em vista o caráter espontâneo da feira, a exposição das mercadorias era feita em bancas desmontáveis ou, então, em panos estendidos sobre a calçada, como se recorda uma artesã entrevistada: “Não tinha mesa, nem

barraca era na beira da calçada, vendia e ia embora”. Esta distribuição também foi confirmada nas entrevistas realizadas com os permissionários: “sou do tempo da calçada, era os dois lados da calçada ocupado. Era a sacola, o tripé e a mochila nas costas. Era melhor do que um emprego com carteira.”.

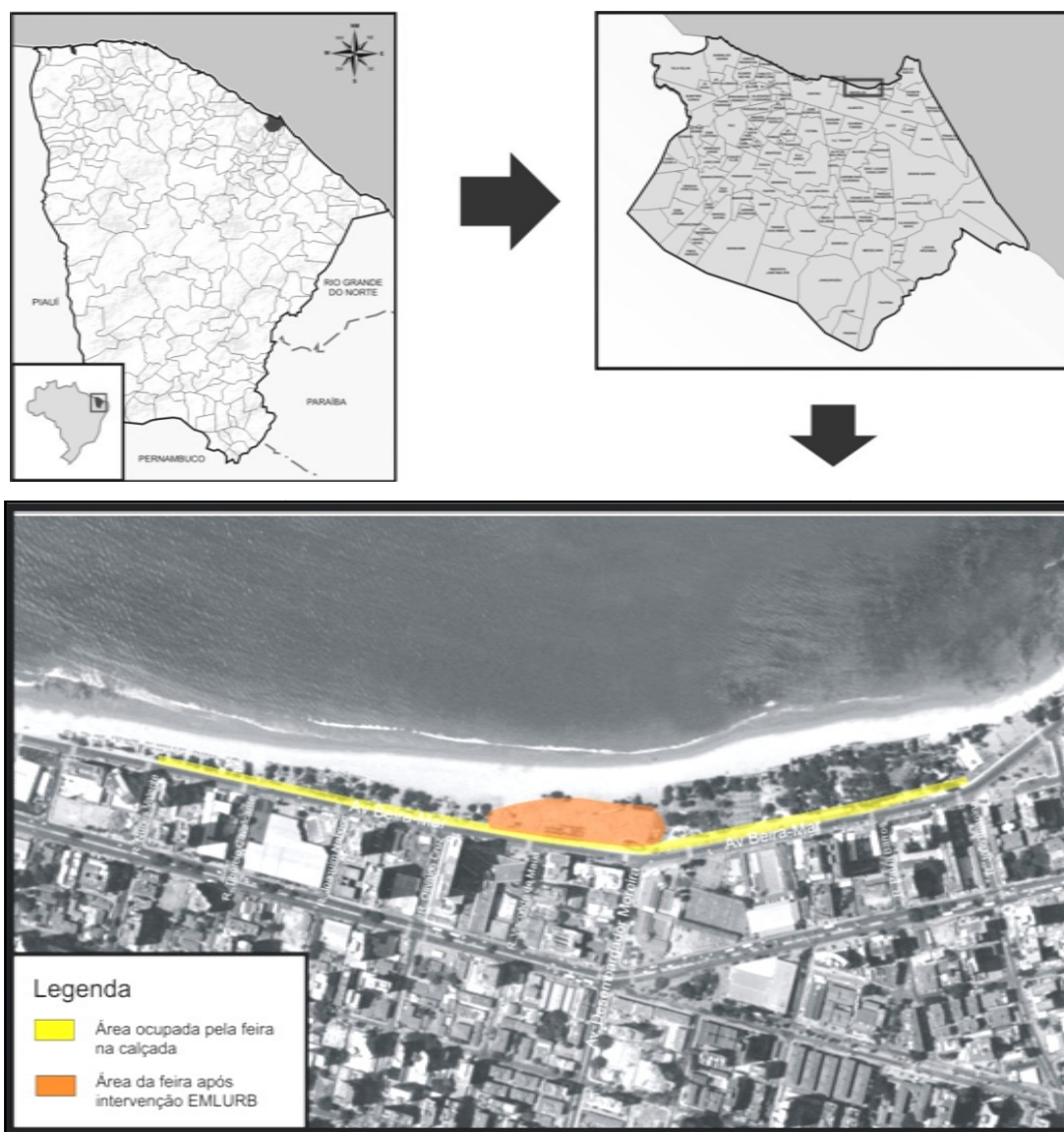


FIGURA 18 - Localização e identificação da área ocupada pelo comércio de artesanato na avenida Beira-Mar.

De acordo com Coelho (1989, p. 3), a atividade do comércio de artesanato tornou-se a alternativa para “[...] aqueles que não [possuíam] emprego fixo ou que mesmo tendo emprego, este não [garantia] rendimento suficiente para a

sobrevivência própria e de sua família.”. Foi o que também podemos apreender na aplicação dos questionários e nas entrevistas realizadas com os feirantes, porém falaremos desse assunto mais à frente.

O comércio de artesanato posicionou-se de forma estratégica na área próxima aos hotéis e restaurantes, que foram sendo construídos nas décadas seguintes na orla marítima em face da expansão do turismo em Fortaleza. O local da feira, porém, era marcado por vários problemas, entre os quais a interrupção da passagem dos pedestres, a falta de higiene, a insegurança e os conflitos por pontos de venda, em razão do já crescente número de vendedores de artesanato no local (COELHO, 1989, p. 4). Esses conflitos foram amplamente noticiados pela imprensa local³⁷, que ressaltava aspectos como a falta de condições de locomoção, o difícil trânsito de pedestres, a falta de organização da feira e o grande número de pessoas não cadastradas vendendo na orla.

Então, surgiu a necessidade de organização desse comércio, entrando em cena o Poder Público municipal, haja vista se tratar de um espaço público, idealizado como equipamento de lazer e turismo, porém, que foi sendo apropriado por esse segmento de trabalhadores, conforme já referimos. Na gestão da prefeita Maria Luiza Fontenele (1986-1989), ocorreu o ordenamento dos ambulantes com a intervenção da Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização (EMLURB)³⁸.

O projeto de reorganização da Beira-Mar foi elaborado no sentido de recadastrar todos aqueles que já trabalhavam na orla, fossem eles artesãos e/ou vendedores de artesanato, fossem vendedores de confecção, o que deu origem a duas áreas de comercialização denominadas de polos artesanais I e II. Os polos artesanais ocuparam uma área entre a calçada e a faixa de praia, de modo que os feirantes pudessem comercializar seus produtos em barracas padronizadas.

Havia, entretanto, nesse projeto de intervenção, a intento do Poder Público de valorizar o artesão, ou seja, aqueles que produziam o artesanato. Desse modo, a concepção do polo II previa que este fosse destinado preferencialmente aos

³⁷ Já nos anos 1980, havia uma proposta de construção de “[...] uma subcalçada na areia da praia como forma de melhor organização.”, favorecendo a locomoção dos compradores que transitavam pela feira, desafogando, assim, o trecho da calçada. (*Diário do Nordeste*, 05/01/86).

³⁸ Atualmente o órgão da Prefeitura Municipal de Fortaleza encarregado do ordenamento, redimensionamento e distribuição das barracas é a Secretaria Executiva Regional II (SER II), juntamente com o Departamento de Serviços Urbanos (DSU), que tem um setor a se ocupar especificamente do comércio ambulante na Beira-Mar, sendo responsável pelo cadastramento, fiscalização e recolhimento de taxas municipais.

artesãos, enquanto o polo artesanal I seria destinado àqueles que comercializavam o artesanato e/ou confecção e que não se enquadravam necessariamente na condição de artesãos. Para a regularização da atividade no calçadão, ficou convencionado que não poderia haver membros da mesma família beneficiados com mais de um ponto de venda, nem pessoas que possuíssem outra fonte de renda.

Na regulamentação da feira, conforme depoimentos dos próprios feirantes, para distinguir o artesão do vendedor de artesanato e também do vendedor de confecção, a EMLURB realizou testes práticos com os artesãos, para que esses demonstrassem suas habilidades, fabricando suas peças diante de uma comissão, comprovando, assim, o domínio do seu ofício. Com a instalação da feira, os artesãos passaram a ser beneficiados com a cobrança de taxas menores do que a dos outros feirantes.

Aqueles, porém, que trabalhavam fabricando confecção sentiram-se prejudicados por não serem inseridos na condição de artesão, pagando um valor maior na taxa, de modo que houve grande mobilização, que resultou no relaxamento do conceito de artesanato³⁹ utilizado pelo Órgão público, admitindo a confecção como atividade artesanal (COELHO, 1989). No sentido de abranger, assim, maior número de trabalhadores, o critério utilizado passou, desse modo, a distinguir aqueles que produziam a mercadoria (artesanato e confecção) e os que somente a comercializavam, de modo que nos dias atuais se pode classificar dois tipos de feirantes: os que são artesãos e/ou fabricam seus produtos vendendo-os na feira; e aqueles que apenas os comercializam, seja o artesanato seja a confecção. Atualmente, os valores das taxas, com exceção daqueles reconhecidamente artesãos⁴⁰, variam de acordo com a mercadoria vendida pelo feirante, sendo os valores recolhidos por meio do Documento de Arrecadação Municipal (DAM)⁴¹.

³⁹ Coelho (1989, p. 4) acentua que no primeiro momento o conceito de artesanato adotado pela EMLURB não admitia aquele que fabricava confecções como artesão, ou seja, aquele que comprava o tecido e fabricava as peças; porém, segundo essa autora, no segundo momento, houve uma reformulação do conceito, de modo a inserir como artesãos aqueles que fabricavam confecção.

⁴⁰ Muitos feirantes, no período da pesquisa de campo, afirmavam possuir a carteira de artesão e pagar à Prefeitura o valor de aproximadamente dez reais mensais como artesão; informação essa que pode ser reafirmada pelos dados da SER II, de 2007, em que consta o valor de R\$ 9,81, referente à utilização do espaço público pelo permissionário artesão.

⁴¹ Para o recolhimento da taxa, o feirante deve dirigir-se ao Departamento de Serviços Urbanos (DSU), pegar o boleto, pagar a taxa e, posteriormente, retornar ao órgão, com uma cópia desse documento pago. Identificamos, porém, entre alguns feirantes a prática de encarregar uma pessoa para o pagamento das taxas. A pessoa que presta o serviço o faz mediante um percentual sobre a taxa da barraca como forma de pagamento do seu trabalho. Sua função é passar nas barracas

Embora tenha havido a regulamentação do comércio ambulante, conforme enfatizado na página 77, e da atividade na feira de artesanato, continuou no final dos anos 1980, e por toda a década de 1990, a intensa procura de pessoas que visavam a se inserir naquela atividade. Vale ressaltar que o Decreto (9300/94), em parágrafo único, excetua das restrições impostas pela nova redação, os permissionários que já exerciam a atividade, a exemplo daqueles que tinham vínculo empregatício como podemos constatar com a pesquisa de campo.

A hipótese que tenta explicar a condição de muitos trabalhadores que atuam, hoje, na feira de artesanato da Beira-Mar pelo viés da vocação artesanal ou mesmo da livre opção torna-se insuficiente ante a própria realidade vivida e relatada por estes sujeitos e, de outro modo, seria rejeitar uma série de determinações impostas por uma totalidade maior que fez com que este segmento de trabalhadores tivesse na produção e no comércio de artesanato a única opção de trabalho. Esta atividade se tornou favorável, em razão das dificuldades de ingresso no mercado de trabalho formal, de modo que a experiência de trabalho exercida no campo é de grande valia para a inserção desses trabalhadores no meio urbano. Assim, ante a pouca habilidade na consecução de tarefas que exigem maior qualificação, o trabalho artesanal se transformou em meio de sobrevivência.

3.4 A feirinha da Beira-Mar

Como vimos no item 3.2, em Fortaleza, formaram-se centros de comercialização de artesanato, a exemplo do Centro de Turismo (antiga EMCETUR), do novo Mercado Central e da CEART. A constituição e a consolidação desses equipamentos decorreu, sobretudo, da intervenção do Poder Público, tanto estadual quanto municipal, no fomento, dinamização e formalização do comércio da produção artesanal no Ceará. A produção e o comércio de artesanato, entretanto, passaram a ser amplamente difundidos pelo discurso de geração de renda e ocupação para a população pobre, de modo que a dimensão espacial desse processo vai se expressar na formação das feiras de artesanato.

acordadas, recolher o valor referente à taxa da barraca, pagá-lo e se encarregar de entregar as devidas cópias do boleto pago junto ao órgão da Prefeitura.

Nesse contexto, surge na calçada da avenida Beira-Mar, o comércio de artesanato formado por artesãos e vendedores que estabeleceram ali uma feira, a chamada *Feirinha da Beira-Mar*. A feira surge como alternativa de comercialização de artesanato, no período noturno, quando os outros locais de comércio de artesanato já estão fechados, inclusive aos feriados e finais de semana. A feira da Beira-Mar se estabelece na informalidade, na ação dos artesãos e vendedores, que encontram naquela área, no espaço público, o único lugar e meio de sobrevivência que resta para a venda dos produtos e no tempo permitido⁴².

A feira favoreceu a formação de um território que foi sendo reafirmado pelo uso e ocupação daquela porção da orla marítima como espaço funcional a demanda de um grupo de trabalhadores. Acredita-se que essa territorialização dos feirantes, também, se deveu ao contexto político que envolveu, além das relações de poder marcadas pelo controle e ordenamento do calçadão, outras perspectivas como a simbólico-cultural.

A feira ainda viria a passar por intervenções nos anos 2000, dado o seu crescimento e demandas solicitadas ao Poder Público. A área reservada à feira, que era constituída de areia e brita, foi substituída por um pavimento, além da instalação de postes de iluminação pública. Ademais, foram realizados outros recadastramentos, haja vista o aumento do número de feirantes e a concessão do uso⁴³ do espaço público da Beira-Mar.

Em 2006, a feira passou por um reordenamento, quando houve nova padronização e *layout* da disposição das barracas. Dessa forma, a feira foi redimensionada, passando a ter 195 metros de testada e aumentando de 41 para 50 barracas de frente em uma área de 6.514 m². As fileiras foram redimensionadas e passaram a ter nova numeração, da mesma forma que as barracas e respectivos carrinhos de mercadorias⁴⁴. As barracas foram padronizadas em módulos de 2m x 2m e corredores com três metros de largura, além da abertura de dois novos corredores de acessos no interior da feira (Figura 19). Com a nova disposição, ela

⁴² Segundo o relato dos feirantes, a feira só tem permissão para ser montada a partir das 15h e deve está desmontada até 24h.

⁴³ Conforme relatos dos feirantes, as concessões estavam vencidas desde 1997 e somente foi regularizada no final do ano de 2008, ou seja, mais de dez anos os feirantes trabalhavam no calçadão de forma irregular pela omissão do Poder Público em regularizar esta situação. A despeito, para alguns feirantes, essa foi uma ação que visou a desestimular a atividade dos feirantes da Beira-Mar em razão de outros projetos urbanísticos da orla e reestruturações urbanas planejadas para essa área.

⁴⁴ Diário do Nordeste (12/07/06)

passou a ter mais barracas de frente, ou seja, que margeiam o calçadão, sendo que outra área ao lado foi destinada à exposição/comercialização das talhas e imagens de madeira. Outra alteração na área da feira constituiu da retirada dos boxes de alimentos e bebidas que se localizavam já próximo a faixa de praia. Com a demolição desses quiosques pelo Poder Público municipal, os concessionários dessas áreas reivindicaram como indenização ao município a sua inclusão com boxes no interior da feira de artesanato de modo a continuarem trabalhando na orla. Assim, com a inserção de novas barracas, segundo o reconhecimento visual e contagem realizada na pesquisa de campo, registrou-se 645 barracas montadas atualmente na feira da Beira-Mar.

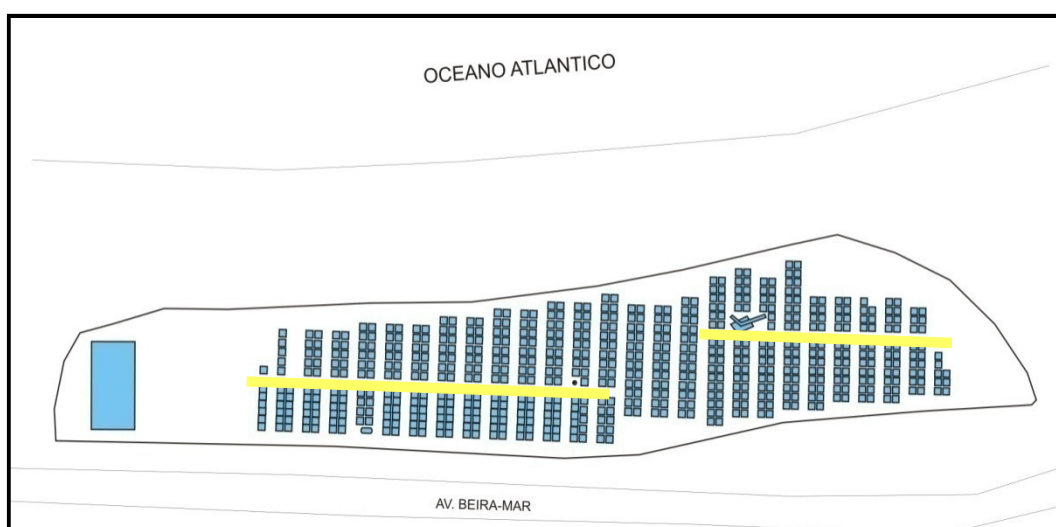


FIGURA 19 - Área da feira após reordenamento das barracas e a abertura dos corredores de acesso.

Fonte: Pesquisa Direta, 2007.

Juntamente com o ordenamento físico da feira, uma série de normas incidiu sobre o funcionamento destas tais como: a padronização de medidas, peso e numeração dos carrinhos utilizados para guardar e transportar as mercadorias comercializadas, além do estabelecimento de horários fixos para o transporte dos carrinhos até o calçadão.

O reordenamento da feira provocou a mudança do ponto de venda de muitas barracas, ocasionando grande insatisfação por parte dos feirantes que se sentiram prejudicados, principalmente com a abertura de dois novos corredores que dividiu a feira ao meio. Essas mudanças geraram descontentamentos por parte dos feirantes, que tinham territorialidades firmadas já há anos. Dessa forma, a abertura dos corredores levou a outras territorialidades na feira em uma analogia à divisão socioespacial de Fortaleza. A parte da frente, próxima ao calçadão, segundo os feirantes, onde se registram melhores vendas e é, assim, denominada de a “Aldeota” da feira, enquanto a parte de trás, segundo os feirantes, o movimento é drasticamente reduzido em função dos corredores abertos, sendo denominada de o “Pirambu”. Para outros feirantes, as alterações foram benéficas, haja vista uma localização mais favorável, ou seja, em áreas próximas ao calçadão ou, ainda, segundo os feirantes, a abertura dos novos corredores possibilitou que algumas barracas tivessem duas frentes, favorecendo assim uma melhor exposição das mercadorias.

Essas alterações nos remete ao questionamento dos critérios elencados pelo Poder Público e repõe as questões postas em Haesbaert (2006a, p. 312) quanto à *fragilização territorial* ou, ainda, à *imobilidade sem o efetivo controle territorial* mediante as relações de poder e a impossibilidade de construção e exercício efetivo do território pelo feirante, sem esquecermos o caráter temporal da Feira da Beira-Mar. Desse modo, cabe-nos saber mais sobre esses trabalhadores. Quem são? O que vendem? Onde moram? Como se deslocam para a Beira-Mar? O que pensam sobre as condições de trabalho? É o que buscaremos trabalhar no próximo capítulo.



4 O TRABALHO NA FEIRA: TERRITORIALIDADES E MOBILIDADES NO CALÇADÃO DA BEIRA-MAR

Este capítulo trata, mais especificamente, do trabalho na feira de artesanato, no qual enfocamos sua expansão e apropriação do espaço público do calçadão da Beira-Mar. Destacamos a relação dos trabalhadores com a atividade artesanal e as transformações advindas da introdução de novos produtos, bem como as formas de adaptação às lógicas de mercado. Quem são os feirantes que trabalham na Beira-Mar constitui o foco deste capítulo, traçando-se um perfil dos mesmos quanto: idade, escolaridade, gênero, estado civil, situação familiar, origem e condição de moradia. Com isso, pretendeu-se conhecer melhor quem são esses trabalhadores, suas trajetórias de vida tendo-se por base a pesquisa empírica por nós realizada.

O trabalho na feira estabelece, por sua vez, subcircuitos do trabalho precário, com a montagem e desmontagem da feira que é feita por terceiros, assim como o transporte das mercadorias do depósito, situado nas proximidades da avenida Beira-Mar, até o calçadão, local de instalação das barracas. Este aspecto assume, portanto, caráter relevante na abordagem aqui apreendida, considerando-se a organização do trabalho no interior da feira.

Encerramos este capítulo, enfocando as estratégias espaciais, sobretudo, as territorialidades e mobilidades compulsórias empreendidas pelos trabalhadores feirantes e vendedores ambulantes inseridas no cotidiano do trabalho na Beira-Mar.

4.1 Os feirantes e a relação com a atividade artesanal

Com o desenvolvimento da atividade turística, aumentou o número de trabalhadores que atuam na feira da Beira-Mar. De acordo com o cadastro de ambulantes (dados de 2006), do Departamento de Serviços Urbanos (DSU), da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), o número de pessoas cadastradas que atuam na feira é de 610 permissionários, embora em nossa pesquisa de campo tenhamos constatado 645 barracas montadas. Para efeito desta análise, entretanto, trabalhamos com os dados da Prefeitura.

O gráfico 6 nos dá uma indicação da real situação da feira da Beira-Mar, levando em consideração as informações relativas ao período de 1980 a 2006.

Considerando o número de feirantes permissionários, por tempo de atividade declarado, podemos estabelecer, *grasso modo*, três períodos que vão do início da atividade na Beira-Mar até os dias de hoje.

O primeiro período, de 1981 até 1985, quando a feira era ainda pouco expressiva, congregando cerca de 50 feirantes (dados de 1985). De 1986 a 1995, considera-se o segundo período, em que se percebe uma estabilidade no número de feirantes, cuja média ficou em 129 permissionários, possivelmente em virtude da regulamentação da feira pela Prefeitura. Não podemos esquecer, no entanto, de que, nesse período, a atividade turística não tinha a efervescência dos dias atuais e, ainda, outros locais na cidade se estabeleciam como centros de comercialização de artesanato, a exemplo do Mercado Central e da EMCETUR. O terceiro período pode ser considerado de 1996 em diante, quando se inicia uma curva ascendente com base no número de permissionários, que passou de 249, em 1996, para 610, em 2006, aumentando em quase duas vezes e meia o número de feirantes em menos de dez anos.

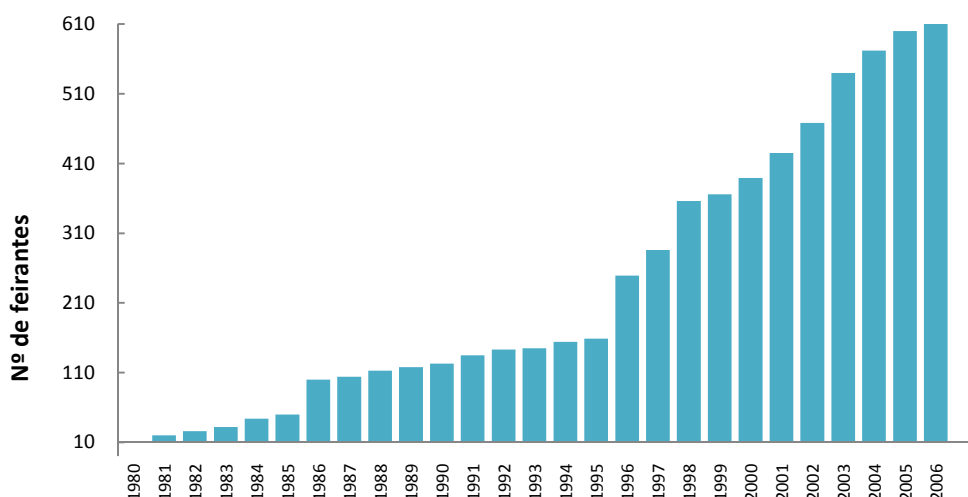


GRÁFICO 6 - Número de feirantes, por tempo de atividade (1980-2006)

Fonte: SDU/SER II/PMF, 2006.

Não podemos deixar de situar o contexto àquela época (década de 1980/90) como período marcado por instabilidades na economia brasileira. O País

passava por sucessivos planos de ajuste econômico/fiscal, no sentido de combater a inflação, além do momento de abertura econômica, já nos anos 1990, com a invasão, no Brasil, dos produtos importados. Muitos desses artesãos faziam suas peças em casa e vendiam nos pontos de comercialização de artesanato, como EMCETUR e Mercado Central. Outros viram no comércio de rua a alternativa para sobreviver, como podemos perceber no relato de um feirante sobre a situação naquela época: “o desemprego era grande ai o pessoal corria para vender.”.

Verifica-se, pois, dos anos 1990 em diante, o aumento contínuo do número de feirantes, com três picos de crescimento, especificamente, em 1996, 1998 e 2003; acredita-se que em consequência das mudanças na conjuntura político-econômica do País, com o avanço das políticas neoliberais marcadas pela reestruturação da economia e do setor industrial, refletindo no mercado de trabalho dos centros urbanos brasileiros, quando cresceu significativamente no País o número de desempregados (ALVES, 2000).

O Brasil, nesse período, conforme já fizemos referência no segundo segmento desta dissertação, registrava taxas crescentes de desemprego, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O Estado do Ceará seguia a mesma tendência de alta, entretanto, era na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) onde a taxa de desemprego mais se elevava, haja vista a atração da Metrópole e dos municípios metropolitanos no processo migratório cearense. Observamos, assim, que este período coincide com o aumento significativo no número de feirantes na avenida Beira-Mar. A pressão da força de trabalho sem emprego fez também com que outros locais na cidade também surgissem como refúgio para os trabalhadores que, por meio do comércio ambulante, passaram a ocupar os espaços públicos, a exemplo da praça José de Alencar e das zonas de praia, além da Beira-Mar, como a Barra do Ceará, a oeste, e a Praia do Futuro, a leste.

Convém ressaltar, ainda, as ações do Estado, já comentadas, a exemplo das políticas de incentivo ao artesanato, além dos estudos sobre a temática, bem como as capacitações de artesãos promovidas pela SUDENE nas décadas de 1970/80. Desse modo, promoveu-se, ainda, a capacitação de trabalhadores nas atividades artesanais, contribuindo para a formação de mais artesãos. Acreditamos, assim, que a geração de novos artesãos contribuiu para maior pressão sobre os

locais reservados ao comércio destes produtos, de forma que esta situação é expressa na formação de áreas alternativas às centrais de artesanato (EMCETUR, Mercado Central) para o comércio dos produtos confeccionados por esses trabalhadores, a exemplo da feira da Beira-Mar.

Este cenário marca, assim, a contradição das políticas de geração de trabalho e renda que fomentaram a atividade artesanal, principalmente dada a falta de postos de trabalho formal, entretanto, sem o devido horizonte da esfera da distribuição e consumo desses produtos. A formação de uma feira de artesanato na Beira-Mar, mesmo ocorrendo em um espaço público, tornou-se conveniente tanto para arrefecer as crescentes taxas de desemprego como na complementaridade da atividade turística que se iniciava. Essa circunstância de fixação dos artesãos que eram ambulantes no calçadão marca, sobremaneira, a ramificação do dito setor informal, ou do circuito inferior da economia urbana pela cidade e que se expandiu consideravelmente nos últimos anos.

Com base nos dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza (2006), estabelecemos uma análise dos permissionários em relação à prática e venda do artesanato. Complementamos esses dados com as informações obtidas na aplicação dos questionários cuja amostra foi de 100 feirantes, o que nos revelou outras questões que se mostraram ausentes dos dados oficiais.

Inicialmente, constatamos que parte dos feirantes, antes de se territorializar na feira, trabalhavam em outras áreas de comércio de artesanato da cidade, como o Centro de Turismo (antiga EMCETUR), Mercado Central, Centro Luiza Távora (atual CEART), como podemos verificar por meio do depoimento: “comecei expondo num *boxe* da Prefeitura na EMCETUR ai vim para a Beira-Mar.”. Uma situação comum também encontrada diz respeito a pessoas que antes trabalhavam na condição de vendedores e passaram a trabalhar por conta própria, adquirindo a sua própria barraca, haja vista a insatisfação manifestada na fala de um feirante: “Não compensava trabalhar para os outros, não.”. Outros feirantes são originários de grupos de artesãos que organizavam caravanas e montavam feiras em outros estados, como São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Norte, e que depois se instalaram na feira.

Há ainda aqueles que começaram trabalhando no calçadão como ambulantes e conseguiram um ponto de venda na feira. Além dos já estabelecidos

desde o início quando a feira se formou, verifica-se a ocorrência de novos feirantes que se estabeleceram recentemente, adquirindo um ponto naquele lugar.

Outra constatação diz respeito à mudança nas mercadorias comercializadas pelos feirantes nos últimos anos. De início, como já afirmamos, no processo de regularização da feira, os critérios estabelecidos tinham foco na identificação dos produtos comercializados como artesanato e primavam por maior presença do artesanato na feira.

O gráfico 7, expressa o número de feirantes quanto às atividades desenvolvidas classificado-as em: artesão, venda de confecção, venda de artesanato e outros, referentes ao ano de 1989. Observa-se de imediato que os artesãos eram maioria na feira, até então correspondendo a 43%, enquanto 30% era de vendedores de confecção e 22% apenas comercializavam o artesanato.

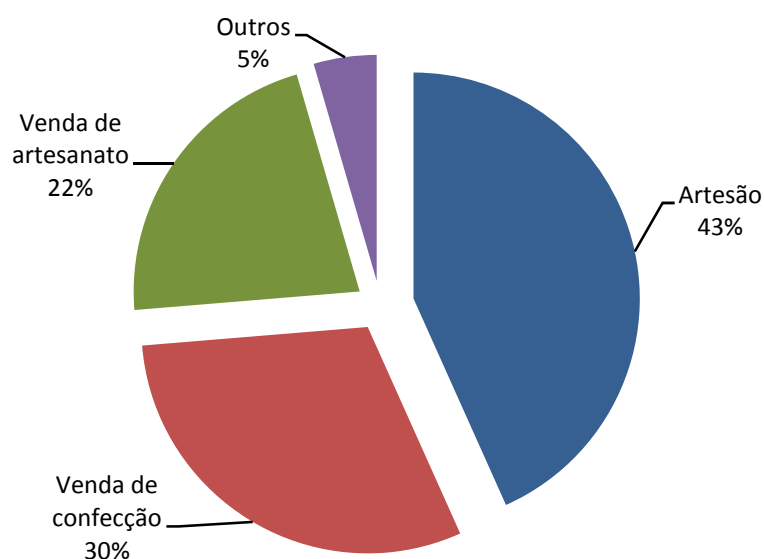


GRÁFICO 7 - Percentual de feirantes, por atividades desenvolvidas - 1989

Fonte: EMLURB apud (COELHO, 1989).

Observação: Foram denominadas de outros, as vagas destinadas a visitantes, cooperativas, etc.

Comparando-se o gráfico 7 com o gráfico 8, cujos dados são referentes ao ano de 2006, observamos de imediato uma drástica redução no número de artesãos ao longo de quase vinte anos. Guardadas as devidas proporções, podemos observar que o percentual de artesãos que, em 1989, correspondia a 43%, em 2006,

caiu para apenas 8%. Os dados, ainda, nos permitem lançar como hipótese o fato de que aqueles que trabalhavam como artesãos abandonaram a atividade ou por outra, passaram somente a comercializar produtos artesanais, como se pode inferir por meio do aumento do percentual de feirantes que apenas comercializam produtos artesanais (74%). Se somarmos o número de barracas de venda de confecção e o número de barracas de venda de artesanato, em 2006, veremos que 91% dos permissionários da feira são de comerciantes, com um reduzido número de barracas de artesão (8%). Embora se verifique que 17% são barracas de venda de confecção, a ocorrência de 74% de barracas de comércio de artesanato indica que a feira, ainda, é predominantemente de produtos artesanais, ou seja, fabricados por artesãos.

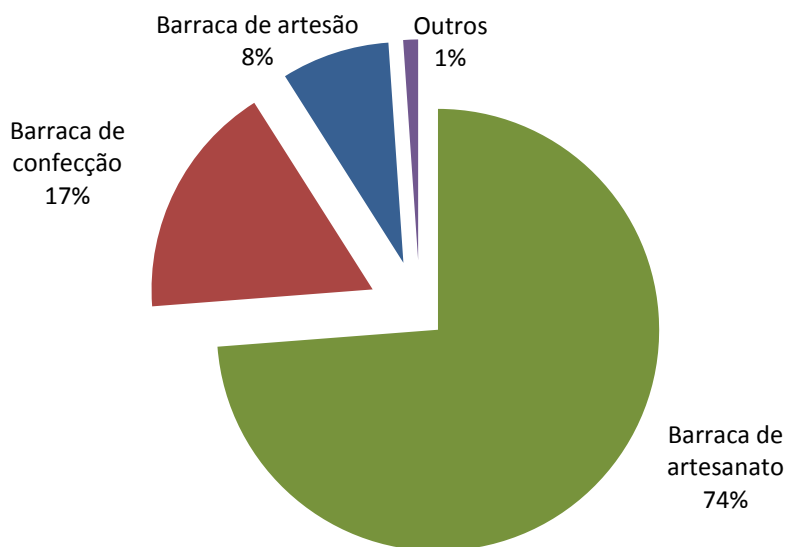


GRÁFICO 8 – Percentual de feirantes, por atividade desenvolvida - 2006

Fonte: SDU/ SER II / PMF (2006).

OBS: Para o ano de 2006, as barracas que se encontravam fechadas.

Na pesquisa de campo, podemos também verificar essa perda por meio dos relatos dos feirantes: “a maioria dos artesãos que eu conheço saíram da feira, não deu, quebraram porque insistiram no artesanato. Tem que investir em outra coisa”. Essa afirmação abre margem para outra constatação, ou seja, a de que muitos artesãos deixaram a atividade em face da inviabilidade da produção

artesanal. Assim, os que permaneceram foram mesclando o artesanato com a comercialização de outros produtos, o que também pode explicar, em parte, o grande percentual (74%) de feirantes classificados como vendedores de artesanato. Outra condição é evidenciada pela feirante que começou como artesã: “Na época em que comecei aqui foi com a renda de bilro, depois mudei para linhagem e agora mudei para moda praia.”. Quando indagada sobre por que deixou de comercializar a renda de bilro, sua resposta foi firme: “Mudei porque é uma peça que não vende muito, raramente se vende uma peça e assim não se sobrevive, a renda era muito pouca.”

Verificou-se também, por meio dos questionários, que a permuta da mercadoria vendida pelo feirante é uma prática muito comum na feira. De acordo com a amostra trabalhada, constatamos que quase 30% dos feirantes já tinham trocado de mercadoria vendida, sendo que alguns já a trocaram mais de quatro vezes. À proporção que a comercialização de um determinado produto vai se tornando difícil, não garantindo mais o sustento do feirante, este tende a abandonar seu ofício e buscar uma mercadoria que tenha maior volume de venda. Assim, cria-se um círculo vicioso, em parte determinado pelo gosto da moda, do turista que passa a influenciar na produção artesanal e nas mercadorias comercializadas na feira.

A feira foi se adaptando à nova ordem, aos gostos, faixas de renda e perfis dos turistas. Muitos deixaram de fazer peças mais tradicionais, que levavam mais tempo e tinham maior custo, e passaram a fabricar ou a encomendar peças mais baratas. Exemplo disso são as peças de renda de bilro que vão deixando cada vez mais de ser vendidas. O tempo da fabricação artesanal se incompatibiliza com o tempo do calçadão, do turista, que modifica o modo de fabricação dos artesãos, seus gostos para sobreviver na feira. Para o artesão, não há como fabricar suas peças e ao mesmo tempo revendê-las diante da competição com outros produtos manufaturados do feirante que apenas os adquire por meio de muitos fornecedores. Assim, quando não há condição, mescla parte de sua produção com outros artigos comprados com o pouco capital ou os consegue em consignação. Para aumentar as vendas de suas mercadorias, muitas vezes, os feirantes sujeitam-se a negociar o preço abaixo do seu custo para fazer circular a mercadoria.

Dentre as mercadorias vendidas (Gráfico 9), observa-se que os produtos do artesanato dito tradicional permanecem na feira, entretanto, artigos como bijuterias, moda praia e confecção se sobressaem em relação ao artesanato em couro, em palha e rendas e bordados.

A venda de confecção, apesar de não se caracterizar como artesanato dito tradicional, foi um mecanismo utilizado pelo trabalhador no sentido de garantir sua sobrevivência na feira. Em geral, as mercadorias (confecções) vêm de outras feiras, como do Beco da Poeira ou mesmo da antiga feira da Sé, que atualmente funciona em Maracanaú, conforme já comentado ou, ainda, são originadas da fabricação no próprio domicílio.

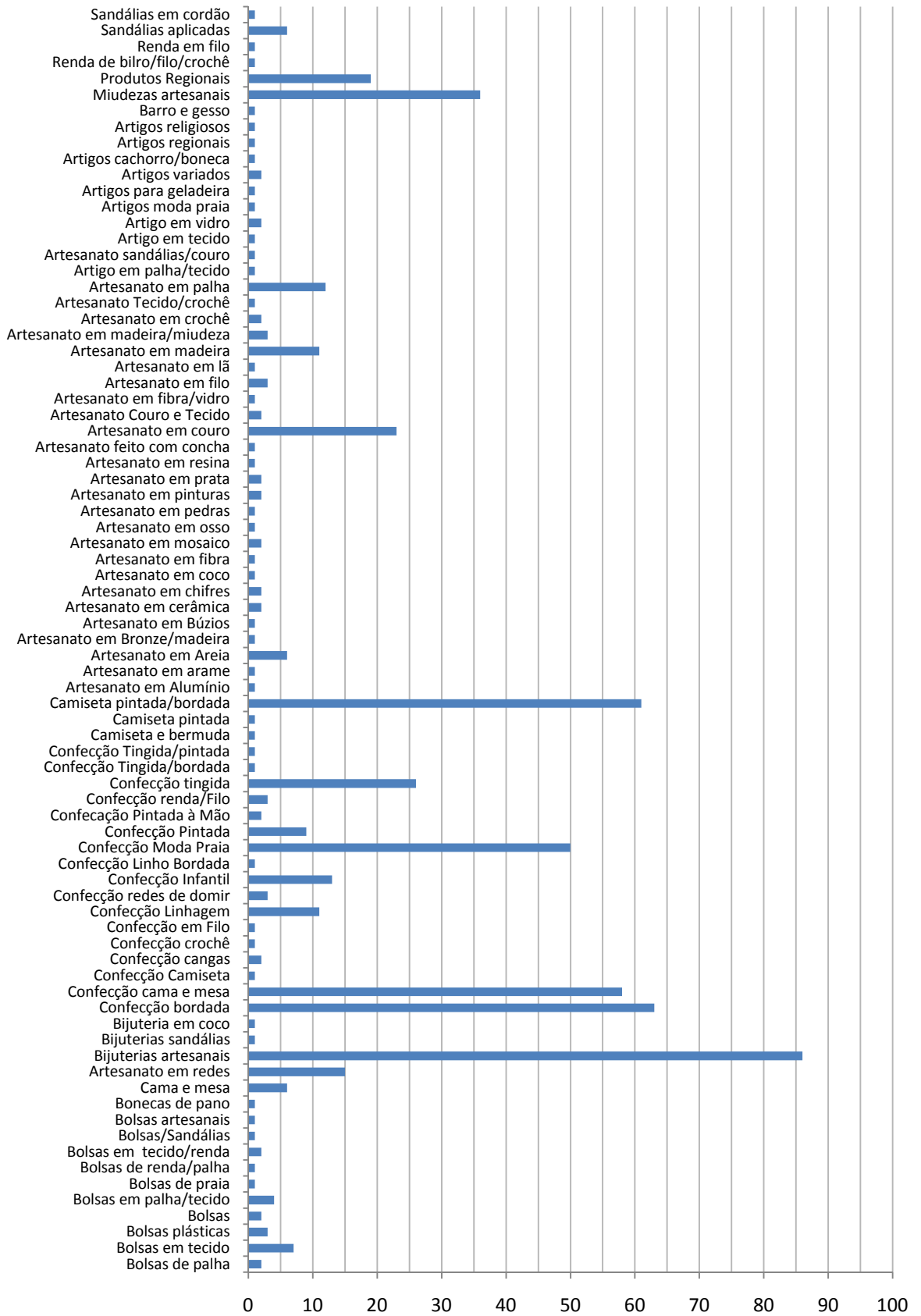


GRÁFICO 9 – Feirantes, por mercadorias vendidas

Fonte: SDU/ SER II / PMF.

Em virtude da falta de ocupação, o trabalho domiciliar de confecção de vestuário no próprio domicílio permite que muitos trabalhadores possam auferir renda por meio do comércio da confecção produzida, entretanto, uma condição básica se impõe para a sua concretização: onde comercializar essa produção? É nesse sentido que os espaços públicos, no caso a Beira-Mar, também se inclui como opção para a reprodução desses trabalhadores.

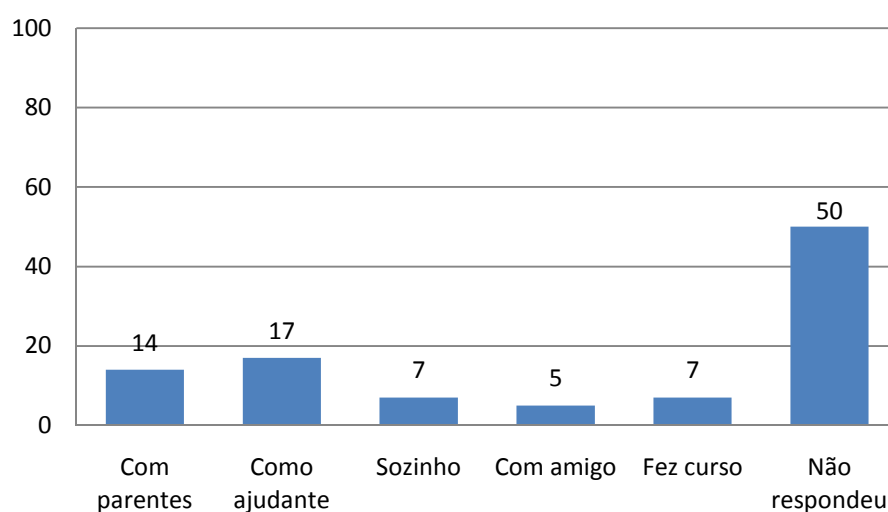


GRÁFICO 10 - Origem da aprendizagem do ofício

Fonte: Pesquisa Direta 2008/2009

Quando indagados como ou com quem aprendeu a fabricar seus produtos (Gráfico 10), podemos observar que exatamente 50% dos feirantes não responderam a essa questão, justamente por se tratar daqueles que somente comercializavam na feira; entretanto, podemos chegar a um percentual de 17% dos feirantes que responderam ter aprendido o ofício como ajudante com colegas de ofício por observação (aprendeu olhando), além de 14% que aprenderam a confeccionar suas peças com a ajuda de parentes. Os demais, ou seja, 5% aprenderam com amigos, 7% frequentaram cursos de capacitação, enquanto 7% aprenderam sozinhos, seja pelo gosto e facilidade em aprender os processos artesanais seja pela necessidade de sobrevivência.

4.1.1 O perfil do feirante

No que se refere à idade dos permissionários, e com base na amostra realizada (Tabela 6), podemos verificar maior concentração de feirantes com idade acima de 40 anos. Com relação aos mais jovens, estes se estabelecem na feira, em geral, como vendedores, auxiliando as vendas nas barracas de parentes ou pessoas próximas. É perceptível o grande número de idosos na feira, que continuam atuando no mercado informal, muitos dos quais são aposentados ou pensionistas, porém, segundo depoimentos, a necessidade de complementação da renda com gastos em alimentação, medicamentos e serviços de saúde impõe o trabalho na feira.

TABELA 6 – Trabalhadores permissionários, por grupos de idade.

Grupos de idade	Absoluto	% (acum.)
18 a 24 anos	06	06
25 a 29 anos	05	11
30 a 34 anos	12	23
35 a 39 anos	12	35
40 a 44 anos	09	44
45 a 49 anos	12	56
50 a 59 anos	26	82
60 a 69 anos	11	93
70 anos ou mais	07	100
Total	100	-

Fonte: Pesquisa Direta 2008/2009

A dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho fez com que a feira se tornasse uma opção de trabalho, observando-se inclusive, famílias inteiras que dela sobrevivem. Mesmo tendo como ideal o emprego com carteira assinada, salário fixo e benefícios sociais, o exemplo de êxito e ganho imediato no trabalho de comercialização do artesanato torna a feira atraente para a geração mais jovem, que com o tempo, passa a assumir a barraca dos pais ou adquire a própria barraca.

A parcela mais jovem, em geral, é composta por filhos e parentes próximos dos feirantes ou ainda por vendedores das barracas que encontram na feira uma forma de inserção e obtenção de renda. Muitos começam como ajudantes

na montagem da barraca e nas vendas, vindo, posteriormente, a montar a sua própria barraca.

No aspecto escolaridade, constatamos, conforme tabela 7, que a totalidade dos feirantes tem até o ensino fundamental, correspondente ao antigo ensino de 1º grau, de modo que quase 50% desses trabalhadores estudaram até a 5ª série. Outros interromperam os estudos na 6ª série, enquanto pouco menos de 5% estudaram até a antiga 8ª série. Da parte dos feirantes, também decorre o baixo nível de escolaridade que, segundo os dados oficiais, mostra a pouca escolarização da maioria.

TABELA 7 - Feirantes, por nível escolar.

Nível escolar	Absoluto	Relativo (%)
1	1	0,16
2	41	6,74
3	114	18,70
4	90	14,75
5	58	9,50
6	250	41,00
7	27	4,40
8	29	4,75
Total	610	100,00

Fonte: SDU/ SER II / PMF.

Na amostra obtida com a aplicação dos questionários (Tabela 8), todavia, é lícito reafirmar essa concentração do nível escolar no ensino fundamental com cerca de 50% dos feirantes tendo estudado somente até o fundamental II. A amostra também revelou um número considerável de pessoas com ensino médio completo, não obstante, a ocorrência de pessoas analfabetas (4%). Revelam-se também feirantes com formação técnica (Mecânica, Enfermagem), além daqueles com formação superior.

TABELA 8 – Feirantes, por escolaridade.

Faixas de ensino	%
Analfabeto	04
Da 1ª a 4ª série – Fundamental I – completo	17
Da 5ª a 8ª série - Fundamental II - completo	31
Ensino médio – incompleto	08
Ensino médio – completo	31
Ensino técnico	02
Ensino superior – incompleto	05
Ensino superior – completo	02
Total	100

Fonte: Pesquisa Direta 2008/2009

É importante observar que, para muitos dos feirantes, a escolaridade em relação ao mercado de trabalho se mostrava uma evidente barreira antevista pelo feirante para sua inserção no mercado formal de trabalho, bem como a remuneração que teria em comparação com a que tem na feira. “com meu nível de escolaridade eu não ganharia o eu ganho aqui.” Outra barreira posta é a idade: “com essa idade ninguém assina minha carteira.”.

Ressalta-se, também, a presença de feirantes com formação técnica (Mecânica, Enfermagem) que, mesmo com uma habilidade específica, não conseguiram melhor colocação no mercado formal de trabalho. A mesma condição pode ser atribuída aos feirantes com formação superior (Pedagogia, Administração, Direito), além daqueles que ainda buscam se qualificar com um curso superior (Publicidade e Propaganda, Direito, Administração) para se tornarem “aptos” ao mercado de trabalho. Tudo isso corrobora a asserção de Singer (2000, p. 73) de que a crescente informalização das relações de trabalho atinge também os “[...] trabalhadores qualificados e antigos empregados com grau universitário.”

Com relação ao gênero (Tabela 9), os dados oficiais mostram que 60% dos feirantes são mulheres, ou seja, há mais mulheres do que homens trabalhando na feira. Assim, reafirma-se o contexto social, que associa o artesanato ao feminino, principalmente, a produção artesanal relacionada aos bordados, tricô, filé, rendas de bilro e labirintos, habilidades estas que, em geral, foram repassadas no âmbito do privado com ensinamentos que partiam da mãe ou da avó, que acabam não tendo o

devido valor na feira (GIRÃO, 1966)⁴⁵. O público masculino da feira está relacionado aos ofícios ligados às atividades do couro, na fabricação de sandálias, dos entalhes de madeira, embora essa divisão sexual do trabalho artesanal pareça ser relativizada em algumas atividades como na fabricação de bijuterias ou nas barracas com vendedores de artigos de cama, mesa e banho. Em nossa amostra, o percentual entre homens e mulheres foi mais próximo de uma igualdade, todavia com maior presença de mulheres. Os homens que trabalham na feira vieram, em parte, motivados pela falta de ocupação.

TABELA 9 - Feirantes, por gênero

Sexo	Absoluto	Relativo (%)
Feminino	367	60,17
Masculino	237	38,85
Outros	6	0,98
Total	100	100,00

Fonte: SDU/ SER II / PMF.

Observação: Foram denominadas de outros, as barracas que se encontrava fechadas.

No que tange ao estado civil (Tabela 10), podemos constatar que 60% dos feirantes abordados são casados, seguidos por solteiros. A amostra revela ainda o número significativo de viúvas e viúvos, divorciados, além de pessoas que vivem em união estável. Observamos que quase 80% deles possuem filhos de faixa etária, que varia de acordo com o indivíduo.

TABELA 10 - Feirantes, por estado civil e se tem de filhos.

Estado civil	(%)	Filhos	(%)
Casado	60	Sim	79
Solteiro	19	Não	21
Viúva(o)	9		
Divorciado(a)	9		
União estável	3		
Total	100		

Fonte: pesquisa direta 2008/2009

⁴⁵ Valdelice Carneiro Girão já relatava, na década de 1960, a decadência da renda de bilro, haja vista a exploração por intermediários, principalmente de rendeiras e labirinteiras que, não podendo se sustentar do ofício aprendido com as mães e avós, acabavam largando a *arte de fazer renda* para ocupar-se em atividades mais lucrativas.

Quanto à origem dos feirantes (Tabela 11) constatamos que a maioria deles é proveniente da zona rural do Ceará. Apenas 31,8% são naturais de Fortaleza, em oposição a 68,2% que não nasceram nesta cidade. Dentre os não nascidos em Fortaleza, 53% são originários de outros municípios do Ceará e, quase 10% nasceram em municípios nordestinos, enquanto 5% são originários de outras regiões do País, ocorrendo, ainda, a presença de feirantes estrangeiros. Percebe-se, com efeito, que Fortaleza exerceu forte poder de atração de trabalhadores não somente dos municípios do estado, mas também de estados vizinhos, como Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Maranhão.

TABELA 11 - Feirantes, por local de nascimento.

Local de nascimento	Absoluto	Relativo (%)
Fortaleza	193	31,8
Outros municípios cearenses	323	53,0
Outros municípios nordestinos	53	8,6
Municípios de outras regiões	27	4,5
Outros países	3	0,6
Não identificado	8	1,5
Total	610	100,00

Fonte: SDU/ SER II / PMF.

A maioria imigrou de municípios do estado e de outros estados da Federação, de modo que se observa a existência de uma *rede de solidariedade*⁴⁶ entre os familiares que já moravam em Fortaleza que acolhem aqueles que vieram para a Capital em busca de melhores oportunidades de trabalho, abrindo, assim, a possibilidade para a vinda de outros parentes ou amigos, conforme Quadro 4. Apesar da redução no fluxo migratório para Fortaleza, ainda constatamos trabalhadores na feira que vieram recentemente para Fortaleza por intermédio de parentes.

⁴⁶ Para Carleial (2002, p.1), "As redes de solidariedade aos imigrantes são tipos de estratégias econômicas e sociais, que permitem oportunidades de emprego e de convivência, amenizam os conflitos decorrentes das adversidades encontradas no lugar de destino, viabilizando o processo migratório."

Motivação
“Tinha família grande, vim atrás de recurso, de trabalho. Vendia água, isso aquilo outro, vivia debaixo de uma árvore com um isopor quando a Maria Luiza me botou nos box. Em Camocim a pesca era fraca ai viemo para Fortaleza.”
“Pela vontade mesmo, lá tinha dificuldade de água e eu já tinha uns irmãos que já morava em Fortaleza ai eu vim.
“Minha família é de artesão, ai eu tinha um irmão que trabalhava com chifre de boi e me chamou para trabalhar na feira, me tirando da roça.”
“As coisa eram difícil no interior ai vim com a família para cá.”
“A família veio para Fortaleza, já tinha minha mãe que trabalhava em Fortaleza ai depois nós viemo, eu e meus irmãos.”
“Trabalhava na roça, ai com as crises, as coisas no interior, só trabalhando na roça, ai peguei a mulher e vim embora.”

QUADRO 4 – Razões da migração para Fortaleza

Fonte: Pesquisa Direta, 2008/2009

Quanto àqueles que migraram de regiões e municípios do restante do estado, em geral, a motivação está associada às dificuldades postas pelos fatores climáticos e falta de recursos, trabalho e renda, de modo que Fortaleza se tornou, evidentemente, uma opção.

Um fato nos chamou a atenção: quase metade dos feirantes (41%) já havia trabalhado ou morado em outra cidade ou estado do País, com predomínio da região Sudeste, principalmente, São Paulo e Rio de Janeiro, que apresentaram maior frequência notadamente nas décadas de 1970/80. De modo geral, naquelas cidades, engajaram-se no mercado formal de trabalho, mais especificamente, na indústria (siderúrgicas, metalúrgicas, em fábricas de eletrodomésticos, de tintas e também no setor têxtil e setor alimentício) e, ao perderem seus empregos, retornaram ao Ceará, engajando-se no mercado informal de trabalho. As trajetórias profissionais desses trabalhadores, coletadas por meio do questionário, permitiu identificar os postos de trabalho ocupados anteriormente, conforme Quadro 5.

Comerciante	Agente portuário
Doméstica/cozinheira	Metalúrgico
Professora	Costureira
Técnico mecânico	Vendedor
Comerciário	Auxiliar de produção
Estoquista	Balconista
Copeiro	Mecânico
Tecelão	Funcionário público
Massagista	Promotora de vendas
Contínuo	Monitor de auto escola

QUADRO 5 - Cargos ocupados no mercado formal de trabalho
 Fonte: Pesquisa Direta, 2008/2009

Convém ressaltar, ainda, que significativa parcela dos feirantes, em geral, os mais antigos, é de ex-trabalhadores rurais que foram atraídos pela perspectiva de melhores oportunidades de trabalho em Fortaleza, porém, ante as dificuldades de obter ocupação, “migraram” para o comércio de rua. Verificamos que 60% dos feirantes possuíam outra profissão antes de trabalhar no calçadão, de modo que, no registro das profissões exercidas, constatamos ocupações nas áreas de serviços gerais, construção civil (como ajudante de pedreiro), metalúrgicos, garçons, vendedores, cozinheiros, domésticas, costureiras, pedreiros, dentre outros. Há feirantes, entretanto que nunca tiveram a experiência de trabalhar com carteira assinada, de modo que 40% não tinham profissão antes de vir trabalhar na feira.

Isso denota que a trajetória profissional desses trabalhadores é marcada pela migração e pelo êxito de muitos que conseguiram se estabelecer em postos de trabalho formais. Aqueles que nunca ocuparam postos de trabalho formais, no entanto, encontraram oportunidades no trabalho informal por meio da feira de artesanato.

Foi possível estabelecer a trajetória desses trabalhadores em dois grupos: um deles formado por aqueles que já trabalharam em empregos formais com carteira assinada e outro grupo composto por feirantes que nunca trabalharam com carteira assinada. Descrevemos, assim, o percurso traçado por alguns feirantes e as motivações que levaram esses trabalhadores a vir trabalhar na feira de artesanato.

Observa-se que o emprego formal, com carteira assinada, fez parte da vida de muitos feirantes que acabaram por trabalhar como autônomos, seja pelo desemprego seja pela extinção do posto de trabalho. Assim, utilizamos no questionário questões abertas, que pudessem captar a trajetória profissional dos feirantes e vendedores ambulantes, de modo a dar voz a esses sujeitos por meio das suas trajetórias ocupacionais, ou seja, do relato das experiências de trabalho e históricos de vida, bem como dos caminhos que levaram esses trabalhadores à informalidade.

Assim, muitos dos nossos entrevistados acompanharam as transformações no mundo do trabalho, no período compreendido entre o final do século XX e início do século XXI, sendo reveladora a substituição do emprego por ocupações informais, abrangendo as atividades tradicionais, ou seja, o artesanato.

Vale destacar, ainda, o fato de que uma parcela dos feirantes se inseriu em empregos no setor terciário, trabalhando no comércio e nos serviços em empregos como vendedores de lojas, operadores de caixas, garçons, auxiliares de escritório e de contabilidade dentre outros. Outros, antes de serem feirantes, saíam em caravanas montando feiras de artesanato em cidades como Brasília, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador.

No que tange aos locais de residência (Tabela 12), destaca-se o percentual de cerca de 94% dos feirantes que residem em Fortaleza, enquanto os demais moram em municípios de sua Região Metropolitana, com destaque para Caucaia. No que concerne à condição de moradia, 78% dos feirantes possuem casa própria, enquanto 13% moram em casa alugada e a parcela restante ou mora em casas cedidas por amigos e parentes ou ainda estão no aguardo de financiamento.

TABELA 12 - Feirantes, por município onde reside

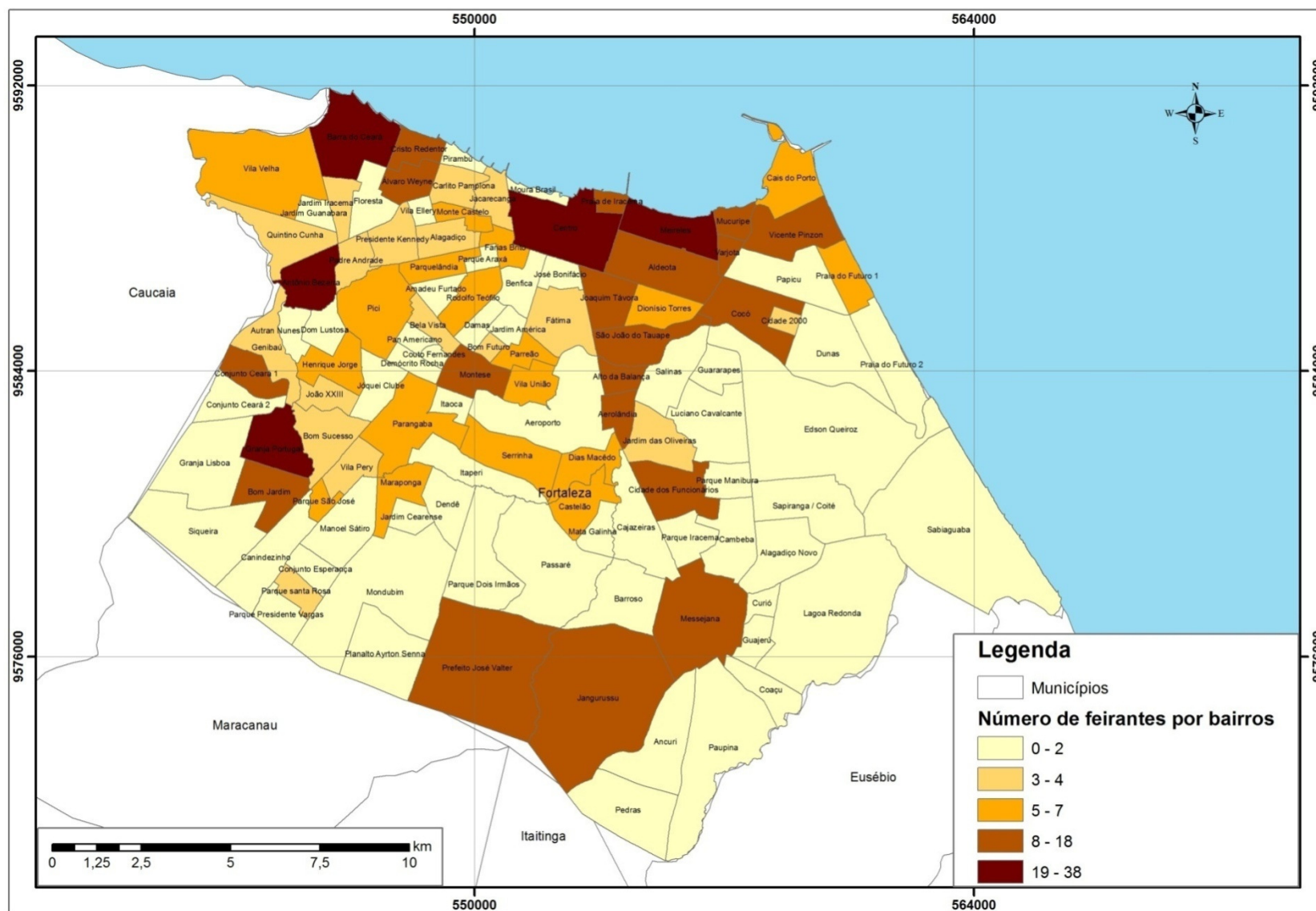
Município onde reside	Absoluto	Relativo (%)
Fortaleza	574	94,10
Caucaia	25	4,10
Aquiraz	5	0,82
Maracanaú	5	0,82
Pacatuba	1	0,16
Total	610	100,00

Fonte: SDU/ SER II / PMF.

O Cartograma 3 mostra a distribuição dos feirantes, por bairro de Fortaleza, constatando-se que uma parcela considerável de feirantes mora em bairros próximos à feira, como Praia de Iracema, Centro, Aldeota, Mucuripe, Vicente Pinzón e Joaquim Távora. Chama a atenção, a concentração de feirantes residentes na zona oeste da cidade, principalmente, na Barra do Ceará, reafirmando o histórico de ocupação desse bairro pela população migrante, que teve no comércio do artesanato seu meio de sobrevivência. Destacam-se, ainda, como locais de moradia dos feirantes, os bairros periféricos a sul da cidade, como Messejana, Jangurussu, José Walter, e a sudoeste - Granja Portugal, Conjunto Ceará e Antônio Bezerra.

O deslocamento dos feirantes até a Beira-Mar ocorre, principalmente por meio de transporte coletivo (ônibus) e de veículos próprios, como motocicleta e/ou automóvel e também há aqueles que se deslocam a pé. É no final da tarde que podemos ver o grande fluxo de feirantes no calçadão, em meio ao trabalho dos carregadores dos carrinhos com as mercadorias e montadores da estrutura da barraca. A paisagem se transforma com o intenso vaivém de carrinhos no calçadão e, ainda, com a movimentação e concentração dos vendedores ambulantes no entorno da feira. O acesso à Beira-Mar em transporte público dá-se pela avenida da Abolição, paralela à avenida Beira-Mar, onde circulam os ônibus que fazem as principais linhas que circulam praticamente toda a cidade, ou seja, a linha Grande Circular I e II. Além desta linha de ônibus, outras, como Parangaba/Mucuripe e Siqueira/Mucuripe, fazem a ligação de bairros periféricos com a orla.

A dependência dos horários do transporte público urbano para os feirantes que o utilizam é um fator limitador de permanência na feira, haja vista que muitos deles moram em bairros periféricos, como Bom Jardim, Conjunto Ceará, José Walter, Jangurussu, Messejana, necessitando, na maioria das vezes, fazer integração com outras linhas nos terminais de integração temporal, pegando outro ônibus para chegar à casa. Por esse motivo, por volta da 21h30min já se observa a movimentação de alguns feirantes no desmonte da barraca. Muitos feirantes que utilizam o transporte público reclamam do tempo gasto no deslocamento até a feira. Segundo o relato de um feirante que antes morava no bairro Parque São José, o bairro era muito distante e demorava em média 45 minutos no percurso de ônibus de sua casa até a Beira-Mar. Desse modo, ele preferiu se mudar para o bairro Meireles, pagando aluguel, mas podendo assim ficar mais tempo na feira e melhorar a renda.



CARTOGRAMA 3 - Feirantes distribuídos por bairro.

Organização dos dados: Luiz Antonio Araújo Gonçalves

Elaboração: Daniel Dantas

Fonte: SETE/CEART

O comércio do artesanato na feira da Beira-Mar revelou-se como alternativa para muitos trabalhadores que dela sobrevivem não obstante a ação de intermediários estabelecidos na feira, de modo a se poder verificar que, em muitos casos, os rendimentos são consideráveis para o comércio de artesanato (Tabela 13). Mais de 50% dos feirantes abordados informaram auferirem renda acima de R\$ 800,00, chegando alguns a auferir rendimentos bem superiores a este valor, o que indica de modo claro a ação de feirantes como intermediários entre o artesão e o cliente final.

TABELA 13 – Feirantes, conforme o rendimento mensal.

Faixas de renda	%
Não declarou	15
Até R\$ 415, 00	06
De R\$ 415,00 até R\$ 620, 00	08
De R\$ 620,00 até R\$ 830,00	18
De R\$ 830,00 até R\$ 1007,00	21
De R\$ 1.008, 00 até R\$ 5.000,00	28
De R\$ 6.000,00 até R\$ 10.000,00	04
Total	100

Fonte: Pesquisa Direta 2008/2009

Ante as dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho, a ocupação na feira surge como fonte de renda. Desse modo, podemos observar (Gráfico 11), que o trabalho na feira é a principal fonte de renda para 81% dos feirantes da amostra, sendo que muitos tiveram êxito na atividade e no sustento das condições de vida da família, como podemos verificar pelo relato do feirante: “O sustento é daqui mesmo, os filhos tão tudo criado é daqui.”. Dentre as rendas complementares auferidas pelos feirantes se destacam as aposentadorias, pensões, além daqueles feirantes que trabalham em empregos com carteira assinada e que têm no trabalho na feira o objetivo de complementar a renda familiar.

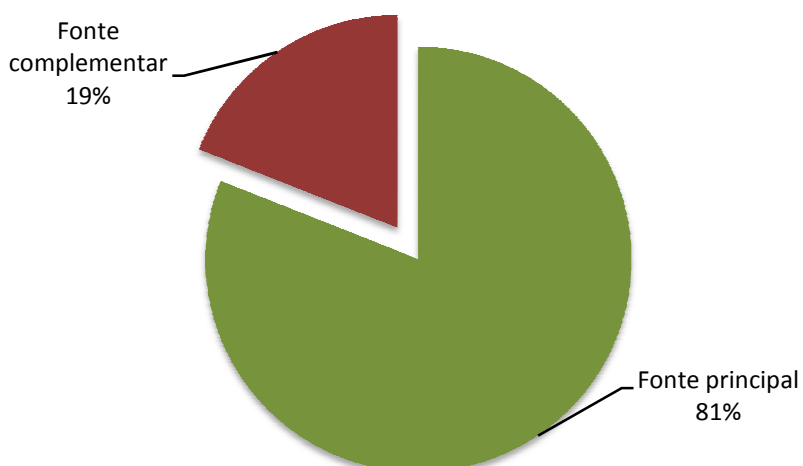


GRÁFICO 11 - Feirantes, por fonte de sustento

Fonte: Pesquisa Direta 2008/2009

Conforme podemos constatar nos relatos dos feirantes, foi na atividade na feira que estes conseguiram adquirir bens móveis e imóveis, como automóveis, casas, terrenos; abrir contas bancárias; pagar planos de saúde e garantir educação particular para os filhos. De modo oposto, para outros feirantes, o uso da margem de lucro das vendas permite somente reinvestir na compra de mercadorias e manter despesas pessoais que trazem consigo grande carga de desânimo com a atividade, conforme observamos no depoimento: “Só dá pra sobreviver, pro sustento, pro comer.”. Ou ainda, “só tá dando pra passar.”

Constatamos que muitos feirantes não fazem qualquer controle de venda ou gastos, sendo que a manutenção da atividade é para prover apenas o necessário à sobrevivência: “sei lá, nem conta eu faço assim, conto por dia de venda, hoje foi 30,00 ou 40,00 que ganhei, faço assim.” Ou ainda: “nunca contei isso não, nem sei quanto ganho nem quanto gasto.”

O rendimento também está ligado aos dias trabalhados, ou seja, estar diariamente na feira. Quando o feirante é acometido de doença, são dias dificilmente recuperados, inclusive, na reposição de mercadorias, conforme o relato: “mês passado inteiro não trabalhei porque fiquei doente, não tive como tirar direto. Se eu tivesse com a minha saúde eu não tinha caído assim.” As margens de lucro são geralmente altas para cobrir despesas e pouco é o capital líquido.

No Gráfico 12, podemos verificar que quase 50% dos feirantes nunca trabalharam com carteira assinada, ou seja, nunca se inseriram no mercado formal de trabalho, sendo que muitos justificam este fato com a falta de instrução ou idade

elevada. Muitos destes trabalhadores foram agricultores na zona rural do Estado ou, mesmo quando passaram a viver na Capital, exerciam atividades informais como ambulantes. Quanto àqueles que já passaram pelo mercado formal de trabalho, este se revela uma experiência positiva em virtude dos benefícios sociais auferidos, como férias, 13º salário, FGTS, contribuição para aposentadoria etc. Outros mostraram insatisfação quanto à condição de empregado em face aos poucos rendimentos depois de um mês de trabalho, de modo a considerarem mais vantajoso o trabalho por conta própria. Há aqueles, ainda, que, mesmo trabalhando por conta própria, continuaram a contribuir para sua aposentadoria, porém, constituem uma minoria. A condição positiva atribuída ao trabalho autônomo na feira, diz respeito, principalmente à autonomia de horários ou mesmo o fato de não ter patrão.

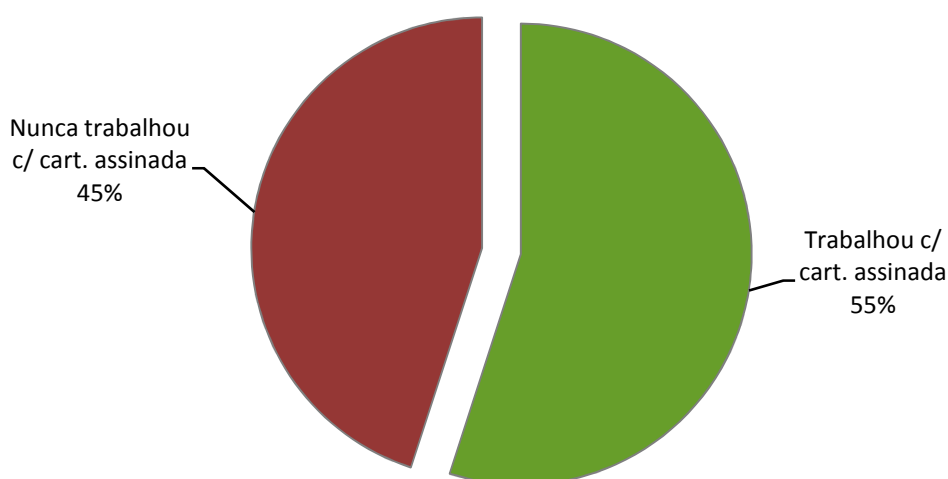


GRÁFICO 12 - Experiência de trabalho formal dos feirantes

Fonte: Pesquisa Direta, 2008/2009

Os feirantes também passaram a realizar vendas por meio de cartões de crédito e débito (Gráfico 13), mediante da parceria entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, a Caixa Econômica Federal e a Redecard S.A., haja vista que grande parte do público que visita a feira porta esse dispositivo de pagamento de contas. Observou-se, contudo, que muitos feirantes não têm condições de manter o serviço de pagamento a cartão e no intuito de não perder a venda, solicitam a realização da transação com os feirantes que dispõem deste serviço, mediante o pagamento de taxas.

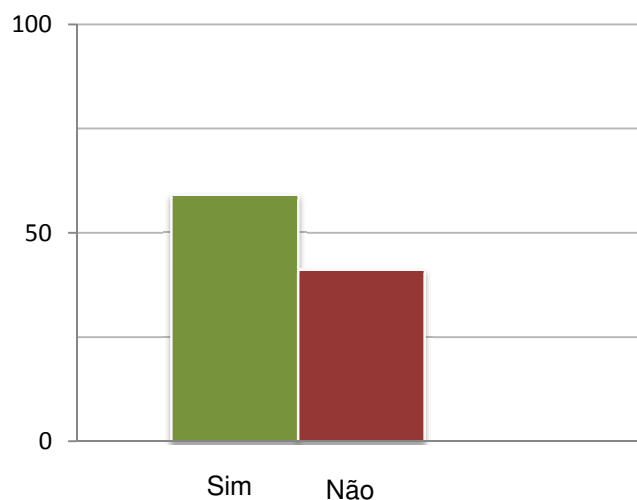


GRÁFICO 13 - Feirantes que aceitam pagamento em débito/crédito

Fonte: Pesquisa Direta 2008/2009

Quando indagados se conheciam e/ou já tinham tido contato com algum programa de microcrédito (Gráfico 14), 60% dos feirantes afirmaram não conhecer e 40% já tinham ouvido falar e/ou já tinham tido contato com esse meio de financiamento; entretanto, a maioria dos que já tinham conhecimento desse tipo de empréstimo não mostrou interesse, haja vista as condições e riscos, preferindo outros recursos, como a compra em consignação ou mesmo a prazo.

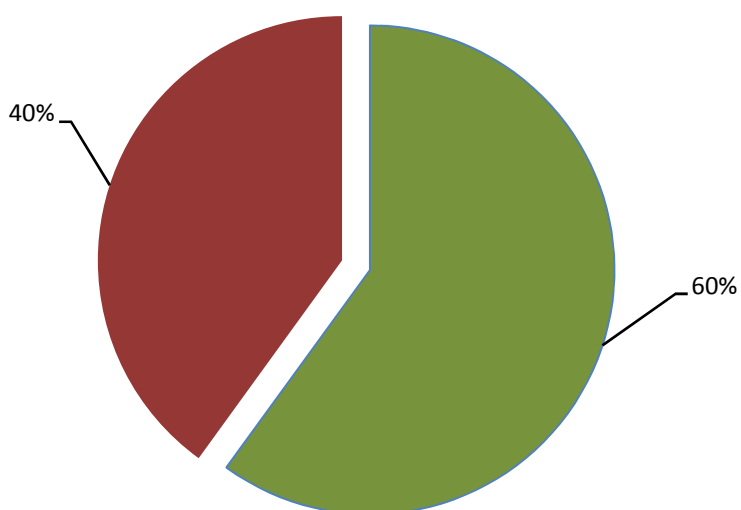


GRÁFICO 14 – Conhece algum programa de microcrédito

Fonte: Pesquisa Direta 2008/2009

No que concerne à contribuição social, a situação dos feirantes não difere muito da realidade do trabalho informal, marcado pela ausência de contribuição previdenciária. Assim, cerca de 57% dos feirantes, com exceção dos aposentados, manifestaram a preocupação com o futuro, ou seja, em relação ao pagamento da previdência, entretanto, cerca de 35% contribuem como autônomos para a previdência social.

4.1.2 O cotidiano do trabalho na Beira-Mar

O tempo de trabalho e o tempo de repouso se confundem para muitos dos trabalhadores à medida que se inserem no cotidiano da feira. Quando perguntados se gostavam de trabalhar na Beira-Mar, a resposta de muitos se baseia no ambiente e na paisagem, ou seja, o calçadão da Beira-Mar. Assim, o trabalho no calçadão “é praticamente um lazer.”. O contato com pessoas de vários estados brasileiros e de outros países, além do fato de sair de casa, ou seja, alterar a “rotina” de trabalho vindo para o calçadão, releva-se como aspecto positivo o fato de trabalhar na feira. A Beira-Mar torna-se, contraditoriamente, a quebra da rotina que se repete todos os dias na vida de trabalho de cada feirante com a montagem da feira no calçadão.

Da mesma forma, em muitos momentos, confundem-se os lugares do trabalho e do descanso. Para o trabalhador que passa o período diurno confeccionando suas peças, estar à noite na feira pode ser um descanso pela mudança de trabalho (da produção para a comercialização). De outro modo, esse território demarcado no calçadão se torna um espaço de sociabilidade e de contato com outras pessoas, costumes e sotaques. Às treze horas, já podemos ver o movimento dos carregadores neste território encravado no calçadão, fortemente marcado como um espaço de representação da cultura cearense pelo comércio de artesanato; entretanto, o comércio de produtos industrializados põe em *xequê* essa representação simbólica da feira, que passa a ter características semelhantes a outras feiras da cidade.

Para a maioria dos feirantes, o trabalho na feira é diário e sem folgas, principalmente aos sábados e domingos, quando as vendas são melhores, porém, o dia de folga que reservam para si é revestido de angústia e castigo pelo dia não trabalhado, pela mercadoria não vendida e que ficou parada na barraca. Conforme o relato do feirante: “torna-se um ciclo vicioso, se não vir acha que poderia ser melhor as vendas.”; todavia, em certa medida, o local de trabalho parece diluir o cansaço e a fadiga da rotina de todos os dias na feira, ajudada também pelo ambiente litorâneo, fazendo com que muitos passem a ver aquele trabalho até como lazer.

Para outros feirantes, a feira torna-se um fardo, um “serviço pesado”, que tem início já no trajeto casa/Beira-Mar, principalmente, para aqueles que não possuem veículo próprio e têm que se deslocar pegando muitas vezes mais de uma passagem de ônibus. Ao chegar à Beira-Mar, dedicam-se à montagem da barraca e, no caso de alguns, ao transporte do carrinho e, depois, no desmonte de tudo. Para muitos, esse é um trabalho diário, repetitivo e enfadonho.

O movimento realizado pelos vendedores ambulantes no calçadão revela a relação conflituosa entre estes e o feirante que demarcam territórios. Desse modo, o vendedor ambulante é considerado pelos feirantes da Beira-Mar como um “invasor” que ameaça o seu território, suas vendas. Já o turista, ou seja, o “estrangeiro”, é bem recebido em função do interesse do feirante em comercializar seus produtos. Nesse sentido, as formas de tratamento ressaltam essa “receptividade”: “Boa noite cliente, posso ajudar?” ou “pois não moça, fica à vontade”, situação esta que corrobora a asserção de Oliveira (2007, p. 175) de que o cidadão é “[...] aquele que pode participar como consumidor e usuário da cidade; o que não pode [encontra-se] cada vez mais, à margem dela.”.

O vendedor ambulante é o “vagabundo”, na acepção metafórica de *Zygmunt Bauman*⁴⁷, que, assim como tantos outros trabalhadores da Beira-Mar, foram sujeitados historicamente a prestar serviços aos “turistas”. Desse modo, “se estão em movimento é porque foram impelidos por trás.” (BAUMAN, 1998, p.117). Sua liberdade difere da liberdade do turista, sendo um misto de consciência dos limites da atividade ambulante no calçadão e de ruptura da estrutura imposta pelo Poder Público.

⁴⁷ As figuras do turista e do vagabundo aqui trabalhadas remetem à metáfora de Bauman (1998, p.118), em que para esse autor, “uma pessoa pode ser (e freqüentemente o é) um turista ou um vagabundo sem jamais viajar fisicamente para longe.”

Podemos dizer que a territorialização do vendedor ambulante de artesanato, assunto no qual nos aprofundaremos no item seguinte, é uma territorialização constituída no movimento. Assim, o uso do calçadão pelo trabalhador ambulante é mediado pela mobilidade, diferentemente do feirante, que já está territorializado na feira, todavia, esse último não estar isento da obrigação de montar e desmontar a barraca diariamente, e, pela ocupação do espaço público, de recolher taxas à municipalidade, diferentemente do vendedor ambulante que está “livre” desse cumprimento à norma urbana.

Mesmo diante de turistas estrangeiros, as barreiras do uso da língua são quebradas por práticas como o uso do aparelho celular para informar o preço do produto. Assim, a feira reúne uma diversidade de sujeitos que, de variadas formas, transforma aquela porção do calçadão mais do que em uma feira, e sim em um território constituído de várias dimensões - econômicas, políticas e culturais. E é nesse território que se estabelecem os conflitos postos em relevo pela norma urbana, pelos usos do espaço público.

Quanto ao nível de organização da atividade de produção e comercialização do artesanato, ainda que agrupemos por mercadorias comercializadas, observamos que é grande a heterogeneidade de situações. Entre os feirantes que produzem e vendem na feira, podemos observar diferentes níveis de organização, desde a técnica empregada, o capital disponível, até a arregimentação da mão de obra na fabricação dos produtos. Desse modo, observamos certas atividades muito dinâmicas, como a venda de bolsas de palhas que chegam a ser exportadas para outros países, como Cabo Verde e ocupam um pequeno número de trabalhadores na produção. Nesse caso, ao que parece, chega a ser vantajoso permanecer como atividade informal, pois, assim, livram-se de impostos e contribuições sociais.

Na feira da Beira-Mar, podemos verificar um pouco do que Santos (2008a, p. 199) acentua ao descrever o circuito inferior, ou seja, “[...] o jornal usado torna-se embalagem, o pedaço de madeira se transforma em cadeira, as latas, em reservatórios de água ou em vasos de flores [...]”. Na feira, o jornal também é usado para embalar os produtos, mas também se torna matéria-prima para a fabricação de vasos, molduras etc.; as latinhas usadas de cerveja são reaproveitadas, ganham aselhas e tornam-se canecas. As garrafas PET transformam-se em brinquedos. O

aproveitamento de materiais, como as sucatas, nas mãos dos artesãos tornam-se esculturas, as sobras das sandálias de couro fabricadas tornam-se chaveiros com miniaturas das próprias sandálias, além de pequenos chapéus de cangaceiros, dentre outros.

A produção dessa mercadoria, em geral, é realizada em bairros da periferia, onde, além de manter os baixos salários, assegura também as margens de extração da mais-valia e os lucros. Muitos deles têm outras ocupações além da feira. Trabalham durante o dia no mercado formal e à noite se dirigem para a feira.

4.2 A organização do trabalho no interior da feira e a formação dos subcircuitos do trabalho precário

A feira atualmente é delimitada pelo pavimento construído ao lado do calçadão e que abrange o trecho entre a avenida Desembargador Moreira e a rua Osvaldo Cruz. É aí que se define o local de trabalho do feirante, onde a área de cada barraca é demarcada no piso. A feira é constituída basicamente por três equipamentos, fundamentais para o seu funcionamento, tais como: a barraca, o carrinho e a bateria (Figura 22). Segundo depoimentos obtidos na pesquisa de campo, nos primeiros anos do comércio de artesanato na Beira-Mar, “todos traziam a sua barraca e as suas mercadorias na mão” e montavam na calçada. Essa situação evoluiu à medida que foram idealizados pelos próprios feirantes uma barraca desmontável e carrinhos⁴⁸ para guardar e transportar as mercadorias, além dos equipamentos da barraca. Esta é formada por uma estrutura metálica, composta por barras de ferro encaixadas umas nas outras, que formam uma área de 2x2 metros. Além da estrutura metálica, outros instrumentos compõem a barraca, como bancadas de compensado, ganchos de ferro, caixas e cabides, que servem para expor a mercadoria, suspendê-la na barraca, dentre outros acessórios menores. As barracas são distribuídas em fileiras no calçadão e funcionam no período das 16 às 23 horas, implicando uma rotina diária de montagem e desmontagem.

⁴⁸ O carrinho é uma espécie de baú feito de chapas de ferro soldadas e fixado sobre um eixo com rodas de automóvel.



FIGURA 20 - Calçadão no período da manhã (10h00min)

Fonte: GONÇALVES, 2008.



FIGURA 21 - Instalação da feira de artesanato no calçadão da Beira-Mar. (17h30min.)

Fonte: GONÇALVES, 2008.

Na Beira-Mar se estabelecem duas temporalidades (Figuras 20 e 21) distintas em relação ao uso do calçadão. Uma marcada pelo uso diurno, relacionado com as práticas de esportes, caminhadas etc., e a outra no período da tarde e da noite, quando o calçadão serve a outra função, tomando outra dinâmica tecida pela feira, pelo movimento dos carrinhos e feirantes, que chegam para montar suas barracas, sem, contudo, excluir o movimento dos praticantes de esportes e caminhadas pelo calçadão. Por volta das 15 horas, já se registra a movimentação no calçadão, com os carregadores levando os carrinhos ocupados com as mercadorias e os equipamentos que compõem a estrutura das barracas. Esse mesmo carregador se ocupa da montagem da barraca, cabendo aos feirantes organizar suas mercadorias.



FIGURA 22 - O carrinho, a barraca e a bateria.

Fonte: GONÇALVES, 2008.

O trabalho de montagem e desmontagem da barraca é feito, portanto, por terceiros, denominados montadores e carregadores, como também o transporte dos carrinhos do depósito até a feira. Os carregadores desenvolvem atividades paralelas, diretamente relacionadas com a organização da feira que, no decorrer do tempo, agregou estes outros segmentos de trabalhadores. Eles atuam em atividades como montagem/desmontagem; transporte das mercadorias e serviço de iluminação das barracas, constituindo, assim, atividades de suporte que estamos denominando de subcircuitos, ou seja, atividades que subsidiam a organização e funcionamento da feira ou, ainda, verdadeiros subcircuitos do trabalho precário, conforme veremos adiante.

Os carrinhos com as mercadorias são guardados em um depósito na rua Visconde de Mauá, perpendicular a avenida Beira-Mar. Este local serve a esta função desde os anos 1980, quando ainda havia muitos terrenos desocupados. Acredita-se que a permanência desse terreno em uma área de grande valorização imobiliária como é a Beira-Mar, decorre, em parte, da renda auferida com o aluguel da área para depósito dos carrinhos da feira.

A ocorrência desse serviço dá-se pelo uso exclusivo da força física e da tração humana. O carregador (Figura 23), via de regra, é o responsável por conduzir os carrinhos com a mercadoria, guardados no depósito, até o calçadão, devendo

posicioná-los no local determinado onde será montada a respectiva barraca. A maioria dos permissionários da feira guarda suas mercadorias no “estacionamento dos carrinhos” e paga em média de aluguel R\$ 26,00 por semana, porém, esses valores variam de acordo com o tamanho e peso dos carrinhos, uma vez que, quanto maior o carrinho, maiores são o aluguel no depósito e a taxa de transporte do carregador.



FIGURA 23 - O carregador do carrinho

Fonte: GONÇALVES, 2008.

Cada feirante é responsável pela contratação do seu carregador/montador, sendo que alguns são pagos somente para montar e desmontar as barracas, enquanto outros são contratados apenas para conduzir o carrinho até o local onde será montada a barraca. O carregador repete seguidas vezes esse movimento, retornando ao depósito onde outro carrinho será conduzido, e, assim, passa a repetir o trajeto, chegando a atender até 30 feirantes por dia. Cada carregador é responsável pelo transporte do carrinho e montagem/desmontagem de aproximadamente 20 barracas, porém, quando assumem um maior número de barracas, ocorre uma sobrecarga de trabalho, o que os leva a contratar um auxiliar,

que os feirantes denominam de “o carregador do carregador”. Ao final da feira, a mesma dinâmica se repete, só que agora na ação de desmontagem das barracas e de retorno dos carrinhos para o depósito. Há ainda aqueles que não utilizam o serviço do carrinho, transportando e guardando suas mercadorias em veículos próprios que estacionam na avenida, cabendo destacar o fato de que esses não constituem a maioria, sendo o serviço de carrinho o mais utilizado.

Há, pois, uma sucessiva exploração e precarização do trabalho, uma vez que para os trabalhadores que prestam esses serviços à feira, a forma de remuneração é muito irregular, sendo que o modo de pagamento pelo serviço prestado varia de acordo com os “contratos de boca” acordados entre estes e os feirantes. O pagamento é efetuado, em geral, semanalmente, e os valores variam (de R\$ 11,00 a R\$ 75,00) também de acordo com o tamanho dos carrinhos. Para alguns montadores (Figura 24), esse valor é pago diariamente como o custo para montar a barraca, que é de dois reais por dia, ou, como disseram alguns feirantes: “é um real para armar e outro para desarmar.”, e ainda mais um real para o carregador estacionar o carrinho na faixa de praia⁴⁹.



FIGURA 24 - O montador da barraca.
Foto: GONÇALVES, 2008.

⁴⁹ Em função de portaria (03/2006) expedida pela SER II, visando a disciplinar a utilização dos carrinhos e ordenar o transporte destes pelo calçadão, foi proibido o trânsito dos carrinhos fora do horário de montagem das barracas (15h as 16h30min.) e de desmontagem (23h30min. a 01h), de forma que muitos feirantes utilizam a faixa de praia para estacionar os carrinhos no horário da feira.

Essas são formas árduas de trabalho que consomem grande esforço físico e desgaste, seja pela ação da tração humana na condução dos carrinhos (empurrando o carrinho por cerca de 200 metros até a feira), seja pela montagem das barracas.

Em seu estudo sobre os trabalhadores do barro (oleiros e louceiros) no sul do Estado de Sergipe, Beatriz Góis Dantas atribui à denominação de “trabalho pesado” a ação dos grupos domésticos de produção, que exige maior força física, como rachar a lenha para a queima da louça. Assim, essa ação é atribuída aos homens da comunidade, haja vista que exige maior força física. No caso da feira da Beira-Mar, dado o grande esforço demandado para o transporte, montagem/desmontagem das barracas e o grande número de feirantes mulheres, muitas das quais senhoras de idade mais avançada, ocorre o repasse desse *trabalho pesado* para outros indivíduos pagos para executar a tarefa diária que envolve a montagem da feira como um todo.

Apesar de a amostra trabalhada em nossa pesquisa ter sido de 100 questionários, é possível, todavia, ampliar esta situação para toda a feira, conforme podemos perceber nas observações de campo. É, portanto, uma prática generalizada nas outras barracas onde não foi aplicado o questionário. A maioria dos feirantes utiliza esses serviços, salvo um pequeno número, caso em que o próprio feirante se encarrega pessoalmente do transporte das mercadorias, da montagem e desmontagem da barraca, além de ser o dono da bateria, ou seja, ele próprio providencia a instalação elétrica e o armazenamento desse equipamento no carrinho juntamente com a mercadoria. Isso tudo denota uma busca por economia de custos de manutenção da barraca.

A iluminação é outro componente necessário ao funcionamento da feira, haja vista que a iluminação pública é insuficiente para propiciar a exposição das mercadorias nas barracas. A iluminação a bateria constituiu um recurso que supre essa deficiência, sobretudo, nas barracas instaladas em locais mais distantes dos postes de iluminação pública, gerando com isso mais um custo adicional aos feirantes.

Trata-se de um sistema de aluguel de baterias ofertado às barracas (Figura 25), de modo que outro grupo de trabalhadores é “contratado” para a função de transportar e instalar as baterias nas barracas. Diferentemente da função de

carregador, que exige maior força física na tração humana dos carrinhos, o manuseio da bateria exige algum conhecimento para sua condução e instalação na barraca, requerendo ainda a utilização mínima de instrumentos de proteção, como as luvas, por exemplo.

Segundo dados da amostra de campo, em dezembro de 2008, os feirantes pagavam pelo serviço de aluguel e transporte da bateria algo em torno de R\$ 40,00 (mensais) ou R\$ 10,00 (semanais)⁵⁰, contrato esse que também varia de acordo com o capital disponível ou do volume de vendas do feirante. Para muitos, essa constitui mais uma despesa que eleva o custo fixo mensal de sua atividade, como podemos verificar no depoimento do feirante: “eu tinha bateria, mas entreguei porque era mais uma despesa.”



FIGURA 25 - Veículos que fazem o transporte das baterias até a feira.
Fonte: GONÇALVES, 2008.

Constatamos, por meio da amostra da pesquisa, que mais de 50% dos feirantes utilizam o serviço de iluminação a bateria, demonstrando que o uso desse equipamento é bastante disseminado entre os feirantes, porém, notamos que nem

⁵⁰ Para alguns feirantes, esse custo é maior em virtude do consumo da bateria em função do número maior de lâmpadas utilizadas. Em algumas barracas utilizam-se até três pontos de luz para melhor exposição da mercadoria.

todos utilizam o serviço, a exemplo daqueles que têm suas barracas próximas aos postes de iluminação pública ou, ainda, daqueles que investem parte do seu lucro na aquisição de uma bateria própria. Torna-se, pois, evidente o esforço do feirante no sentido de reduzir os custos de manutenção da sua atividade no calçadão, conforme o relato de um feirante: “comprei eu mesmo uma bateria ai contrato só o carregador”, entretanto, poucos fogem ao esquema que atualmente constitui a feira, ou seja, a necessidade do pagamento dos serviços de transporte do carrinho, de montagem/desmontagem da barraca e do aluguel da bateria.

Verifica-se, desta forma, que a feira mobiliza um contingente de trabalhadores que atua em vários momentos, desde a montagem/desmontagem, transporte das mercadorias, serviço de iluminação, comercialização, gerando subcircuitos de trabalho precário que ainda envolvem outros trabalhadores no seu entorno, como o comércio ambulante (Diagrama 2).

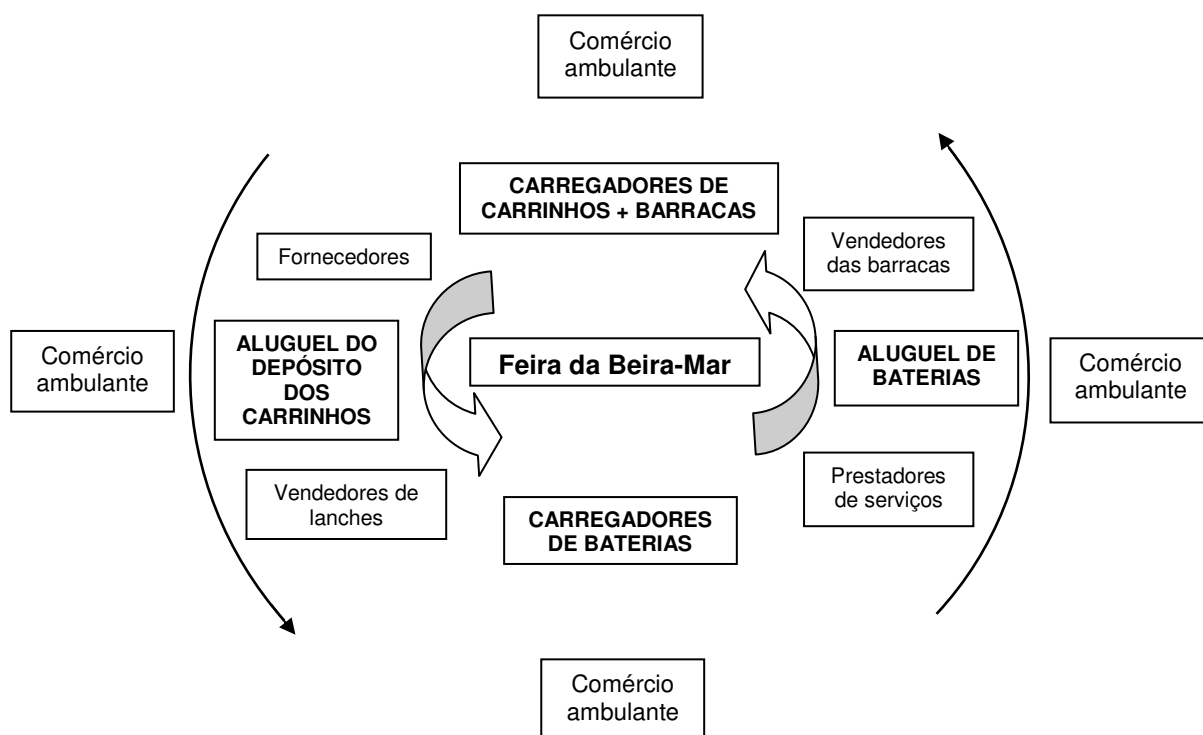


DIAGRAMA 2 - Síntese das relações de trabalho entre feirantes e prestadores de serviços

Fonte: Elaboração própria

Além desses subcircuitos, a feira mobiliza outro grupo de trabalhadores, que são os vendedores ambulantes de água mineral e de refrigerantes que exercem uma relação de complementaridade aos feirantes no que diz respeito à alimentação do permissionário durante o tempo de funcionamento da feira. Esses vendedores têm livre circulação na área da feira, diferentemente dos outros, visto que ocorre a diversificação desse tipo de comércio com variações do tipo de produto ofertado. Surgem, também, vendedores de lanches, comidas típicas e marmitas que complementam a alimentação das pessoas trabalhadoras da feira. Outros, ainda, vendem chá, café, bombons caseiros etc.

A feira também está articulada em rede com fornecedores de mercadorias que, segundo relatos dos feirantes, entregam a mercadoria no próprio calçadão. Essa articulação envolve núcleos de produção artesanal e/ou pequenas unidades de produção situada na periferia e/ou Região Metropolitana de Fortaleza ou, ainda, em outros municípios do Estado, além de municípios de outras UF's nordestinas. Não obstante, a feira abriga a venda de artigos importados, como tecidos e pulseiras indianas, remetendo ao que Rogério Haesbaert denomina de *identidades desterritorializadas* (HAESBAERT, 2007).

Na própria feira, há barracas que também atuam fornecendo mercadorias para outros feirantes. Além de atender a demanda da sua barraca, o feirante atende aos pedidos de outras barracas em quantidades que variam de acordo com as vendas e o capital disponível. Este também é um motivo para que quase nunca o feirante consiga formar estoque e ter apenas a quantidade que comporta o carrinho, evitando-se, também, o deslocamento da mercadoria até o calçadão e o custo de frete. Os gastos são semanais e não somente com carregador, montador, vendedor, fornecedor, mas também com a alimentação, já que o permissionário permanece por longas horas no trabalho, o que os leva a uma ansiedade por melhores vendas. Os custos fixos com o transporte, montagem/desmontagem, com o aluguel do depósito onde guardam o carrinho podem chegar a um custo fixo de manutenção da atividade de quase R\$ 300,00 por mês. Desse modo, aqueles feirantes com maiores recursos tendem a se territorializar na feira.

Conforme explicitado na introdução deste trabalho (cap. 1), a venda de artesanato na Beira-Mar ocorre mediante duas modalidades que aqui classificamos como feirantes e vendedores ambulantes. Os primeiros são denominados de

permissionários, enquanto os outros não têm lugares fixos para a comercialização dos seus produtos.

A proximidade do principal corredor da hotelaria do Estado revelou-se um fator determinante para a fixação da feira na Beira-Mar, atraindo, inclusive, comerciantes de outras centrais artesanais, como do Mercado Central e do Centro de Turismo. A localização da feira situada estrategicamente influenciou também a concentração de vendedores ambulantes no calçadão da Beira-Mar, área de maior valorização imobiliária.

A formação de outras feiras de artesanato no calçadão sob a defesa de uma economia solidária remete a uma ideologia empreendedora, pois muitos trabalhadores são empurrados ou, conforme Malaguti (2002, p. 89), os pequenos negócios se tornam a alternativa dos excluídos, concentrando desempregados, idosos, aposentados e pensionistas, que passam, assim, a sobreviver e/ou complementar suas rendas.

4.3 As estratégias espaciais: territorialidades e mobilidades compulsórias

A ação dos ambulantes é marcada pela territorialidade humana, que envolve “[...] ‘o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado’[...]” sendo “[...] melhor entendida como uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área e, como estratégia, a territorialidade pode ser ativada e desativada””. (SACK apud HAESBAERT, 2006a, p. 86).

A ação de inibir o comércio ambulante no calçadão da Beira-Mar pode ser interpretada como desterritorializadora que visou a excluir, privar o trabalhador ambulante do calçadão por meio da mobilidade compulsória e da *precarização territorial*, na expressão de Haesbaert (2004, p. 37). A primeira atuou no sentido de imprimir maior fluidez a esses trabalhadores e a segunda primou por não permitir a fixação dos ambulantes e seus materiais de trabalho no calçadão. A condição de instabilidade constante e da imposição do movimento, todavia, fez com que estes trabalhadores, ante a necessidade de sobrevivência, buscassem traçar estratégias

espaciais no sentido de resistir à norma urbana e permanecer trabalhando no calçadão.

A territorialidade dos vendedores ambulantes foi, assim, constituída paulatinamente na própria mobilidade espacial, em circuitos compulsórios, cujo movimento, domínio e controle de trajetos são realizados por estes trabalhadores que caminham pelo calçadão; territorialidades que atribuem uso ao calçadão em uma apropriação sem chão nem lugar fixo nesse espaço normatizado.

Haesbaert (2006a, p. 236-237), nesse sentido, defende uma concepção mais dinâmica de território em que se pode falar em uma territorialização no movimento, reconhecendo que a “[...] territorialização pode ser construída no movimento, um movimento sobre o qual exercemos nosso controle e/ou com o qual nos identificamos.”. Assim, supomos que esses trabalhadores se territorializam pelo movimento, pelo controle que exercem sobre o seu movimento no calçadão, lado a lado de uma fiscalização que não lhes permite parar, um território da sobrevivência que muitas vezes foge ao caráter político-disciplinar do ordenamento territorial.

A mobilidade aqui adquire relevância maior do que no passado para os trabalhadores ambulantes, que fugiam da fiscalização, e passa a ser uma característica particular para o calçadão em que tudo deve ser móvel, desmontável, suscetível ao movimento.

Jacques Lévy (2001, p.1) define a mobilidade “[...] como a relação social ligada à mudança de lugar, isto é, como o conjunto de modalidades pelas quais os membros de uma sociedade tratam da possibilidade de eles próprios ou outros ocuparem sucessivamente vários lugares.”. Aqui mobilidade não está restrita ao mero deslocamento, mas sim como relação social que envolve o capital social disponível, sem esquecermos as determinações postas ao indivíduo no espaço urbano. A mobilidade está ligada, assim, às possibilidades e à competência de mobilidade que o indivíduo desenvolve no espaço urbano.

Desse modo, para o vendedor ambulante, ora a mobilidade é uma condição positiva, tendo em vista conseguir alcançar outros públicos e, assim, auferir maior renda, ora é uma imposição e condição *sine qua non* para se manter no calçadão, tornando-se, com efeito, uma condição negativa, haja vista que a fiscalização não permite o ambulante se manter parado em determinado ponto.

Isto podemos constatar no relato do senhor Eder, vendedor ambulante (41 anos), que trabalha há pouco tempo no calçadão, tendo vindo da praça José de Alencar após sua interdição. Havia quatro anos, ele trabalhava no Centro de Fortaleza, porém decidiu trabalhar como ambulante em função da necessidade de sustentar a família, haja vista a pouca renda que auferia em seu emprego formal. O vendedor, juntamente com a esposa, tem uma pequena produção de confecção em casa, sendo que ele utiliza outras feiras para distribuir sua produção. O senhor Eder ainda trabalha em outras feiras como a feira do bairro Genibaú, aos domingos; na praça José de Alencar e, finalmente, aos sábados, até as 18 horas, e a noite, a partir das 19 horas, na Beira-Mar.



FIGURA 26 - A mobilidade compulsória do vendedor ambulante
Fonte: GONÇALVES, 2008.

O relato do vendedor ambulante revela a competência de mobilidade, sendo ele um construtor de mobilidades por meio do comércio em diversas feiras da cidade. O fato de possuir uma motocicleta também é determinante nessa competência, à medida que o seu arbítrio em permanecer naquela área ou se

deslocar para outra independe do transporte público urbano ao qual estaria submetido a horários e linhas de ônibus.

A competência de mobilidade também é demonstrada por outro ambulante entrevistado, que é artesão, reside no Município de Nova Russas e há cinco anos comercializa seus produtos na Beira-Mar. O senhor Moacir hospeda-se na casa de parentes quando está em Fortaleza, com o objetivo de comercializar seus produtos no calçadão da orla. Ele vende artigos de cama e mesa (bordados, crochês, crivo, *richelier*, ponto cruz) isso na condição de ambulante no calçadão. Todos os dias faz o trajeto de ônibus metropolitano que leva 40 minutos do bairro Pajuçara até a Beira-Mar. Segundo ele nos informou, chega a passar até 30 dias em Fortaleza: “Demoro mais, mas vendo no preço.”. É que antes ele vendia sua mercadoria indiretamente na feira da Beira-Mar, ou seja, a entregava nas barracas e depois vinha receber o dinheiro. Como teve, segundo afirma, grande prejuízo com as vendas, haja vista que tinha que vender fiado para os feirantes, resolveu, ele próprio, oferecer seus produtos como ambulante no calçadão.



FIGURA 27 - A mobilidade compulsória do vendedor de artesanato
Fonte: GOMES, 2009.

Observamos, assim, que a competência de mobilidade não está restrita ao nível de renda como inviabilizador da mobilidade, uma vez que o domínio promovido pelas possibilidades e competências (escolhas) permite ao indivíduo desenvolver outras estratégias para chegar até a orla. Podemos dizer que é o caso de Marcos, vendedor ambulante (30 anos), que percorre 28 quarteirões para chegar a Beira-Mar caminhando com um carrinho carregado de quadros pintados por ele próprio em sua casa.



FIGURA 28 – A competência de mobilidade.
Fonte: GONÇALVES, 2008.



FIGURA 29 - A apropriação do calçadão para exposição de produtos.
Fonte: GONÇALVES, 2008.

A mobilidade compulsória assume aqui o sentido de estratégia espacial, que ultrapassa a norma urbana, entretanto, a condição de mobilidade imposta pelo Poder Público revela outra condição, que é a do trabalhador mais precarizado que, ao se deslocar, leva as mercadorias junto ao corpo, sem nenhum equipamento como condição necessária para vender seus produtos. Dessa forma, para outros vendedores ambulantes, essa competência é viabilizada pela utilização do corpo como vitrine no movimento diário desses trabalhadores no calçadão, estabelecendo assim o trabalho na mobilidade, haja vista que esta é uma condição para a atividade do comércio ambulante na Beira-Mar.

Para alguns trabalhadores, a mobilidade e a territorialidade tornam-se uma condição que reforça a presença destes no calçadão e revela o desejo de territorializar-se na Beira-Mar, conforme pode ser evidenciado no relato a seguir.

Eu tenho vontade de ter uma barraca aqui, mas o rapaz da fiscalização disse logo que não tem e se insistisse a mercadoria ia apreendida. Ele disse que andando podia vender, sem parar, sem parar e você sabe que a gente cansa né, cansa o corpo, a gente tem uma tolerância. [...] eu ando essa Beira-Mar toda, de ponta a ponta, hoje mesmo eu já vim lá da barraca dos peixes (Mucuripe).

Podemos citar o caso do artesão Marcones, com quem nos deparamos no calçadão. Ele vendia jangadas em miniatura (jangadinhas), confeccionadas por ele e o irmão, que aprenderam a fazer com o pai. Ele mora em Messejana, trabalha vendendo frutas e verduras durante a semana e aos finais de semana vem para a Beira-Mar complementar a renda com a venda das jangadinhas de madeira ao custo de R\$ 20,00/25,00, dependendo da pechincha do turista. Marcones chega à orla por volta das 16 horas e fica até aproximadamente 21 horas, dependendo das vendas. Segundo o relato do vendedor, “um tempo atrás a fiscalização não deixava a gente vender, mas agora está liberado, só podia vender assim com a mercadoria na mão, sem estar parado.”

O deslocamento realizado por este, bem como por outros vendedores que atuam no calçadão, conduzindo as mercadorias nas mãos, revela a condição precária do trabalho, de modo que, por meio da ferramenta de medição de distância disponível no programa *Google Earth*, podemos retratar o percurso que o vendedor realiza no calçadão, que é de aproximadamente 4,5 quilômetros.



FIGURA 31 - Territórios e territorialidades demarcadas no calçadão da Beira-Mar

Fonte: *Google Earth*, 2009.

Esse é um trabalho de todos os dias, sem fins de semana ou feriado, que pode trazer lucro rápido ao ambulante em função do grande movimento. Ele poderá até vender toda a mercadoria em um dia de trabalho ou ter apenas o rendimento que não chega a pagar a mercadoria.

Na observação participativa no calçadão, podemos verificar o conflito entre o vendedor de artesanato e a fiscalização, quando presenciamos o momento em que o artesão colocava sua mercadoria (um quadro em formato de peixe preenchido com conchas do mar) no passeio e de imediato foi abordado pelo fiscal da Prefeitura, que determinou a retirada imediata da mercadoria sob pena de sua apreensão.

Não foi por acaso que muitos se negavam a responder aos questionários, ora em razão do medo de ser algo que viesse a trazer problemas quanto a sua condição no calçadão, ora em virtude de não quererem perder a clientela, dado o tempo que nos dispensariam. Mesmo diante dessas preocupações, os feirantes demonstraram simpatia e cordialidade ao responder às nossas indagações.

A condição de instabilidade e precariedade é revelada no relato do ambulante que perguntado se é cansativo comercializar a mercadoria nas mãos, responde:

Rapaz, cansa os braços. No outro dia os braços fica todo dolorido de você ficar com a mercadoria pendurada. Você troca a mercadoria de braço, mas num dá, você tem que dá uma paradinha. Daí sábado passado eu fui abordado pelo chefe (da fiscalização) ai o chefe (disse): 'Ei tu sabe que tem que andar né.'. Ai eu disse: 'olha é só um instante pra trocar o braço que tão tudo doendo'. Ai ele ficou assim..., mas isso pra mim foi um represália né.

Os deslocamentos realizados têm como referência a feira de artesanato em razão do grande fluxo de turistas nessa área; no entanto, os vendedores empreendem percursos que envolvem todo o calçadão da orla, conforme podemos verificar no relato: “Pra ta aqui o cabra tem que andar muito, tem que andar, andar e ter disposição.”.

Assim, acreditamos que os processos de territorialização daqueles que trabalham na Beira-Mar “[...] como fruto da interação entre relações sociais e controle do/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação).”, também nos remetem a algumas propriedades que Haesbaert (2006a, p. 331) atribui

aos diferentes tipos de aglomerados de exclusão, como: a imobilidade sem efetivo controle territorial, como é o caso da feira, verificada na montagem e desmontagem diária, uma espacialização (extensão) marcada pelo *uso controlado* e/ou de caráter temporal (duração). Todavia, acreditamos que há uma reafirmação do território da feira pela presença diária dos feirantes ali no calçadão.

O território aparentemente inexistente da feira é manifestado no momento em que os feirantes se acham incomodados com a presença dos ambulantes. O fechamento, também aparentemente invisível, desse território é assegurado pela presença constante de agentes da fiscalização pública que evitam que os ambulantes adentrem a feira, conforme podemos verificar no relato: “A gente não pode invadir essa área (área da feira) eles tem as normas deles e eu concordo. Tem também as pessoas das barracas né. É o chamado “barreira” que fica na frente da barraca e atrapalha as vendas deles.” Assim, a territorialidade dos trabalhadores ambulantes surge na apropriação⁵¹ do calçadão, reagindo às ações (jurídico-políticas) disciplinarizadoras. Dessa forma, o território do comércio ambulante, bem como o da feira, não podem ser pensado a não ser como “[...] um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder.” (SOUZA, 2002, p. 78). A atividade do comércio ambulante nos dias de hoje, entretanto, ultrapassa essa condição legalista, haja vista que se observa o grande número de pessoas desempregadas e sem ocupação que atuam neste tipo de comércio, buscando complementar a renda familiar.

Os mecanismos de fiscalização empreendidos no controle do comércio ambulante que no passado eram bem mais repressivos e concebiam o comércio ambulante como uma atividade ilegal, no período atual, revestem-se de certa complacência, haja vista o contingente de trabalhadores cujos principais recursos de que dispõem são a mobilidade e o seu corpo para comercializar suas mercadorias.

Souza (2002, p.79) quando indaga - “[...] quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?” - traz uma questão crucial para compreendermos a territorialização da feira de artesanato e do comércio ambulante no calçadão da Beira-Mar. Na pesquisa de campo podemos observar o controle do

⁵¹ Haesbaert (2006a, p. 94) nos fala do par dialético *dominação/apropriação* do espaço em *Lefebvre*, no qual a dominação se caracteriza pela transformação técnica que “[...] impõe formas retilíneas, geométricas, ‘brutalizando a paisagem’.” Quanto a apropriação, esta se dá pela modificação do espaço natural para atender às necessidades de um grupo, o que não implica “propriedade”.

território em um sentido mais tradicional do controle da área e demarcação dos limites da feira. A ação da fiscalização pública está, portanto, no sentido de evitar que o ambulante adentre e comercialize seus produtos na área da feira e também que estes trabalhadores exponham suas mercadorias no calçadão.

A feitura do território do trabalhador ambulante, porém, é marcada pelo conflito com a feira, ou seja, um território já consolidado em uma área definida. Observa-se que o território da feira é assegurado pela fiscalização pública que impede o vendedor ambulante de adentrar a área das barracas. Por volta das 22 horas, todavia, quando a fiscalização encerra suas atividades no calçadão, essa demarcação do território deixa de ser respeitada, verificando-se a invasão dos vendedores ambulantes no território da feira. Da mesma forma, ocorre no calçadão, após esse horário. A partir das 22 horas, a imposição da mobilidade deixa de existir, havendo assim a ocupação daquele espaço pelos ambulantes, formando uma feira paralela, chamada pelos feirantes de “shoppinçã”, uma alusão ao comércio de rua, no chão da calçada. Essa prática também é seguida por alguns feirantes que colocam vendedores no calçadão, conforme se pode observar em relatos de feirantes no trabalho de campo.

Desse modo, a mobilidade e o trabalho precário se articulam na Beira-Mar. O território da feira também é alimentado pelo desejo do vendedor ambulante de ser parte da feira, ou seja, de possuir um boxe e deixar a mobilidade compulsória. De outro modo, a liberdade de circulação característica do vendedor ambulante é requerida pelos feirantes que, segundo relatos, colocam vendedores no calçadão para melhorar suas vendas e até mesmo registrando-se casos de feirantes que venderam suas barracas e passaram a comercializar suas mercadorias no calçadão, provavelmente para evitar o custo de taxas pagas pelos que se fixam na feira.

A apropriação do espaço público por meio de estratégias e articulações visando à permanência naquele lugar revela a dimensão espacial do problema do emprego pela expressão territorial do movimento desses trabalhadores precarizados no calçadão. Assim, o comércio no calçadão da Beira-Mar estabelece verdadeiros circuitos, haja vista o fato de que o mesmo ambulante que antes fornecia artesanato para a feira comercializa sua mercadoria também no calçadão, porém, sem as taxas e custos de comercialização cobrados na feira. Em contrapartida, o feirante, ao se sentir prejudicado com tal ação, acaba por colocar vendedores também no calçadão,

vendendo as mercadorias da barraca. Por fim, esses dois agentes tornam aquele lugar esquizofrênico à medida que há uma indeterminação e uma exceção da norma urbana.

Na mesma condição enquadram-se os permissionários da feira de artesanato, que têm a concessão de uso do espaço público para a realização de sua atividade econômica mediante o pagamento de taxas. Mesmo com a regulamentação do comércio ambulante no calçadão, a ação de outros trabalhadores informais encontra-se nos interstícios da legalidade, uma vez que essa atividade não paga impostos, o que põe na berlinda mais uma vez, a discussão sobre a legalização da informalidade.

As tentativas de reprimir e inviabilizar essa atividade, como aconteceu nas décadas passadas, inclusive, na própria Beira-Mar, deixa de existir na atualidade ante a necessidade de sobrevivência que faz com que se admita uma exceção à norma, ou seja, a presença desses trabalhadores no calçadão, inclusive, a legalização da atividade, ou seja, a permanência da feira de artesanato resultado dessa intervenção, no sentido de regularizar e legalizar a atividade do comércio ambulante de artesanato por artesãos e vendedores no calçadão.

Desse modo, há uma evidente expressão das relações de poder e do embate entre o Poder Público e o comércio ambulante, no entanto, no domínio do espaço público, a mobilidade e a imobilidade entram como uma componente nas relações sociais entre os indivíduos e o Poder Público. No caso dos ambulantes, a mobilidade compulsória revela-se uma condição imposta para que estes permaneçam trabalhando no calçadão. Muitos desses ambulantes atuam no entorno da feira, vendendo seus produtos de modo mais precarizado.

A formação de outras feiras no calçadão revela, na verdade, a reprodução da circunstância instável do trabalhador e ressalta a lógica de reprodução do trabalho precário no fomento de ações empreendedoras, associativas e cooperativas, que têm sua componente geográfica na formação de “novas feiras de artesanato” ao longo do calçadão da Beira-Mar.

No Mucuripe, em frente ao Mercado dos Peixes, também se instalou uma feira de artesanato, organizada pelo Sindicato dos Artesãos Autônomos do Estado do Ceará (SAAEC), em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da Secretaria Executiva Regional II, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e

o SEBRAE/CE. A Prefeitura cedeu o espaço no calçadão para a realização da feira e o SEBRAE qualificou os feirantes com cursos de atendimento ao cliente. Todos são autônomos, fabricam e vendem as próprias peças e não podem passar o ponto de venda a terceiros. São 42 artesãos, que fabricam produtos feitos artesanalmente como bijuterias, tapetes, bordados, objetos em madeira, palha etc.,

Para Barbosa (2007, p. 21), a formação de políticas públicas alternativas de apoio a iniciativas de autogestão, do empreendedorismo popular e da economia solidária, constitui “[...] práticas amenizadoras do não-assalariamento para subsistência de trabalhadores desempregados.” Assim, se faz esquecer o que já foram, ou seja, os benefícios sociais do passado. Segundo a autora, a região Nordeste concentra a maioria dos empreendimentos de economia solidária com 44%, sendo o Ceará o segundo maior estado em empreendimentos no Brasil, perdendo somente para o Rio Grande do Sul. Os casos expostos por Barbosa quanto aos problemas do trabalho associado à economia solidária dizem respeito também às dificuldades legais para comercialização dos produtos e acesso aos mercados ante a concorrência; dificuldades que também se dirigem à legalidade do trabalho autogestionário.

Dessa forma, o artesanato passou a ser amplamente utilizado em atividades de geração de renda entre a população pobre, de sorte que essa relação estabelecida de alguma forma requer um componente espacial, ou seja, sua expressão territorial no espaço urbano. Assim, a feira veio cumprir esse papel, ou seja, conceder expressão espacial à atividade, de modo que podemos verificar, além da feira da Beira-Mar, vários pontos de comercialização de artesanato que se multiplicam no calçadão e em outros pontos da cidade.

O ideal de empreendedorismo surge como salvação. Exigem-se do trabalhador a qualificação e a livre iniciativa para ir atrás das oportunidades que o mercado oferece, convertendo-se na formação de pequenos negócios, na organização de atividade associativa como saída ao desemprego. Criam-se, com efeito, pequenos negócios que, diante da impossibilidade de formalização da atividade e do caráter concorrencial, atuam na informalidade, até mesmo anulando a condição formal do ponto comercial de venda da mercadoria e passando a atuar nos espaços públicos como estratégia de redução de custo e de sobrevivência no mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste ensaio intentamos apreender a realidade do trabalho informal em Fortaleza, como este marca sua paisagem e determina outras relações no espaço urbano. Nossa pesquisa teve como foco o comércio ambulante de artesanato na avenida Beira-Mar, não obstante outras manifestações dessa *economia informal*.

Partimos do entendimento da urbanização brasileira, traçando, de modo breve, considerações sobre as transformações decorrentes da passagem do paradigma agrário-exportador para o urbano-industrial e o modo como a grande desigualdade da distribuição de riqueza socialmente produzida ensejou uma massa de trabalhadores urbanos que, para subsistir nas cidades, recorreu às atividades que conformam o *circuito inferior* da Economia Urbana.

A ampliação das formas de exploração da força de trabalho por meio do fenômeno da informalidade repercute na produção do espaço urbano e remete a uma reflexão em um contexto maior de mutações ocorrentes no universo do trabalho urbano no Brasil. A recente reestruturação da economia brasileira, realinhando-se à ordem mundial, estabeleceu novos parâmetros de trabalho baseados na sua precarização e intensificação, a exemplo do aumento das horas trabalhadas, bem como da informalização das relações de trabalho, com a perda consecutiva dos direitos trabalhistas, ou, ainda, com a sua expansão nos grandes centros urbanos.

O entendimento atual do que seja setor formal e informal esbarra na própria contradição do sistema capitalista e na sua aplicação aos dias de hoje com a introdução de práticas flexíveis de contratação, terceirização e de trabalhos precários. Assim, acreditamos que o contexto de reestruturação das relações de trabalho no Brasil tem relação direta com a expansão do trabalho informal nas últimas décadas, haja vista o grande número de trabalhadores desempregados que perderam seus postos, de modo que a ocupação informal se estabeleceu como alternativa a estes trabalhadores urbanos.

Na cidade de Fortaleza, o excedente de trabalhadores que vive na periferia da cidade, bem como na sua região metropolitana, exerceu intensa pressão sobre o mercado de trabalho, de modo que a expansão das atividades informais em Fortaleza, principalmente do comércio ambulante e/ou comércio de rua, marca o espaço urbano por meio de novas territorialidades caracterizadas por formas precárias de trabalho e pela ocupação dos espaços públicos urbanos.

Assim, entendemos o contexto em que a feira de artesanato se estabeleceu no calçadão da avenida Beira-Mar como reflexo da territorialização do trabalho informal no espaço urbano. A produção e comércio de artesanato, como atividades características do circuito inferior, absorveram parcelas de trabalhadores urbanos sem emprego de maneira que pudemos constatar na pesquisa que a feira passou por um período contínuo de crescimento do número de feirantes, o qual duplicou em menos de dez anos, coincidindo, assim, com o tempo marcado pelo contexto neoliberal de abertura do País, reestruturação econômica e grande desemprego (anos 1990).

Comprovamos, ainda, que a política de incentivo e fomento às atividades artesanais promovida por órgãos federais e estaduais, na qualidade de ação política que visou a capacitar e dotar o trabalhador sem ocupação formal de uma habilidade, contribuiu para maior pressão no sentido da ocupação de outras áreas pelo comércio do artesanato, transpondo os tradicionais centros de comercialização (EMCETUR, Mercado Central).

Como anota Silva (2006), Fortaleza, essa *metrópole sertaneja do litoral*, acolheu um grande fluxo migratório, que mesclou hábitos, costumes e tradições do sertão ao cotidiano da Metrópole. Para a parcela da população que se estabeleceu em Fortaleza e passou a trabalhar na feira, o artesanato constituiu um meio de sobrevivência e permitiu a fixação desses trabalhadores no espaço urbano. A memória imbuída dos hábitos e costumes pertencentes ao modo de vida rural permitiu que muitos feirantes, ao se transferir para Fortaleza, utilizassem suas habilidades na produção artesanal, que passou a ser um instrumento de sobrevivência no meio urbano.

A territorialização do comércio de artesanato no calçadão aconteceu por volta dos anos 1980, com a venda de artigos artesanais nas portas dos hotéis recém construídos na avenida Beira-Mar. Paulatinamente, esse comércio foi regulamentado pelo Poder Público, que priorizou, naquele momento, a figura do vendedor-artesão. Podemos constatar nesta pesquisa, todavia, a mudança do perfil dos feirantes nos últimos anos e o aumento do número de barracas de comércio de artesanato, sem necessariamente serem estes artesãos, além de vendedores de produtos diversos, notadamente, confecções.

Acredita-se que a dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho fez com que a atividade na feira se tornasse a alternativa de sobrevivência e também de complementação de renda. Embora quase metade dos feirantes nunca tenha trabalhado com carteira assinada, notamos que a outra metade desses trabalhadores, atualmente na feira, já teve uma ocupação formal, em geral, relacionada à migração para outras regiões do País, notadamente para os grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro.

O engajamento no mercado formal de trabalho para os atuais feirantes ocorreu mais acentuadamente no emprego industrial (siderúrgicas, metalúrgicas, fábricas de eletrodomésticos, de tintas e também no setor têxtil e setor alimentício), o que revela, de certo modo, a relação entre desemprego e mercado informal de trabalho. A reestruturação produtiva no Sudeste do País e a perda de postos de trabalho, principalmente na indústria, fizeram com que muitos desses trabalhadores realizassem a migração de retorno, inserindo-se no mercado informal de trabalho em Fortaleza. Assim, o emprego formal, com carteira assinada, fez parte da vida de muitos feirantes que acabaram por trabalhar como autônomos, seja pelo desemprego (extinção do posto de trabalho), seja como única forma possível de auferir uma renda.

Para a maioria dos feirantes, a feira é a sua principal fonte de sustento, entretanto, alguns trabalhadores, pelo que podemos constatar, têm vínculo empregatício, porém, eles trabalham ali para complementar a renda familiar por meio da venda de artesanato.

Consideramos, assim, que a atividade artesanal, como elemento do circuito inferior, também é influenciada pelo circuito moderno, ao incorporar novas tendências do circuito superior. Assim, constatamos em nossa pesquisa a adaptação do artesanato às formas e funções do mercado e da demanda turística.

Em relação aos artigos e gêneros comercializados na feira, notamos grande diversidade de produtos que vão desde o artesanato propriamente dito até artigos industrializados. O espaço da feira recebe influência das tendências de consumo, bem como do ambiente litorâneo e turístico, de modo que se registrou a presença de barracas comercializando bijuterias, confecções, artigos de moda praia, dentre outros.

Mesmo não se caracterizando como artesanato, a venda de confecção foi um mecanismo utilizado pelo trabalhador no sentido de assegurar sua sobrevivência na feira. Em geral, as mercadorias (confecções) vêm de outras feiras, mas também são confeccionadas no próprio domicílio de alguns feirantes. Constatamos uma constante adaptação, principalmente dos artigos do vestuário aos novos modelos e gostos ditados pela moda no circuito superior. A feira foi se adaptando aos gostos, faixas de renda e perfis de turista.

Muitos artesãos deixaram a atividade artesanal alegando, conforme entrevistas por nós realizadas, a inviabilidade da produção e ao mesmo tempo o comércio na feira. Esse fato levou o artesão a abandonar a produção, passando a se dedicar apenas à comercialização de produtos artesanais e de outras mercadorias. Desse modo, o tempo da feira se incompatibiliza com o tempo da produção artesanal, que é mais lento.

Esta questão nos levou a outra, respeitante ao conceito de artesanato adotado pelo órgão municipal que administra a feira; ou seja, quais os critérios que foram estabelecidos para afirmar quem é artesão e quem não o é. Outra condição que se revelou foi a adaptação do artesão às condições do mercado por meio da mescla na barraca da mercadoria produzida por ele próprio e de outras mercadorias adquiridas de fornecedores da feira, conforme destacado.

Em síntese, os tipos de produtos fabricados pelos feirantes adaptam-se também às novas técnicas e materiais que passam a ser incorporados. Parece-nos difícil, todavia, denominar o artesanato vendido na feira como artesanato tradicional, conforme conceituação adotada por órgãos oficiais como o SEBRAE e a CEART. De outra forma, a crescente incorporação de atributos mercadológicos do circuito superior, como *Design*⁵², utilização de atributos de *Marketing*, reunindo valor às peças artesanais, trazem consigo novos padrões estéticos e funcionais. Seria este também artesanato tradicional? Não se estaria novamente excluindo a massa de trabalhadores que produzem peças artesanais, porém que não tiveram acesso às estratégias de intervenção e adaptação do artesanato às demandas do mercado turístico? Permanece então a indagação: o que é artesanato?

⁵² Para Santos (2004, p. 37), “as idéias são ‘*designed*’ antes de serem fabricadas; já não representam as coisas tal como elas existem; procuram criar uma nova existência pela fabricação de objetos de uma finalidade submetida à lei do mercado.”. Assim, acreditamos que não somente “[...] os homens mudam de lugar, como turistas ou como migrantes. Mas também os produtos, as mercadorias, as imagens, as idéias.”. (SANTOS, 2006, p. 328)

Com efeito, há aqueles trabalhadores que não possuem habilidades, não sabem fazer ou não dominam um ofício, mas que encontram no comércio da feira seu meio de sobrevivência. Esses novos trabalhadores “sem habilidades” poderiam, de certo modo, ser comparados aos inábeis de quem Marx falava? Sem a destreza para fabricar o artesanato, somente lhes resta, com recurso, vender confecção, bijuteria, ou produtos artesanais.

Entendemos que a feira de artesanato da Beira-Mar, como territorialização do comércio ambulante de artesanato em Fortaleza, resulta de determinações históricas e, por conseguinte, é dinâmica e está em constante movimento, como o estão também os ambulantes no calçadão.

A formação de outras feiras de artesanato no calçadão reproduz, no período atual, as razões do trabalho informal e precário pautadas na concessão de um território temporário que leva o trabalhador a se ocupar em atividades parciais, ocultando o desemprego e revelando a falácia das formas de enftretamento deste. O trabalhador passa a ser empreendedor e, para tanto, tem de se capacitar, assumindo este ônus no enfrentamento da crise e na ausência de melhores oportunidades de trabalho.

A territorialização da feira de artesanato da Beira-Mar nos mostra, também, mediante sua montagem e desmontagem, a multiplicação do trabalho precário por meio dos subcircuitos formados por trabalhadores que se tornam necessários nesse processo diário de armação e desmonte.

Essa situação, contudo, expõe homens e mulheres, jovens e idosos a mais trabalho, principalmente para aqueles que, por determinações históricas, culturais e geográficas, não fazem parte do seletto grupo que teve condições de adquirir as “habilidades ou ferramentas” requeridas pelo mercado competitivo.

Por fim, temos ciência de que as transformações no mundo do trabalho estabeleceram novas relações com o espaço urbano. Podemos dizer que este “pedaço” da Beira-Mar se caracteriza pela resistência, onde o território dos feirantes reflete uma totalidade maior que envolve o período de reestruturação das economias, as mudanças e alterações nas relações de trabalho. O fenômeno da informalidade revela contradições, justapondo-se no espaço urbano o circuito moderno e o circuito inferior, ricos e pobres, estes últimos, quase sempre, resistindo

à normatização urbana. Este é o caso da atividade do comércio ambulante de artesanato na Beira-Mar em Fortaleza.

Sabemos haver lacunas neste trabalho, haja vista a riqueza da discussão o que, evidentemente, instiga novos estudos. Como exemplo, citamos as questões relativas ao território dos feirantes e a dimensão política na própria feira. No que concerne à representação política, observamos a existência de duas entidades que atuam na feira - o Sindicato dos Feirantes de Artesanato de Fortaleza (SINFE) e a Associação dos Feirantes de Artesanato da Avenida Beira-Mar (ASFABEM), não obstante, a grande reclamação dos feirantes quanto a representação da feira junto ao Poder público municipal. Este assunto merece maior reflexão.

A territorialização do comércio de artesanato na Beira-Mar resultou de ações compostas por estratégias espaciais necessárias à concretização desta atividade, ou seja, da venda de artesanato. A mobilidade adquire neste contexto uma relevância maior, considerando que está ligada à relação social que envolve as *possibilidades e as competências de mobilidade* que esses sujeitos adquirem em meio às determinações impostas pela norma urbana.

Por um lado, a feira resultou do comércio ambulante de artesanato, que se territorializou no calçadão, ao mesmo tempo em que se constitui na mobilidade, ou seja, na montagem e desmontagem diária das barracas. Apesar de ter um território delimitado, os feirantes também são considerados como ambulantes pelo Poder Público. Por outro lado, os ambulantes não inseridos na área da feira e atuantes no seu entorno conformam territorialidades, mediante a imposição do movimento no calçadão. Assim, para permanecerem naquele espaço, muitas vezes, os ambulantes recorrem ao próprio corpo como marco de sua territorialização para vender seus produtos ante a impossibilidade de fixá-los, haja vista a atuação da fiscalização do Poder Público, coibindo qualquer ação nesse sentido.

Assim é estabelecido um campo de luta, aparentemente passiva, na disputa pelo calçadão, de uma territorialização que se dá no movimento, nas relações prescritas pelos agentes que circulam naquele lugar. Essa peleja diz respeito, principalmente à ocupação do espaço público e à formação de um território cujos limites são estabelecidos pelo trabalho dos vendedores.

Podemos asseverar que a atuação do comércio ambulante no espaço urbano constituiu estratégia de emancipação indo de encontro à norma e ao

disciplinamento urbano? Talvez. A ação movida pela necessidade de sobrevivência, contraditoriamente, subverte a norma, causando um relaxamento em nome de uma condição maior, que é a produção material da vida, tornando, assim, o calçadão um espaço de exceção. Seria a força dos homens lentos, como diria Santos? É assim que estes trabalhadores escapam às imposições da norma, da racionalidade, tornando-se capazes de criar novos usos, articulando novas práticas mediante a norma urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800) & Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil**. 5 ed. rev. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

AMORA, Zenilde Baima. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: _____. (org.). **O Ceará**: enfoques geográficos. Fortaleza: FUNECE, 1999.

_____. O processo de urbanização. In: ELIAS, Denise. (org.) **O novo espaço da produção globalizada**: o Baixo Jaguaribe – CE. Colaboração de Adriana Martins Rocha [et al.]. Fortaleza: FUNECE, 2002.

_____. A Indústria no Ceará. In: SILVA, José Borzacchiello da; Cavalcante, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs.). **Ceará**: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

AMORA, Z. B.; GUERRA, Eliana Costa. Mobilidades: por uma releitura do urbano na contemporaneidade. In: **IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana**: Cidades, Territorialidades, Sustentabilidade e Demandas Sociais, 2005, Manaus. Anais do IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2005a.

_____. **Mobilidades e Territórios Urbanos no Ceará**. Relatório Ano I - Projeto de pesquisa. 2005b.

AMORA, Zenilde Baima; COSTA, Maria Clélia Lustosa. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (org.). **Cidades médias**: espaços em transição. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ANTUNES, Ricardo. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: _____. (org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo Boitempo, 2006. (Mundo do trabalho)

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2 ed. São Paulo: Cortez; Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1995.

ARAÚJO, Ana Maria Matos. O êxodo de trabalhadores rurais para as cidades à luz de Lefebvre. In: CARLEIAL, Adelita Neto. (org.) **Transições migratórias**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Ações para o Desenvolvimento do Artesanato do Nordeste**. 2 ed. Fortaleza: BNB, 2002.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007. (pp. 193-254)

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. Mauro Gama; Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BECO da poeira, Poder Público quer construir novo prédio, **O Povo**, Abr. 2008

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 163p. São Paulo. Tese de doutorado em Economia. USP/FEA, 1982. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-06102006-120930/>>. Acesso em: 28 dez. 2007.

CARLEIAL, A. Trabalho e redes de solidariedade aos migrantes. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (124), 2002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119124.htm>>. Acesso em: 11 jan. 2007. [ISSN: 1138-9788]

CAVALCANTI, Clovis & DUARTE, Renato. **À procura de espaço na economia urbana**: o setor informal de Fortaleza. Recife, SUDENE/FUNDAJ; Brasília, M. T., 1980. (Série população e emprego)

CAVALCANTI, Clovis. **A viabilidade do setor informal**: a demanda de pequenos serviços no grande recife. 2 ed. Recife: Massangana; SUDENE, 1983. (Série população e emprego)

CEARÁ. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ. **Mão-de-obra na área metropolitana de Fortaleza**. Tipografia Progresso, Fortaleza, 1973.

_____. SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO/ Coordenadoria do artesanato e da produção familiar / Célula de organização e produção artesanal. **Cadastro de artesanato**: procedimentos, normas e tipologias artesanais. Fortaleza, 2005.

_____. SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO. **Artesanato para um mundo globalizado**. Organização: João Bosco Feitosa dos Santos e Elisabeth Fiúza Aragão. Fortaleza: EdUECE, 2006. (coleção trabalho e empreendedorismo: experiências e novos caminhos, 6)

_____. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL / INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO. **Indicadores Médios Anuais do Mercado de Trabalho**, 2006. Disponível em: <<http://www.idt.org.br>>. Acesso em: 19 mai. 2008.

_____. SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ. **Indicadores Turísticos do Ceará: 1995/2006**. 2007.

_____. **Cadastro da rede hoteleira de Fortaleza**. Mai. 2007.

COELHO, Sandra Maria de Aguiar. **A feirinha de artesanato da Beira Mar: uma análise geográfica**. (Monografia de graduação) – Curso de Bacharelado em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1989.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T., **Do local ao global: o turismo litorâneo cearense**. 3 ed. Campinas/SP: Papyrus, 1998. (Coleção Turismo)

COSTA, Maria Clélia Lustosa. **Cidade 2000: expansão urbana e segregação espacial em Fortaleza**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da FFLCH/USP. São Paulo. 1988. 295 p.

COUtrim, Rosa Maria da E. **Ambulante e camelôs: passado e presente**. In: **Revista Ciência Hoje**, v. 39, n. 234, p. 24-29, jan./fev. 2007.

DANTAS, Eustógio W. C. **Comercio Ambulante de Fortaleza-CE (1975-1995)**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da FFLCH/USP. São Paulo. 1995. 218 p.

DANTAS, Beatriz Góis. **A mão e o torno: a divisão sexual do trabalho entre os produtores de cerâmica**. In: **Revista Geonordeste**. Ano 4, n 1, nov. 1987. (p.17-29)

DEDECCA, Cláudio S. **Setor informal e informalidade no Brasil**. In: **Ciência Hoje**, v. 39, n. 234, p.18-23, jan./fev. 2007.

DOWBOR, Ladislau. **O que acontece com o trabalho?** São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/actrab.asp>>. Acesso em: 28 ago. 2008.

_____. Meu mundo caiu: o desemprego. In: **Programa Café Filosófico**. Curadoria: Renato Janine Ribeiro. Gravado no Espaço do Centro Cultural CPFL, 2005. (Série: a ação, o medo, a incerteza e a dor). Disponível em: <http://www.youtube.com/results?search_type=&search_query=DOWBOR%2C+Ladislau.+cafe+filosofico>. Acesso em: 28 mai. 2008.

DUARTE, Renato. **A necessidade da SUDENE**, s/d. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obed001g.html>>. Acesso em: 19 abr. 2008.

FALTA espaço e compradores no comércio da Avenida Beira-Mar. **Diário do Nordeste**, 05 jan. 1986.

FEIRINHA é o atrativo maior da Beira-Mar. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 jul. 1998. Cidades, p. 13.

FRANCESCONI, Trabalho, tema da pesquisa geográfica. In: **VI Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Goiânia/GO. ANAIS, jul. 2004.

FORBES, D. K. **Uma visão crítica da geografia do subdesenvolvimento**. Trad. João Alves dos Santos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. (p. 288-311)

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Rendas e bordados do Ceará. In: MARTINS FILHO, Antônio; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 3 ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.

GONÇALVES, Luiz Antonio Araújo; AMORA, Zenilde Baima. O lazer e a Beira-Mar de Fortaleza: temporalidades e territorialidades. In: AMORA, Zenilde Baima (Org.) **Cenários Geográficos: reflexões e enfoques**. Fortaleza: EdUECE, 2009.

GONÇALVES; M.; THOMAZ JUNIOR, A. Informalidade e precarização do trabalho: uma contribuição a geografia do trabalho. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (31), 2002. [ISSN: 1138-9788]. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-31.htm>>. Acesso em 11 de Nov. 2007.

HAESBAERT, Rogério. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. In: **Terra Livre**. Ano 20, v. 2, n. 23. Goiânia, jul-dez/2004. (pp.35-52)

_____. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. **Territórios alternativos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006b.

_____. Identidades territoriais: da multiterritorialidade à “reclusão” territorial. Conferência. In: **23 GeoForum**, mar. 2007. Disponível em: <<http://tercud.ulusofona.pt/GeoForum/Ficheiros/23GeoForum.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2008.

HART, Keith. *Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana*. In: **The Journal of Modern African Studies**, II, I (1973), pp. 61-89. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayFulltext?type=1&fid=2494656&jid=&volumeId=&issueId=&aid=2494648>>. Acesso em: 30 mai. 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira. Artesanato no Ceará. In: CEARÁ/ SECRETARIA DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO. **Artesanato para um mundo globalizado**. Organização: João Bosco Feitosa dos Santos; Elisabeth Fiúza Aragão. Fortaleza: EdUECE, 2006. (Coleção Trabalho e Empreendedorismo: experiências e novos caminhos, 6)

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de. **Modernizações e Espaços Seletivos no Nordeste Brasileiro**. Sobral: Conexão Lugar/Mundo. 254p. São Paulo. Tese de Doutorado em Geografia. USP/FFLCH, 2007.

INSATISFAÇÃO no novo Mercado Central. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 15 abr. 1998. Cidade, p.12.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos Municípios Brasileiros - Cultura 2006**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura2006/cultura2006.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2008.

_____. **Economia Informal Urbana**. vol. 35. Rio de Janeiro, 2006. (série relatórios metodológicos). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/ECINFmetodpesquisa.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2008.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, **Notas técnicas**. v. 28, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/notas_brasil.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2008.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: **Síntese de Indicadores, 2007**. IBGE: Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese_pnad2007.pdf>. Acesso em 23 abr. 2008.

LÉVY, Jacques. Os novos espaços da mobilidade. **GEOgraphia, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF**. Niterói/RJ, n. 6, p 1-11, 2001. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_06/levy6.pdf>. Acesso em 31 out. 2007.

LIMA, Antonio Aquiliano de Macedo. **O artesanato nordestino**: características e problemática atual. Fortaleza: BNB/ETENE, 1982. (Série: Estudos Econômicos e sociais, 14).

LOPES, Vânia Lúcia Silva. **Meios de vida**: as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início de 1970. 205p. Dissertação (Mestrado em História Social) Departamento de História do CH/UFC. Fortaleza, 2004.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica a razão informal**: a imaterialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2000.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã** (Feuerbach). Trad. José Carlos Bruni; Marco Aurélio Nogueira. 8 ed. São Paulo: HUCITEC, 1991. (Série Clássicos)

MARX, Karl. **O capital** (crítica da economia política). Livro I: O processo de produção do capital., v. 1,2. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (pp. 359-422).

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Capítulo 4.

MELO, Hildete Pereira. & TELES, Jorge Luiz. **Serviços e informalidade**: o comércio ambulante no Rio de Janeiro. IPEA, 2000 (textos para discussão nº773). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td0773.pdf>. Acesso em 05 Nov. 2007.

MENELEU NETO, José. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, J. S. Francisco; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

MONTENEGRO, Marina Regitz. **O circuito inferior na economia urbana de São Paulo no período da globalização**. 203p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da FFLCH/USP. São Paulo. 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25062007-140750/>>. Acesso em: 18 out. 2007.

MOREIRA, Cláudia Cristina Pacheco. A extinção da Sudam e da Sudene. In: **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, a. 40, n. 157, jan./mar. 2003. (p. 209-221). Disponível em: <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/Pdf/pdf_157/RIL157-10.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2008.

NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: SENAI/DR-CE, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Empregos globais, desemprego nacional: os empregos do ornitorrinco**. In: **Revista Democracia Viva**, n. 21, 2004. Disponível em: <<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=831>>. Acesso em: 07 jan. 2008.

_____. **Crítica à razão dualista, o Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.

_____. O estado e a exceção ou o estado de exceção? In: **Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais**. V. 5, N.1. mai. 2003b. (pp. 09-13)

_____. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania. In: _____. (et. al.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. (Coleção espaço, território e paisagem).

PAVIANI, Aldo. Notas. In: **Revista Geonordeste**. Ano 4, n. 1, nov. 1987. (pp.98-102)

PORTO ALEGRE, Sylvia. Apresentação. In: CEARÁ. Secretara de Cultura e Desporto do Estado do Ceará/ Centro de Referência Cultural. **Caderno de Cultura**. Fortaleza, ano 1. n.1, jun. 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Decreto nº 9.300**, de 17 de janeiro de 1994.

_____/ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Fortaleza e o emprego formal**. Fortaleza, 2007.

_____/ SECRETARIA EXECUTIVA REGIONAL II. **Levantamento dos equipamentos instalados na avenida Beira-Mar, entre a rua José Vilar e a Avenida Abolição**. Fortaleza, Set. 2006. (mimeo)

_____. **Relação dos equipamentos instalados no pólo artesanal da Beira-Mar**. jan. 2007. (mimeo)

RAMOS, Lauro. A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001. IPEA, 2002 (Texto para Discussão, 914). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0914.pdf>. Acesso: 13 fev. 2007.

ROCHA, Nayara Maria Moura. **Em busca do lixo... Catadores de recicláveis na paisagem de Fortaleza/CE: trabalho e territorialidades**. 176p. Dissertação (Mestrado em Geografia). MAG/UECE, Fortaleza. 2008.

ROSSI, Lia Mônica; SOUZA, José Marconi B. de. **Artesanato & Design: uma união desejável**. UFPB/CCT, Campina Grande, mai. 1996.

SANTOS, Milton; KAYSER, Bernard. Espaces et villes di tiers monde. In: **Revue Tiers Monde**. Tome XII, n. 45, janvier-mars, 1971.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução: Myrna T. Rego Viana. 2 ed.; 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a. (Coleção Milton Santos; 4)

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed., 1 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b. (Coleção Milton Santos; 6)

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1)

_____. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. (Coleção Milton Santos; 5)

_____. **Economia Espacial: críticas e alternativas; tradução**. Maria Irene de Q. F. Szmrecsányi. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 4 ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. **Pobreza urbana**. São Paulo, Recife: HUCITEC, 1978.

SCHWARZ, Roberto. Prefácio. In: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista, o Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003a.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Programa Sebrae de Artesanato** - Termo de referência. SEBRAE, 2004. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/arquivos/programaseprojetos/artesanato/artesanato-p1.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2008.

SILVA, José Borzacchiello da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Mutigraf Editora, 1992.

_____. Fortaleza, a metrópole sertaneja do litoral. In: _____ (et. al.). **Litoral e Sertão, natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

_____. Região Metropolitana de Fortaleza. In: _____ (et. al.). **Ceará: novo olhar geográfico**. 2 ed. Fortaleza: Editora Demócrito Rocha, 2007.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. In: **Cuadernos del Cendes**, ano 21, V.3, N 57, (pp. 1-21), set./dez. 2004.

SOUZA, Marcelo. J. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. (et. al.) **Geografia: conceitos e Temas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TELES, Glauciana Alves. **Dinâmicas metropolitanas contemporâneas**: Caucaia na Região Metropolitana de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Geografia). MAG/UECE, Fortaleza, 2005.

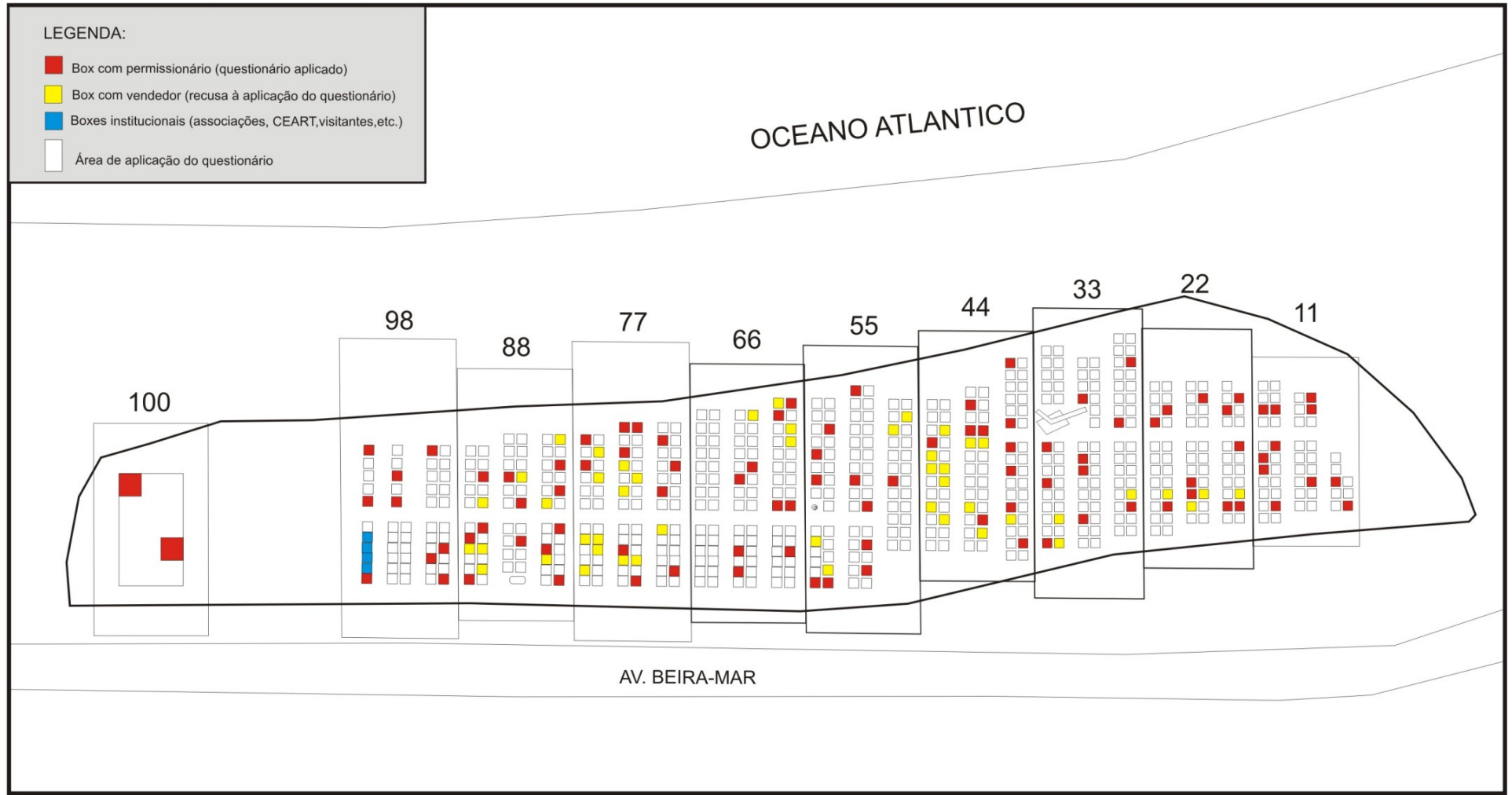
TELES, Vera da Silva. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa). In: OLIVEIRA, Francisco de; RIZEK, Cibele Saliba. (orgs.) **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Vera da Silva. Cidade mutante. In: **Revista Sociologia especial**. Ano 1, n 3, 2007. (pp. 07-13)

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. Tradução: Maia de Jesus Brito Leite São Paulo: Expressão Popular, 2005.

APÊNDICE

APÊNDICE A – *Layout* de registro de aplicação do questionário



APÊNDICE B – Questionário aplicado com os permissionários da feira da Beira-Mar



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG
Laboratório de Estudos Urbanos e Geografia Cultural - LEURC

Pesquisa: **O COMÉRCIO DE ARTESANATO NA BEIRA-MAR DE FORTALEZA/CE**

Questionário A – Permissionários da feira de artesanato.

Nº. _____ Data: _____

IDENTIFICAÇÃO/ DADOS PESSOAIS:

Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Município onde nasceu: _____. Caso não seja natural de Fortaleza, há quanto tempo reside na cidade? _____.

Com que idade chegou a Fortaleza? _____ Qual o motivo? _____

Já morou/trabalhou em outra cidade/estado? () Sim () Não. Caso sim, qual e em quê? _____

Estado civil: () Casado () Solteiro () Outros: _____

Tem filhos? () Sim () Não. Quantos? _____ (escrever entre parênteses o número referente a faixa etária)

() 0 a 04 anos () 5 a 10 anos () 11 a 14 anos () 15 a 18 anos () + de 18 anos

Nível de escolaridade:

() Analfabeto () Da 1ª a 4ª série – Fundamental I - completo () Da 5ª a 8ª série - Fundamental II - completo

() Ensino médio - incompleto () Ensino médio - completo () Ensino superior

Onde reside: () Fortaleza/bairro _____ () Outro município/bairro: _____

Você mora em casa: () própria () alugada () cedida () outro: _____

TRAJETÓRIA PROFISSIONAL:

Em que ano começou a trabalhar na Beira-Mar? _____

Que ramo de atividade exerce no calçadão? _____

Há quanto tempo trabalha nesse ramo? _____

O trabalho na feira é sua fonte principal de sustento? () Sim () Não. Caso seja complemento de outros rendimentos. Quais outras atividades exerce? Onde? O que faz?

Você possuía outra profissão antes de trabalhar no calçadão? () Sim () Não. Se sim, Qual? _____

Você contribui para a previdência social? () Sim () Não

Já trabalhou com carteira assinada? () Sim () Não. Qual função? [_____]

Onde? _____. Quanto tempo? _____

Antes de vir trabalhar na beira-mar estava desempregado? () Sim () Não. Quanto tempo? _____

Caso já tenha trabalhado com carteira assinada, gostaria de voltar a ter essa situação? () Sim () Não.

Porquê? _____

Caso nunca tenha trabalhado com carteira assinada, gostaria de ter essa oportunidade? () Sim () Não. Por quê?

RELAÇÕES/ CONDIÇÕES DE TRABALHO:

Você vai todos os dias para a Beira-Mar? () Sim () Não. Se não, quais dias vai? _____

Você trabalha quantos dias por semana na beira-mar? _____

Você trabalha quantas horas por dia? _____

O que você faz durante o dia quando não está trabalhando na feira? _____

Recebe ajuda de outras pessoas p/ tocar o negócio?

() trabalha sozinho () família [quantas pessoas? _____] () Ajudantes ou pessoa contratada [quantas pessoas / por quanto tempo? _____]

MERCADORIAS/MATÉRIA-PRIMA:

Que tipo de mercadoria(s) comercializa? _____

Você fabrica a mercadoria que vende? () Sim () Não.

Se artesão que mercadoria fabrica? _____

Como ou com quem aprendeu a fabricar as mercadorias? _____

Quais as matérias-primas necessárias? _____

Onde adquire as matérias-primas? _____

Alguém lhe ajuda na fabricação das mercadorias? () Sim () Não. Quem? _____

Você paga por isso? () Sim () Não

Se somente vendedor Caso não fabrique, de quem compra as mercadorias:

() Representantes () Artesão () Outros: _____

De onde procede a mercadoria que vende?

() Fortaleza () interior do estado [_____] () Outro Estado [_____]

Como paga a mercadoria?

() a vista () cheque () à prazo () Consignação () Outro: _____

Como estipula o preço do que vende? _____

O que motivou a escolher a mercadoria que vende?

() por ser fácil de adquirir para vender () por ser um produto procurado

() por ter menor concorrência () porque o tipo de produto une todas essas facilidades

() porque eu próprio fabrico () Outro motivo: _____

INFRA-ESTRUTURA:

Você contrata (terceiriza) algum serviço? () Sim () Não. Qual? _____

Como a mercadoria chega até o box? _____

Onde guarda a mercadoria? _____

Como a mercadoria chega ao depósito. No caso de não usar o depósito, como transporta a mercadoria até o

Box? _____

Você paga pelo transporte da mercadoria? () Sim () Não. Quanto? _____

Paga pela armazenagem das mercadorias? () Sim () Não. Quanto? _____

MERCADO/CONSUMO:

Considera a localização boa para os negócios? () Sim () Não. Por que? _____

Você consegue formar estoque de mercadorias? () Sim () Não.

Já vendeu outro tipo de mercadorias na beira-mar? () Sim () Não. Caso sim, quais outras mercadorias já vendeu?

Qual o melhor período para a venda dos produtos? Porque? _____

Quem são os compradores dos seus produtos? (como ele identifica ou classifica seu consumidor)

Predomínio do consumidor: (homem, mulher, faixa etária, condição social, lugar de origem, etc.;

Qual seu rendimento mensal? (salário R\$ 415,00)

() até RS 415 () de R\$ 415 a R\$ 620 () de R\$ 620 a R\$ 830 () de R\$ 830 à R\$ 1007 () não declarou

Qual uso você dá a margem de lucro das vendas? _____

Indique para o mês de funcionamento no período de 01/07/2008 à 31/12/2008 como se comportou a atividade de acordo com a intensidade das vendas:

INTENSIDADE DE VENDAS	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Baixa	1	1	1	1	1	1
Normal	2	2	2	2	2	2
Alta	3	3	3	3	3	3

Quais equipamentos/instalações utiliza na atividade?

() barraca, trailer, Box () Carrinho, sacolas, veículos () Outros: _____

TERRITORIALIDADES/MOBILIDADES:

Você gosta de trabalhar na beira-mar? () Sim () Não. Por quê? _____

Como conseguiu esse ponto de venda na feira? _____

Como se desloca p/ o local de trabalho?

() Caminhando () Bicicleta () Carona () Ônibus () Moto táxi () Moto particular () Carro próprio

Outros: _____

Caso pegue ônibus, que linha de ônibus faz o trajeto casa/trabalho? _____

Qual a distância e o tempo gasto no percurso casa/Beira-Mar? _____

Existe alguma disputa/conflito entre os feirantes determinados trechos do calçadão?

Existe algum acordo entre os feirantes? (sobre preços, mercadorias vendidas, local de trabalho, uso em comum de equipamentos) _____

Qual a relação dos feirantes com o poder público?

Porque permanece trabalhando na Beira-Mar?

ATIVIDADE/COMÉRCIO:

Quais as opções de pagamento ofertada ao cliente?

() Dinheiro () Cheque () Cartão de crédito

Aceitam pagamento em debito? () Sim () Não.

Com qual capital começou o negócio?

() empréstimo de banco () empréstimo de pessoa de confiança () Capital próprio

() Outro: _____

Qual foi o valor necessário? (em R\$) _____

Você fez algum investimento para promover o seu negócio? () Sim () Não.

Quanto? _____. Em quê? _____

Você conhece algum programa de microcrédito? () Sim () Não. Se sim, qual? _____

Entrou em contato alguma vez com esse programa? () Sim () Não.

Informações outras: _____

ACÇÃO DO ESTADO:

Você já fez algum curso de qualificação promovido por governo ou ONG? () Sim () Não. Qual? _____

Você tem algum cadastro junto a prefeitura? () Sim () Não. Desde quando? _____

Você paga alguma taxa/imposto? () Sim () Não. Caso sim, qual? _____

Sofre algum tipo de fiscalização? De que modo? _____

OPORTUNIDADES/OBSTÁCULOS:

Como você vê o comercio de artesanato na Beira-Mar? É uma atividade promissora ou já foi melhor?

Quais os principais problemas enfrentados pela feira da Beira-Mar?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista realizada com os vendedores ambulantes da Beira-Mar



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG
Laboratório de Estudos Urbanos e Geografia Cultural - LEURC

Pesquisa: **O COMÉRCIO AMBULANTE NA BEIRA-MAR DE FORTALEZA/CE**

Roteiro de entrevista – Vendedores ambulantes

Nº. _____ Data: _____

IDENTIFICAÇÃO/ DADOS PESSOAIS:

1. Nome:
2. Idade: _____
3. Naturalidade:
4. Com que a idade chegou a Fortaleza? _____ Qual o motivo? _____
5. Estado civil: () Casado () Solteiro () Outros: _____.
6. Escolaridade:
7. Tem filhos? () Sim () Não. Quantos? _____
8. Nível de escolaridade:
9. Onde mora(bairro)?

TRAJETORIA PROFISSIONAL:

10. Como se tornou vendedor ambulante?
11. Há quanto tempo trabalha como vendedor ambulante no calçadão?
12. Você já trabalhou ou trabalha como ambulante em outro local?
13. O trabalho na feira é sua fonte principal de sustento?
14. Qual foi a motivação para exercer a atividade?
15. Você possuía outra profissão antes de trabalhar como ambulante?
16. Você contribui para a previdência social?
17. Já trabalhou com carteira assinada?

RELAÇÕES/ CONDIÇÕES DE TRABALHO:

18. Você vai todos os dias para a Beira-mar?
19. Você trabalha quantos dias por semana na beira-mar?
20. Você trabalha quantas horas por dia?
21. Em média, quanto você consegue ganhar por semana?

MERCADORIAS/MATÉRIA-PRIMA:

22. Que tipo de mercadoria(s) comercializa?
23. Você fabrica a mercadoria que vende?
24. De onde procede a mercadoria que vende?
25. Como paga a mercadoria?
26. Como estipula o preço do que vende?
27. O que motivou a escolher a mercadoria que vende?

INFRA-ESTRUTURA:

28. Como você transporta a mercadoria que vende?
29. Onde guarda a mercadoria?

30. Você paga pelo transporte da mercadoria?
31. Utiliza algum equipamento/instrumento para auxiliá-lo na atividade?

MERCADO/CONSUMO:

32. Considera a localização boa para os negócios?
33. Já vendeu outro tipo de mercadorias na beira-mar?
34. Muda de mercadoria de acordo com a época?
35. Qual seu renda mensal?

TERRITORIALIDADES/MOBILIDADES:

36. Você gosta de trabalhar na beira-mar?
37. Como se desloca p/ a Beira-Mar?
38. Caso pegue ônibus, que linha de ônibus faz o trajeto casa/trabalho?
39. Qual a distância e o tempo gasto no percurso casa/Beira-Mar?
40. Você estabelece algum ponto/local de referência para ficar vendendo seus produtos?
41. Tem ou já teve vontade de ter um ponto fixo (box) na feira da Beira-Mar?
42. Existe disputa entre os vendedores ambulantes por determinados trechos do calçadão? Que tipo de disputa?
43. Porque resolveu trabalhar na beira-mar?

OPORTUNIDADES/OBSTÁCULOS:

44. Como você vê o comercio ambulante na Beira-Mar?
45. Quais os principais problemas enfrentados pela feira da Beira-Mar?

APÊNDICE D – Roteiro de caracterização do comércio ambulante no calçadão da Avenida Beira-Mar.



Universidade Estadual do Ceará - UECE
Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG
Laboratório de Estudos Urbanos e Geografia Cultural - LEURC

Pesquisa: **O COMÉRCIO DE ARTESANATO NA BEIRA-MAR DE FORTALEZA/CE**

Ponto de observação nº _____. Ponto de referência: _____
Data: _____. Horário: _____

Caracterização e percepção dos usos do calçadão:

Vendedor ambulante (registro do número/frequência de ambulantes/tipo de mercadoria vendida/como ocupam o calçadão)

Horário	Nº de vendedores	Ação	Observações:
16h			
17h			

Horário	Nº de vendedores	Ação	Observações:
18h			
19h			

Horário	Nº de vendedores	Ação	Observações:
20h			
21 h			

A N E X O S

ANEXO I - CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DO TURISMO, INCLUSIVE, OS VENDEDORES AMBULANTES.

Ministério do Turismo

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Prefeitura de Fortaleza

Fortaleza 2016

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E TÉCNICA
CURSOS GRATUITOS

PROGRAMA I - MELHORIA NA QUALIDADE DO ATENDIMENTO DE PROFISSIONAIS DO TURISMO

1: Noções Básicas do Turismo
Público Alvo: Guardas Municipais, Polícia Militar que atuam nos corredores turísticos, Profissionais De Bares, Restaurantes, Barracas e Similares, Profissionais dos Meios de Hospedagem, Profissionais de Agências de Viagens, Profissionais de Empresas de Ônibus Interestaduais, Taxistas, Profissionais de Locadoras de Veículos Guias de Turismo, Facilitadores d/ou Instrutores, Vendedores do Mercado Central e Mons. Tabosa, Informantes de Turismo, Vendedores Ambulantes.

PROGRAMA II - MELHORIA NA QUALIDADE TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS DO TURISMO

2: Capacitação para Vendedores Ambulantes
Público Alvo: Vendedores Ambulantes que atuam no Centro, Beira mar e Praia do Futuro.

3. Atendimento ao Turista
Público Alvo: Guardas Municipais e Polícia Militar que atuam nos corredores turísticos.

4. Capacitação para Instrutor de Turismo
Público Alvo: Profissionais que atuam ou atuarão como facilitadores e/ou instrutores em cursos e treinamentos.

5. Capacitação Técnica no Idioma Inglês
Público Alvo: Polícia Militar que atuam nos corredores turísticos, Profissionais de bares, restaurantes, barracas e similares, Profissionais dos meios de hospedagem, Profissionais de agências de viagens.

6. Capacitação Técnica no Idioma Espanhol
Público Alvo: Polícia Militar que atuam nos corredores turísticos, Profissionais de bares, restaurantes, barracas e similares, Profissionais dos meios de hospedagem, Profissionais de agências de viagens.

7. Aperfeiçoamento para Guia de Turismo em Psicologia da Melhor Idade
Público Alvo: Guias de Turismo

8. Aperfeiçoamento em Geografia e Cultura Cearense aplicada ao Guiamento
Público Alvo: Guias de Turismo

9. Gestão de Marketing no Turismo e Hotelaria
Público Alvo: Gestores de meios de hospedagem e profissionais que atuam na gestão das diversas atividades econômicas

**PREENCHA A FICHA DE INSCRIÇÃO NO VERSO
FAÇA SUA INSCRIÇÃO
GARANTA JÁ A SUA VAGA**

EXPANSÃO GESTÃO EM EDUCAÇÃO E EVENTOS
 AV. SANTOS DUMONT, 3131-A - ANDAR "E" - TORRE DEL PASSEO

INFORMAÇÕES:
(85) 3264.4074 (85) 8703.3282

Expansão
 Gestão em educação e eventos

